

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
MESTRADO EM GEOGRAFIA

MARIA LUCILENE DE OLIVEIRA AQUINO

**CAMINHANDO NO CHÃO DA METRÓPOLE MANAUS: A GEOGRAFIA DOS  
SURDOS**

MANAUS  
2024

MARIA LUCILENE DE OLIVEIRA AQUINO

**CAMINHANDO NO CHÃO DA METRÓPOLE MANAUS: A GEOGRAFIA DOS  
SURDOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal do Amazonas, para obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de concentração: Amazônia: Território e Ambiente.

**Orientador:** Prof. Dr. Marcos Castro de Lima

MANAUS  
2024

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

A657c Aquino, Maria Lucilene de Oliveira  
Caminhando no chão da metrópole Manaus : a Geografia dos surdos / Maria Lucilene de Oliveira Aquino . 2024  
121 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Marcos Castro de Lima  
Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Espaço urbano. 2. Cidade. 3. Manaus. 4. Surdos. 5. Geografia inclusiva. I. Lima, Marcos Castro de. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

MARIA LUCILENE DE OLIVEIRA AQUINO

**CAMINHANDO NO CHÃO DA METRÓPOLE MANAUS: A GEOGRAFIA DOS  
SURDOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal do Amazonas, para obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de concentração: Amazônia: Território e Ambiente.


**Aprovado em:** 31 de janeiro de 2024.

**BANCA EXAMINADORA**



---

Prof. Dr. Marcos Castro de Lima, Presidente  
Universidade Federal do Amazonas  
(PPGEOG – UFAM)



---

Profa. Dra. Rosemara Staub de Barros  
(FAARTES/UFAM)



---

Profa. Dra. Mircia Ribeiro Fortes  
Universidade Federal do Amazonas  
(PPGEOG – UFAM)



## **AGRADECIMENTOS**

Inicialmente e sempre, expresso minha gratidão a Deus por me permitir realizar este trabalho.

Agradeço imensamente ao meu orientador, Professor Dr. Marcos Castro de Lima, pelos ensinamentos e pela paciência demonstrada ao longo da elaboração deste trabalho. Durante este breve período de convivência, revivi os primeiros anos de meu curso de graduação, motivo pelo qual sou especialmente grata.

Expresso minha gratidão à Universidade Federal do Amazonas e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia pelo acolhimento e pela contribuição contínua à minha vida acadêmica. Sempre afirmo ser fruto desta universidade.

Agradeço a Haydêe dos Santos Carneiro, diretora da Escola Estadual Augusto Carneiro dos Santos, por permitir o desenvolvimento da minha pesquisa em sua instituição.

Minha gratidão a Catherine Bento Samuel, professora surda de Geografia, que acompanhou e participou ativamente de toda a pesquisa. Há muito de você neste trabalho. Obrigada por tudo!

Agradeço a Andreia Bezerra da Silva, responsável pela sinalização em Libras dos monumentos, ruas e praças, pela sua contribuição essencial ao projeto.

Um agradecimento especial a todos os estudantes surdos que participaram desta pesquisa. Espero que ela se prove extremamente útil a vocês.

Dedico meu mais profundo agradecimento a todas as pessoas envolvidas, com um destaque especial aos meus pais, Raimundo Camilo de Oliveira e Alcinda Alves de Oliveira (em memória), que sempre foram minha inspiração. À minha filha, Cássia Camila, que ofereceu um apoio inestimável ao longo do meu mestrado. Ao meu esposo, José Alcino de Aquino, e à minha filha caçula, Júlia Camila, pelo amor e por tudo.

Por fim, expresso minha imensa gratidão ao meu querido e amado irmão, José Aldemir de Oliveira (em memória), por toda a ternura, carinho, inspiração e pelos constantes incentivos. Obrigada!

Sou imensamente grata pela oportunidade de conhecer muitas pessoas e, mesmo sem ter mencionado o nome de todas, estendo meus agradecimentos a cada um que, direta ou indiretamente, contribuiu para minha formação e crescimento pessoal.

## RESUMO

O espaço urbano proporciona o conhecimento das diversas manifestações da sociedade materializado em seus objetos geográficos como as ruas, avenidas, edificações e praças, permitindo uma melhor compreensão do processo que, ao longo do tempo, foi responsável por sua configuração. Assim, a partir da identificação que os surdos têm da cidade em que vivem, suas experiências com o espaço urbano e a importância dos monumentos históricos, como prédios, praças e igrejas para eles. Não se pode focalizar o sentido que os surdos não possuem, que é o da audição e sim os outros sentidos como o da visão que materializa o espaço habitado. O objetivo principal desta pesquisa é compreender a relação dos surdos com a cidade e seus monumentos históricos, como prédios, praças e igrejas, e utilizar esses insights para desenvolver materiais didáticos adaptados, em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), focados no ensino de Geografia Urbana. Para alcançar este objetivo, o estudo propõe três roteiros geográficos na área central de Manaus, destacando edifícios, praças e monumentos que representam o patrimônio histórico e cultural. Os objetivos específicos incluem identificar os surdos como agentes ativos nas relações socioespaciais; diferenciar entre metrópoles excludentes e inclusivas; e elaborar materiais didáticos em LIBRAS que reconheçam e valorizem o patrimônio histórico-cultural local. A metodologia adotada envolve uma revisão bibliográfica sobre urbanismo, acessibilidade cotidiana e a construção de um espaço urbano inclusivo, seguida pela seleção e análise de roteiros que serão posteriormente traduzidos para LIBRAS. Esses roteiros são apresentados aos alunos surdos, com ajustes feitos para garantir a compreensão e integrar sinais específicos de LIBRAS que descrevem cada local. O estudo também prevê visitas guiadas com os alunos surdos, adaptando os roteiros ao formato de aulas de campo. Esta pesquisa destaca a importância da experiência visual para os surdos, considerando a língua de sinais como parte integral dessa experiência. A proposta não se limita à adaptação linguística; ela visa reconstruir a percepção do espaço urbano para os surdos, promovendo um ensino de Geografia que respeite suas peculiaridades e promova um conhecimento crítico do espaço habitado. O foco no sujeito surdo e na valorização de suas experiências sensoriais distintas é crucial para entender sua identidade e interação com o espaço urbano, objetivando uma inclusão mais significativa no contexto educacional e social.

**Palavras-chave:** Espaço urbano. Cidade. Manaus. Surdos. Geografia inclusiva.

## ABSTRACT

The urban space provides knowledge of the various manifestations of society materialized in its geographical objects such as streets, avenues, buildings, and squares, allowing a better understanding of the process that, over time, was responsible for its configuration. Thus, from the identification that Deaf people have of the city they live in, their experiences with the urban space and the importance of historical monuments, such as buildings, squares, and churches to them. One cannot focus on the sense that Deaf people lack, which is hearing, but rather on other senses such as vision that materializes the inhabited space. The main objective of this research is to understand the relationship of Deaf people with the city and its historical monuments, such as buildings, squares, and churches, and to use these insights to develop adapted teaching materials, in Brazilian Sign Language (LIBRAS), focused on the teaching of Urban Geography. To achieve this objective, the study proposes three geographical routes in the central area of Manaus, highlighting buildings, squares, and monuments that represent the historical and cultural heritage. The specific objectives include identifying Deaf people as active agents in socio-spatial relations; differentiating between exclusive and inclusive metropolises; and developing teaching materials in LIBRAS that recognize and value local historical-cultural heritage. The methodology adopted involves a literature review on urbanism, everyday accessibility, and the construction of an inclusive urban space, followed by the selection and analysis of routes that will later be translated into LIBRAS. These routes are presented to Deaf students, with adjustments made to ensure understanding and integrate specific LIBRAS signs that describe each location. The study also foresees guided visits with Deaf students, adapting the routes to the format of field classes. This research highlights the importance of visual experience for Deaf people, considering sign language as an integral part of this experience. The proposal is not limited to linguistic adaptation; it aims to reconstruct the perception of the urban space for Deaf people, promoting a teaching of Geography that respects their peculiarities and promotes a critical knowledge of the inhabited space. The focus on the Deaf subject and the valorization of their distinct sensory experiences is crucial for understanding their identity and interaction with the urban space, aiming for a more meaningful inclusion in the educational and social context.

**Keywords:** Urban space. City. Manaus. Deaf. Inclusive geography.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Língua Brasileira de Sinais.....	33
Figura 2 – Mapa mental produzido por um aluno surdo do Ensino Fundamental .....	36
Figura 3 – Mapa mental produzido por um aluno surdo do Ensino Fundamental .....	36
Figura 4 – Mapa mental produzido por uma aluna surda do Ensino Fundamental Representando o espaço produzido.....	38
Figura 5 – Mapa mental produzido por uma aluna surda do Ensino Fundamental Representando o espaço produzido.....	39
Figura 6 – Sinalizações na estação de metrô de São Paulo. A) Pisos táteis e aviso sonoro e visual. B) Mapa das linhas de metrô em São Paulo. C) Detalhe do piso tátil. D) Sinalização nos elevadores .....	53
Figura 7 – Planta da cidade de Manáos em 1852 .....	55
Figura 8 – Recorte de Jornal de Manáos em 1901 .....	56
Figura 9 – Zonas de Manaus.....	57
Figura 10 – Trabalho de campo no centro de Manaus com os estudantes surdos ...	59
Figura 11 – Mapa do Roteiro 1 .....	62
Figura 12 – Praça 5 de Setembro (Praça da Saudade).....	63
Figura 13 – Santa Casa da Misericórdia .....	64
Figura 14 – Rua Luiz Antony .....	65
Figura 15 – Colégio Militar de Manaus, antiga Praça General Osório.....	66
Figura 16 – Antigo Hotel Cassina .....	67
Figura 17 – Praça Dom Pedro II.....	68
Figura 18 – Antiga Sede da Prefeitura de Manaus .....	69
Figura 19 – Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas.....	70
Figura 20 – Casas mais antigas de Manaus, Centro Cultural Oscar Ramos.....	71
Figura 21 – Ilha de São Vicente .....	72
Figura 22 – Palácio Rio Branco.....	73
Figura 23 – Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional .....	74
Figura 24 – Tesouro Estadual.....	75
Figura 25 – Complexo Portuário.....	76
Figura 26 – Alfândega .....	77
Figura 27 – Mapa do roteiro 2 .....	78

Figura 28 – Teatro da Instalação .....	79
Figura 29 - Catedral Metropolitana de Manaus .....	80
Figura 30 – Praça XV de Novembro (Praça da Matriz) .....	81
Figura 31 – Relógio Municipal .....	82
Figura 32 – Antiga sede dos Correios .....	83
Figura 33 – Rua Marechal Deodoro .....	84
Figura 34 – Grande Hotel.....	85
Figura 35 – Biblioteca Pública do Amazonas .....	86
Figura 36 – Colégio Saldanha Marinho .....	87
Figura 37 – Praça São Sebastião.....	88
Figura 38 – Igreja de São Sebastião .....	89
Figura 39 – Teatro Amazonas.....	90
Figura 40 – Palácio da Justiça .....	91
Figura 41 – Ideal Clube .....	92
Figura 42 – Praça Antônio Bittencourt.....	93
Figura 43 – Instituto de Educação do Amazonas .....	94
Figura 44 – Instituto Benjamin Constant.....	95
Figura 45 - Mapa do roteiro 3.....	96
Figura 46 – Hospital Beneficente Português do Amazonas.....	97
Figura 47 – Colégio Barão do Rio Branco .....	98
Figura 48 – Praça Heliodoro Balbi (Praça da Polícia) .....	99
Figura 49 – Quartel da Polícia ou Palacete Provincial .....	100
Figura 50 – Colégio Pedro II.....	101
Figura 51 – Rua José Paranaguá.....	102
Figura 52 – Avenida Joaquim Nabuco.....	103
Figura 53 – Colégio Nilo Peçanha.....	104
Figura 54 – Palacete dos Nery .....	105
Figura 55 – Igreja Nossa Senhora dos Remédios.....	106
Figura 56 – Praça Torquato Tapajós (Praça dos Remédios) .....	107
Figura 57 – Faculdade de Direito do Amazonas.....	108
Figura 58 – Feira da Manaus Moderna .....	109
Figura 59 - Mercado Adolfo Lisboa.....	110

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Grau de deficiência auditiva .....	28
---	----

## LISTA DE SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

ASL – American Sign Language (Língua Americana de Sinais)

ASMAM – Associação dos Surdos do Amazonas

CETAM – Centro de Educação Tecnológica do Amazonas

CMM – Centro Militar de Manaus

CORDE – Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência

DA – Deficiente auditivo

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IEA – Instituto de Educação do Amazonas

INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

ONU – Organização das Nações Unidas

PNS – Pesquisa Nacional de Saúde

SEC – Secretaria de Estado de Cultura do Amazonas

TDAH – Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade

TDD – Telephone Device for Deaf (Dispositivo Telefônico para Surdos)



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	14
CAPÍTULO 1 – O SUJEITO SURDO COMO AGENTE DO ESPAÇO URBANO .....	26
1.1 Quem são os Surdos? .....	26
1.2 Surdos e seu lugar no mundo .....	30
1.3 Sua visão de espaço.....	35
CAPÍTULO 2 - DA METRÓPOLE EXCLUDENTE À METRÓPOLE INCLUSIVA .....	39
2.1 Da antiguidade aos dias atuais .....	40
2.1 A questão da acessibilidade mundial e brasileira .....	47
2.2.1 Urbanização, exclusão e integração .....	47
2.2.2 Acessibilidade, inclusão e tecnologias para Surdos.....	49
2.2.3 Acessibilidade no Brasil .....	51
2.2.4 Plano diretor e acessibilidade em Manaus .....	54
CAPÍTULO 3 – O CAMINHAR PELA METRÓPOLE MANAUS .....	60
3.1 Roteiro 1.....	62
3.2 Roteiro 2.....	78
3.3 Roteiro 3.....	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	111
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	114
APÊNDICES.....	120

## INTRODUÇÃO

O espaço urbano possibilita o conhecimento das diversas manifestações da sociedade, materializado em suas ruas, avenidas, edificações e praças, permitindo uma melhor compreensão do processo que, ao longo do tempo, foi responsável por sua configuração. Assim, a partir da identificação que os surdos têm da cidade em que vivem, suas experiências com o espaço urbano e a importância dos monumentos históricos, prédios, praças e igrejas para eles.

O centro histórico de Manaus reúne diversos estilos arquitetônicos da "Belle Époque" e já foi considerado a Paris dos Trópicos, nos tempos áureos do ciclo da borracha. Nesta perspectiva, ampliam-se as possibilidades de discussão geográfica, visto que os alunos devem compreender que a produção do espaço urbano ultrapassa a perspectiva econômica e política, pois o homem imprime valores no processo de produção de seu espaço. Esses valores são marcados por laços afetivos e referências socioculturais. Nesse sentido, lugares, monumentos e prédios como o Teatro Amazonas, Relógio Municipal, Mercado Municipal Adolpho Lisboa e outros monumentos históricos são extremamente significativos para os manauaras, ainda que, no período de sua construção, não se pensasse exatamente em toda a sociedade, mas na elite da época.

Ainda assim, isso não anula o fato de que a geografia do centro histórico de Manaus seja rica em simbolismos que estão marcados, principalmente, nos diversos monumentos ali centrados. Segundo Silva (1998), Manaus já foi uma das mais importantes capitais do Brasil, tendo sido a segunda cidade brasileira a ter energia elétrica. Justamente por esse motivo, conhecer o centro histórico a partir da perspectiva da geografia urbana é como fazer um mergulho no passado a partir de sua produção histórica e de seu espaço geográfico.

Os sujeitos surdos, como integrantes dessa realidade, têm uma imagem do espaço geográfico e essa imagem não é ilusória; pelo contrário, faz parte do mundo que os rodeia, como sua rua, seu bairro e sua cidade. A partir de sua prática de vida, o surdo vive esse espaço, um espaço concreto, vivido por pessoas concretas situadas em um determinado tempo e espaço. Nesse sentido, as experiências vividas diariamente pelas pessoas, e em especial aqui

pelos alunos surdos, representam o espaço em que vivem, um espaço que é produzido e reproduzido constantemente.

O espaço vivido é conceituado como um "equilíbrio" entre pequenas e grandes dimensões, apresentando-se como um espaço médio. A lógica é que os alunos surdos possam compreender o espaço vivido, que possui uma identidade cultural regional mais ampla do que o lugar enquanto espaço cotidiano.

O espaço vivido deve ser compreendido pelos alunos surdos. Entretanto, não se deve trabalhar hierarquicamente do nível local ao mundial. O espaço vivido pode não ser o real imediato, pois são muitos e variados os lugares com os quais os alunos têm contato e, sobretudo, que são capazes de pensar sobre. A compreensão de como a realidade local se relaciona com o contexto global é um trabalho que deve ser desenvolvido durante toda a escolaridade, de maneira cada vez mais abrangente, desde os ciclos iniciais.

Guermond (1986, p. 42) também enfatizou o uso do termo "espaço vivido", no qual sustenta que:

Percebe-se rapidamente a complexidade da tarefa de delimitar o conceito de espaço, e mais ainda de designá-lo, privilegiando o "espaço verdadeiro" que seria representado pela geometria, ao contrário, a variedade de sua natureza nas diferentes sociedades, privilegiando o espaço vivido. O espaço nos aparece então como meio de expressão de um pensamento e de uma cultura, do mesmo modo que a língua.

Nesse sentido, esta pesquisa visou contribuir para que os alunos surdos possam compreender a importância dos monumentos históricos, prédios e praças na metrópole em que vivem e que possam caminhar no chão da cidade entendendo-se como parte deste lugar. A razão da escolha do tema se pauta no fato deste projeto ter sido desenvolvido inicialmente no ano de 2001 como projeto de extensão, no período de junho a dezembro, no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Amazonas, motivado pela prática de campo da Disciplina Geografia Urbana. Surgiu o interesse de elaborar uma cartilha sobre o centro da cidade de Manaus destinada a alunos do Ensino Fundamental com Deficiência Auditiva (surdos). Produzido por esta pesquisadora e pelo Professor Dr. José Aldemir de Oliveira, discutia-se as experiências vividas quotidianamente na prática escolar, onde os alunos surdos

do ensino fundamental nas séries finais representam o espaço em que vivem, espaço esse que é produzido e reproduzido constantemente.

Os agentes surdos como integrantes desse espaço têm uma imagem do espaço e esta imagem não é ilusória, pelo contrário, faz parte do mundo que os rodeia, como sua rua, seu bairro e sua cidade. A apropriação do espaço, de forma significativa pelas atividades humanas e pelas sociedades, sendo por elas constantemente transformada, produz uma geografia urbana singular.

O espaço urbano, além de produzido, é também concebido. Isso quer dizer que, além de resultado das práticas e intervenções humanas sobre o meio, ele é produto da forma com que os sujeitos enxergam a realidade. Nesse sentido, o espaço urbano também interfere nas diferentes maneiras com que podemos apreender a realidade e a ela dar significado, ganhando, nesse sentido, uma substância, em termos de conteúdo, que lhe dá uma dinâmica própria.

Sendo assim, pretendemos contribuir para análise do aprendizado do surdo e de sua compreensão sobre o centro histórico de Manaus, entendendo e recriando roteiros para que os alunos possam caminhar pela cidade, compreendendo a história e a geografia do lugar em que vivem e que os mesmos fazem parte da cidade e através da Língua de Sinais eles possam compreender que, como sujeitos, produzem esse espaço.

O objetivo geral desta pesquisa é entender a forma com a qual os surdos se identificam e se apropriam do espaço urbano na metrópole Manaus a partir de seu centro histórico. Já os objetivos específicos são: Identificar os surdos como sujeitos das relações socioespaciais; compreender a diferença entre metrópole excludente e metrópole inclusiva; reconhecer prédios, praças e monumentos da parte central de Manaus que representam o patrimônio histórico-cultural, obedecendo a uma ordem espacial de proximidade, e elaborar uma cartilha para os alunos surdos utilizando a Língua Brasileira de Sinais.

É impossível determinar como e onde surgiu o primeiro surdo, mas através de algumas pesquisas realizadas nessa área pode-se ter uma visão geral da história dos surdos e de suas perspectivas. A exclusão existe desde a

Antiguidade. Há povos que sacrificaram pessoas devido à sua deficiência. Com o passar dos séculos, os surdos foram adquirindo alguns direitos, mas ainda eram considerados inferiores e ficaram restritos aos seus lares por vergonha da família.

O principal personagem da história dos surdos no Brasil é um francês, Eduardo Huet, que ficou surdo aos 12 anos, vindo para o Brasil em 1855 (Revista Feneis, 1999, p. 8). Apoiado por D. Pedro II, ele fundou, no dia 26 de setembro de 1857, o Imperial Instituto de surdos-mudos, hoje chamado de Instituto Nacional de Educação e Integração de Surdos (INES).

Assim como na França, a língua de sinais no Brasil deixou de se desenvolver a partir do Congresso de Milão. A educação das pessoas com surdez passou por todos os processos de comunicação, como o oralismo, comunicação total e atualmente a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), oficializada em 2002.

Na manifestação física do espaço, podem-se perceber as desigualdades existentes entre as pessoas que participam de diversos grupos sociais, servindo o discurso do “equilíbrio social” e da “organização espacial” para reforçar e reproduzir ideologias (Corrêa, 1997, p. 9). Muitas vezes, são percebidas a incoerência e a distância entre o que é dito e o que deveria valer para todos, que é feito e concretizado à disposição de todos.

Para os surdos, a experiência visual é parte fundamental neste contexto. A língua de sinais faz parte desta experiência visual. Não significa apenas a construção e reconstrução de uma língua, mas a construção da sua própria identidade.

Ao iniciarmos esta abordagem, é oportuno destacar as atividades realizadas em sala de aula pelos alunos como uma importante estratégia para desenvolver a capacidade de apreensão, possibilitando a expressão através da Língua Brasileira de Sinais sobre a sua vivência de mundo, suas concepções de espaço, questionamentos e, sobretudo, quanto a si mesmos. Quando tratamos de surdos, que têm uma língua diferente, ou seja, a Libras, a qual permite aos surdos o uso da comunicação visual, sua percepção espacial está

diretamente ligada ao olhar. Esse olhar permite ao surdo um resgate cultural, onde eles têm uma língua, cultura e uma comunidade própria.

A representação espacial dos surdos se constrói através da vivência, da relação entre eles e o meio em que estão inseridos, resgatando da memória o contexto resultante de experiências, internalizadas por eles através da percepção visual e também da percepção sonora através da vibração. Portanto, não podemos focalizar o sentido que os surdos não possuem, que é o da audição, e sim os outros sentidos como o da visão, que materializa o espaço habitado, ou seja, o espaço vivido. Para Tuan (1983), a dependência visual do homem para organizar não tem igual, na qual discriminam padrões na natureza e criam espaços abstratos na mente, como também procuram materializar seus sentidos, imagens e pensamentos, resultando assim no espaço vivido.

Uma passagem da obra de Castells (apud Soja, 1999, p. 89), outro importante analista da espacialidade no contexto da sociedade contemporânea, nos é oportuna porque resume de forma precisa o processo de produção do espaço sob égide social. Para ele:

O espaço não é um "reflexo da sociedade", ele é a sociedade pois, as formas espaciais, pelo menos em nosso planeta, não de ser produzidas, como o são todos os outros objetos, pela ação humana. Não de expressar e executar os interesses da classe dominante, de acordo com um dado modo de produção e como um modo específico de desenvolvimento. Não de expressar e implementar as relações de poder do Estado numa sociedade historicamente definida. Serão realizadas e moldadas pelo processo de dominação sexual e pela vida familiar imposta pelo Estado.

Para Skliar (1998), a surdez é uma experiência visual, o que significa que todos os mecanismos de processamento de informação e todas as formas de compreender o universo em seu entorno se constroem como experiências visuais.

Um olhar sobre a surdez no contexto da diferença sugere não apenas a atenção à diversidade, mas também a compreensão de que o sujeito surdo se constrói como um ser social e político através de sua língua, que por sua vez, carregada de aspectos específicos estruturais, exige uma maneira de pensar visualmente desacompanhada do som, dos barulhos e dos resquícios de

audição. É um pensamento rico em imagens registradas na memória visual para aquisição de um simples, concreto ou abstrato conceito.

Pode-se dizer que o surdo, apesar de não ouvir, percebe tudo ao seu redor através do olhar e da percepção visual, que por sinal é bastante aguçada. Ou seja, sua representação espacial é concreta e viva.

Nos aspectos culturais, a Libras assume um papel importantíssimo, pois ela é a intermediadora dos mundos paralelos (ouvinte-surdo), sendo uma protagonista na aquisição do conhecimento universal e na transmissão dos saberes de geração a geração. É através dela que as memórias são preservadas e transmitidas, apresentando em si uma identidade cultural estética visual e espacial, com suas complexidades e completudes. Para Strobel (2009, p. 47):

[...] A Língua de Sinais é um aspecto fundamental de cultura surda.  
[...] A língua de sinais é uma das principais marcas da identidade de um povo surdo, pois é uma das peculiaridades da cultura surda, é uma forma de comunicação que capta as experiências visuais dos sujeitos surdos e que vai levar o surdo a transmitir e a proporcionar-lhe aquisição de conhecimento universal.

Para Oliveira (2000), o espaço é produzido pelo homem não como um objeto qualquer, tampouco como um meio, mas como requisito da própria condição humana, num processo de produzir, produzindo-se, reproduzindo-se. O sujeito surdo produz o espaço através de sua vivência e sua identidade para com ele. Nesse sentido, o espaço urbano de Manaus constitui o palco da ação desses sujeitos sociais.

Quanto à sua produção, do ponto de vista da natureza, a cidade de Manaus foi construída à margem do rio Negro, tendo como limites primeiros os igarapés que Aziz Ab'Saber conceitua como "cursos d'água amazônicos" de primeira ou segunda ordem, componentes primários de tributação de rios pequenos, médios e grandes" (2003, p. 72).

No que se refere aos aspectos humanos e culturais, é a Manaus das avenidas, do teatro, dos palacetes e das praças que foi construída a partir dos recursos oriundos da exploração da borracha e que ganhou ares europeus em seu traçado urbano e em sua arquitetura eclética. É a cidade que se tornou metrópole, cujos símbolos estão agregados e concentrados em sua área

central, produzindo uma espacialidade que evoca tempos pretéritos, cujos significados estão contidos em seus objetos geográficos.

O núcleo central que se foi estruturando a partir do forte e da igreja encontra-se em topos de pequenas colinas, correspondentes aos divisores d'águas dos igarapés e de suas vertentes. Até meados do século XIX, os igarapés resistiram às intervenções e mantiveram-se presentes nas formas do espaço da cidade, estabelecendo, de certo modo, os limites de crescimento da cidade (Daou, 2000). Dessa forma, estruturou-se um cotidiano em que os elementos da natureza e os objetos geográficos produzidos pela sociedade formam o espaço geográfico.

Abordamos aqui o conceito de cotidiano a partir dos autores Milton Santos e Ana Fani Carlos. A autora propõe que o espaço urbano é “(re)produzido” a partir do cotidiano (2007). A ideia de “(re)produção” deriva do fato de que o espaço urbano ao mesmo tempo produz novas formas e reproduz as já existentes ao longo do tempo, de maneira que o “urbano” está em constante transformação. Dessa forma, segundo Carlos (2020, p. 249):

[...] a análise do fenômeno urbano, ao sublinhar o que se passa fora do âmbito do trabalho, acentua a esfera da vida cotidiana, de modo que a reprodução do espaço urbano articulado e determinado pelo processo de reprodução das relações sociais se apresenta de modo mais amplo do que relações de produção stricto sensu (a da produção de mercadorias), envolvendo momentos dependentes e articulados para além da esfera produtiva.

Nesse sentido, conhecer uma cidade constitui uma experiência fascinante, envolvendo histórias e elementos marcantes sobre a sua cultura e ambientes característicos. Dessa forma, o patrimônio cultural existente figura como um dos elementos de grande atratividade para os turistas, bem como para a memória e etnicidade da sociedade constituída nesses espaços, o que invariavelmente irá incluir a experiência dos surdos no e com o espaço urbano.

Cabe ressaltar que a interpretação patrimonial pode ocorrer por meio de uma visita guiada por um intérprete ou ainda de maneira autônoma e independente, quando se trata de uma visita autoguiada. Em alguns casos, ocorre também de forma integrada, com um intérprete e, ao mesmo tempo, com diversos materiais, como textos, guias turísticos, mapas, placas e suporte ao visitante. "Ambas as formas de interpretação são válidas desde que



elaboradas de forma correta e que atuem sob a perspectiva de uma temática, ou seja, um tema central de exposição" (Reis; Baptista; Cardozo, 2016, p. 2).

Ainda Segundo Carlos (2020, p. 366):

Para Lefebvre o direito à cidade manifesta-se como a forma superior dos direitos, enquanto direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e à habitação. O direito à obra (atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto da propriedade) que se imbricam dentro do direito à cidade, revelam plenamente o uso. Nesse sentido, segundo o autor, acabarse-ia com a separação cotidianidade/lazer, vida cotidiana/festa e, justapondo-se na cidade os espaços do trabalho produtivo, da obra e do lazer. A cidade seria, nesta direção, a obra perpétua dos seus habitantes, contrária à ideia de receptáculo passivo da produção e das políticas de planejamento.

A problemática do direito à cidade remete à acessibilidade e está relacionada à problemática da cidade. O acesso à cidade e o "pleno usufruto do meio urbano" caminham juntos a partir do momento em que se busca um novo "modo de pensar a cidade", uma cidade mais inclusiva e menos "deficiente". As barreiras que impedem o acesso à cidade são transpostas a partir dessa nova lógica na busca de uma sociedade mais igualitária e menos segregada. O direito à cidade apresentada por Lefebvre vai além da ideia de circulação e usufruto do espaço, levando para uma ideia de produção do espaço.

O homem desenvolve processos de apropriação do espaço por meio da articulação de seus saberes e, assim, forma a constituição física e cultural de um local. Dessa relação do homem com o meio surge o interesse de se saber sobre a cidade onde vive. Na realidade, para entender sobre a cidade, deve-se considerá-la com uma estrutura de interação em constante movimento, com a finalidade de compreendê-la em sua essência naturalmente cultural. Trazendo essa questão para o objeto de pesquisa, observa-se que os surdos de Manaus, na maioria, conhecem muito pouco ou quase nada sobre a história das ruas, praças, teatro e monumentos. Ou seja, conhecem muito pouco sobre a espacialidade produzida e na qual, como sujeitos, estão inseridos de forma precária.

A percepção é sempre um processo seletivo de apreensão. Cada pessoa a vê de forma diferenciada. O espaço é sentido, percebido pelos sujeitos em função tanto de seus sistemas de pensamento quanto de suas

necessidades. Para Freitas (1982), à percepção do espaço real, somam-se ou combinam-se aos elementos irracionais, místicos ou religiosos.

Na manifestação física do espaço, podem-se perceber as desigualdades existentes entre as pessoas que participam de diversos grupos sociais, servindo o discurso do "equilíbrio social" e da "organização espacial" para reforçar e reproduzir ideologias. Muitas vezes, são percebidas a incoerência e a distância entre o que é dito e o que deveria valer para todos, e o que é feito e concretizado à disposição de todos (Corrêa, 1999, p. 20).

Para os surdos, a experiência visual é parte fundamental neste contexto. A língua de sinais faz parte desta experiência visual. Não significa apenas a construção e reconstrução de uma língua, mas a construção do seu próprio mundo.

Nesse sentido, o envolvimento do aluno com a realidade em que vive é facilitado devido à modernização na forma de ensinar, isto é, a realização do conhecimento por meio de recursos diferenciados.

Diversificando o recurso didático que será aplicado, o professor poderá reproduzir práticas criativas e experiências que desenvolvam um poder de estimulação. O professor pode reavaliar sua prática de ensino sempre que achar necessário, e assim estará colaborando na formação de cidadãos mais críticos que deverão encontrar no ensino a base para entender o espaço geográfico.

A cartilha como recurso didático apresentado nessa pesquisa tem como principal objetivo estabelecer o ensino de Geografia para alunos surdos, de modo que os mesmos obtenham conhecimento crítico de forma mais dinâmica possível, dando oportunidades de aprendizagem para eles, conhecendo assim sua cidade.

Portanto, o foco do nosso olhar é o sujeito surdo, com suas peculiaridades, com suas diferenças. Precisamos entender melhor para que possamos compreender a sua identidade e a sua língua tão diferente da língua falada, para que possamos compreender como estes apreendem o espaço (lugar vivido).

A pesquisa ora apresentada tem natureza qualitativa uma vez que, segundo Minayo (2010, p. 21): "[...] ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes". Pelo fato desta pesquisa tratar de concepções, atitudes, significados, características estas subjetivas, não sendo possíveis de mensuração e tão pouco de operacionalização exata de seus dados, entendemos que a pesquisa qualitativa é a mais adequada a responder aos nossos anseios e aos objetivos estabelecidos.

Analizamos os dados deste estudo à luz da fenomenologia aplicada ao espaço urbano, pois segundo Bicudo (2020, p. 74):

[...] investigação fenomenológica trabalha sempre com o qualitativo, com o que faz sentido para o sujeito, com o fenômeno posto em suspensão, como percebido e manifesto pela linguagem; e trabalha também com o que se apresenta como significativo ou relevante no contexto no qual a percepção e a manifestação ocorrem.

A abordagem fenomenológica nos possibilita contemplar o fenômeno investigado nele mesmo, ou seja, isento de nossos pré-julgamentos, de nosso modo particular de conceber o mundo e de tudo que nos rodeia; para que dessa forma, o fenômeno possa ser compreendido em sua essência, no que há de mais significativo para o sujeito.

A fenomenologia é uma linha de pesquisa onde as relações, vivências e experiências do indivíduo com o meio são necessárias para compreender os fenômenos. Dardel (2015) expõe o despertar da consciência geográfica e da Geografia na realidade vivida e da relação do homem com a terra. Segundo o filósofo, ao presenciar os limites da imaginação, vem à tona o sentimento de admiração, respeito e curiosidade pela natureza, levando assim, à autonomia do homem.

A primeira parte da pesquisa consistiu em uma revisão bibliográfica acerca dos conceitos de cidade, do urbano, acessibilidade em cotidiano, a fim de elucidar como esses conceitos se correlacionam e contribuem na compreensão da problemática da cidade "deficiente", não inclusiva.

Por vezes, o nosso modo particular de conceber o fenômeno muito tem de nossas próprias experiências, de nossas opiniões pré-formadas; enfim, de traços que nos são peculiares. Entretanto, ao nos propormos a desvelar a

essência de uma situação qualquer, esta interpretação pode ficar seriamente comprometida, pois as verdades estabelecidas que acreditamos possuir não nos possibilitarão um rico encontro entre fenômeno e pesquisador.

Convém enfatizar que este modo de reflexão fenomenológica não objetiva negar o mundo, apenas o coloca temporariamente entre parênteses, buscando desvelar o objeto para atingir a sua essência, livre de nossos pensamentos já formados referentes ao fenômeno em questão.

Entende-se que o aspecto mais importante e significativo de um fenômeno, onde seja possível compreendê-lo em seu íntimo, é justamente aquele que se mantém encoberto, seja pela rotina, seja pela familiaridade que se estabeleceu entre fenômeno e o pesquisador.

Para desvendá-lo, faz-se necessário um retorno a esses hábitos e costumes, desta vez, não como um simples espectador e nem tão pouco como investigador impaciente repleto de preconceções, buscando confirmar ou refutar suas hipóteses, mas como um pesquisador que suspenderá temporariamente suas concepções, para que não interfira negativamente na compreensão do fenômeno.

A abordagem fenomenológica não objetiva a cristalização da verdade absoluta, imprópria para as reflexões e novos questionamentos — antes, é uma abordagem inacabada, por possibilitar a abertura para novas investigações acerca do fenômeno em estudo.

Além do embasamento bibliográfico, esta pesquisa apoiou-se também na criação da pesquisadora com os alunos surdos do ensino fundamental, nas séries finais da Escola Estadual Augusto Carneiro dos Santos. Optamos pela técnica da observação participante, que segundo Minayo (2001, p.70) é: "[...] um processo pelo qual um pesquisador se coloca como um observador de uma situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica." Esta técnica possibilita o contato direto entre o pesquisador e o fenômeno observado, visando obter informações e estabelecer uma relação com os observados.

Além da observação participante, a técnica de aplicação de questionários é utilizada visando conhecer as concepções que o aluno tem do objeto de pesquisa.

Como parte da metodologia do trabalho, as atividades desenvolvidas foram:

- Leitura e análise do material;
- Pesquisa de campo feita através do encontro com alunos surdos;
- Criação de esboço de mapas, feitos pelos alunos em mídias.

A metodologia utilizada no trabalho consistiu na delimitação da área, tendo como base o conceito de área central da cidade na perspectiva da sua estrutura interna. Em seguida, foram escolhidos os roteiros e realizado o levantamento das fontes bibliográficas, documentais e iconográficas. Posteriormente, foi elaborado um texto básico sobre os aspectos importantes da paisagem urbana presentes em cada roteiro, contendo informações sobre a construção, estilo, data de inauguração, descrição de praças, prédios, monumentos, casas, ruas, igrejas, hospitais e escolas, especialmente os que fazem parte do Patrimônio Histórico do Centro de Manaus.

Após a elaboração dos roteiros, estes foram apresentados para os alunos surdos em Libras, quando foram feitas as correções para melhor compreensão, acrescentando o sinal em cada ponto do roteiro. Posteriormente às correções, os roteiros propostos foram percorridos com alunos surdos, visando adequá-los ao tempo de uma aula de campo.

## CAPÍTULO 1 – O SUJEITO SURDO COMO AGENTE DO ESPAÇO URBANO

Mãos que falam, mãos que se calam, que não se permitem falar. Deixa muitas pessoas aflitas, pois não conseguem se comunicar [...] a Língua Brasileira de Sinais é fascinante imagina só, mãos comunicantes isso é mágico [...] dediquem-se para acabar com a exclusão. Permitam-se conhecer essa belíssima comunidade, tão rica de diversidade. Coloque a LIBRAS em seu coração e ajude a mudar a realidade que os exclui da sociedade. A mudança começa por nós.

Letícia Butterfield.

### 1.1 Quem são os Surdos?

A questão da deficiência está presente em toda a história da sociedade. Desde as primeiras civilizações, as pessoas com deficiências eram discriminadas, desde formas verbais até o exílio do convívio social.

A história do surdo pode acompanhar a história da humanidade, onde temos nas referências os registros de pessoas com deficiência, até mesmo antes de Cristo, quando o filósofo Herótoto relatava que os surdos eram consequência de pecados de seus antecessores, castigados pelos deuses. Na Roma antiga, a visão do surdo era a mesma; como solução, eles eram jogados em rios, abandonados ou escravizados. Na Bíblia, a surdez é "curada" com milagre: "Respondendo, então, Jesus, disse-lhes: Ide, e anunciai a João o que tendes visto e ouvido: que os cegos vêem, os coxos andam, os leprosos são purificados, os Surdos ouvem, os mortos ressuscitam e aos pobres anuncia-se o evangelho" (Bíblia, 2023, p. 1197).

Sócrates foi um dos primeiros pensadores a questionar se os surdos podiam se comunicar através de sinais com o corpo (Strobel, 2009, p. 18).

O filósofo grego Sócrates perguntou ao seu discípulo Hermógenes: "Suponha que nós não tenhamos voz ou língua, e queiramos indicar objetos um ao outro. Não deveríamos nós, como os surdos-mudos, fazer sinais com as mãos, a cabeça e o resto do corpo?" Hermógenes respondeu: "Como poderia ser de outra maneira, Sócrates?".

No século XVII, surge a língua de sinais e a sua utilização no processo de comunicação. O professor francês Abade L'Epée foi um dos grandes responsáveis por esse avanço. Ele reuniu surdos aos arredores de Paris e criou a primeira escola pública para surdos, também precursora no uso da língua de sinais. Com resultados positivos, essa metodologia inaugurada na França se espalhou por toda a Europa e pelo mundo.

A partir do Congresso de Milão, em 1888, adotou-se o oralismo, método que considera a voz como o único meio de comunicação e de educação para os surdos. Desde então, foram excluídas todas as possibilidades de uso da língua na educação dos surdos.

Em 1960, com o fracasso do oralismo, criou-se a metodologia da comunicação total, que se caracteriza por misturar oralidade com algumas mímicas. Essa metodologia durou muito pouco, pois tinha sua concepção bem parecida com a primeira. Hoje, o método de comunicação mais utilizado é o bilinguismo, que consiste em utilizar a Língua Portuguesa e a Língua de Sinais.

Eduardo Huet, um francês que ficou surdo aos 12 anos, veio para o Brasil em 1855 (Revista Feneis, 1999, p. 8). Apoiado por D. Pedro II, ele fundou, no dia 26 de setembro de 1857, o Imperial Instituto de Surdos-mudos, hoje chamado de Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

Assim como na França, a língua de sinais no Brasil deixou de se desenvolver a partir do Congresso de Milão. A educação das pessoas com surdez passou por todos os processos de comunicação como o oralismo, comunicação total e atualmente a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), oficializada em 2002, pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso.

A Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) 2019, divulgada hoje (26) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revela que havia no Brasil, naquele ano, 17,3 milhões de pessoas de 2 anos ou mais de idade com deficiência em pelo menos uma de suas funções. O número correspondia a 8,4% da população nessa faixa etária. Do total de pessoas com deficiência, 14,4 milhões residiam em domicílios urbanos e 2,9 milhões na área rural; 10,5 milhões eram mulheres e 6,7 milhões, homens; 7,8 milhões eram pardas (8,5%), 7,1 milhões, brancas (8%), e 2,1 milhões, pretas (9,7%).

Dados do IBGE sobre o Amazonas detectam cerca de 154 mil pessoas com alguma perda auditiva no estado, destes 80 mil só em Manaus.

Em 1972, ocorreu a chegada do Padre Eugenio Oates na cidade de Manaus. Nessa época, o Padre organizava encontros na Igreja da Aparecida com a comunidade surda a fim de transmitir conhecimento sobre Deus. Mais

tarde, tais encontros passaram a ser frequentes e regulares em datas comemorativas.

No ano de 1986, os surdos passaram a realizar encontros em praças, residências de amigos e outros espaços públicos, com o objetivo de socializar informações gerais e discutir sobre a luta em prol de seus direitos e a importância da união do povo surdo. Nessa mesma época, foi fundada a (ASMAM) Associação dos Surdos do Amazonas, idealizada pelo surdo Gilmar Coelho. Há diversos graus de surdez, nos quais podemos classificar a perda auditiva no Quadro 1.

**Quadro 1 - Grau de deficiência auditiva**

I - Deficiência auditiva: perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando de graus e níveis na forma seguinte:	
de 25 a 40 decibéis (dB)	surdez leve
de 41 a 70 dB	surdez moderada
de 71 a 90 dB	surdez severa
acima de 91 dB	surdez profunda

Fonte: Instituto Nacional de Educação dos Surdos

Partindo do princípio de que o modo de designar as pessoas reflete uma visão sobre elas e, em muitos casos, concepções preconceituosas frente a determinados fenômenos, consideramos importante explicitar, com base em experiências profissionais, os termos usados para referir-se às pessoas que, por diferentes motivos, não ouvem.

Para isso, procuramos desenvolver uma reflexão sobre o uso dos termos "deficiente auditivo" e "surdo", tal como é encontrado na literatura especializada, deixando transparecer subjacente a este último termo uma concepção sociocultural do fenômeno.

O termo "deficiente auditivo" tem sido largamente utilizado por profissionais ligados à educação dos surdos. Behares (1993) critica o uso desta expressão, porque considera que ela reflete uma visão médico-organicista. Nela, o surdo é visto como portador de uma patologia localizada, uma deficiência que precisa ser tratada, para que seus efeitos sejam debelados. O grau de perda auditiva, indicado pelo diagnóstico médico e/ou paramédico, é decisivo no encaminhamento educacional e configura-se como o mais importante indicador para a previsão do desenvolvimento de linguagem.



Para exemplificar o que foi dito, apresentaremos de forma resumida a classificação de deficiente auditivo (DA), as características previstas e o atendimento correspondente preconizados por Brito (1993):

- DA Leve (com perda de 25 a 40 dB): são pessoas consideradas desatentas e distraídas. Por não perceberem todos os sons da palavra, principalmente a voz fraca e distante, olham sempre para o rosto de quem está falando. Costumam pedir para repetir as informações. Essas pessoas conseguem adquirir linguagem naturalmente;
- DA Média ou Moderada (com perda de 41 a 70 dB): para as pessoas compreenderem a fala, é necessária uma voz forte, principalmente em ambientes ruidosos. Apresentam atraso de linguagem e alterações articulatórias. As dificuldades na compreensão da fala são mais notadas quando as frases são complexas, envolvem expressões abstratas e aparecem artigos, pronomes, conjunções;
- DA Severa (com perda de 71 a 90 dB): as pessoas só percebem voz muito forte e alguns ruídos do ambiente familiar. Decorrente disso, a compreensão verbal depende do apoio visual e da observação do contexto em que se desenvolve a comunicação. A linguagem só é adquirida no seu próprio ambiente com orientação;
- DA Profunda (perda auditiva superior a 91 dB): o fato de não possuírem informações auditivas impede as pessoas de identificarem a voz humana. Não adquirem linguagem naturalmente no ambiente familiar e não adquirem fala para se comunicarem, devido à ausência de modelo.

Embora os aspectos médicos, individuais e familiares ampliem o universo de análise sobre o fenômeno, Behares (1993) chama a atenção para a necessidade de vê-los sob uma perspectiva sociocultural. Ele relata como as investigações atuais têm chamado a atenção para a determinação da surdez e para a adequação do emprego do termo surdo, uma vez que é esta a expressão utilizada pelo surdo para se referir a si mesmo e aos seus iguais. Na perspectiva de Behares, é muito importante considerar que o surdo difere do ouvinte, não apenas porque não ouve, mas porque desenvolve potencialidades psicoculturais próprias.

A aceitação do termo surdo como mais apropriado (Brito 1993) representa uma tentativa de minimizar o processo de estigmatização dessas pessoas, processos amplamente discutido por Goffman (1988), através do qual a audiência reduz o indivíduo ao atributo gerador do descrédito social. A expressão surda, como vem sendo empregada, tem favorecido identificar a pessoa como diferente, sendo esta diferença particularizada por ser decisiva para o desempenho.

Neste momento, é importante esclarecer que a limitação auditiva é inegável como um dos fatores para a identificação das diferenças individuais. É igualmente inegável que a necessidade de aquisição de um sistema linguístico próprio (gestual-visual) acarreta consequências de ordem social, emocional e psicológica que vão além da perda auditiva. Os surdos são possuidores de nomes próprios que os identificam como pessoas pertencentes a determinada classe social, determinado gênero, a determinada religião, etc., mas, por apresentarem uma forma particular de apreensão de mundo e de externalização, devem ser identificados e designados como grupo.

Segundo Sá (2000), há uma diferença entre deficientes auditivos e Surdos. No primeiro caso, há apenas uma perda auditiva leve ou moderada, o que permite, com algumas técnicas, aprender a falar. No segundo caso, especificamente, o sujeito surdo tem uma perda total de audição. Mas, o que diferencia um do outro não é a questão da perda auditiva e sim sua aceitação como um ser de identidade e cultura diferente.

## **1.2 Surdos e seu lugar no mundo**

Na manifestação física do espaço, podem-se perceber as desigualdades existentes entre as pessoas que participam de diversos grupos sociais, servindo o discurso do “equilíbrio social” e da “organização espacial” para reforçar e reproduzir ideologias (Corrêa, 1999, p. 16). Várias vezes são percebidas a incoerência e a distância entre o que é dito e o que deveria valer para todos, feito e concretizado à disposição de todos.

Para mostrar isso, um bom exemplo é a Lei que foi sancionada pelo então Presidente de República Fernando Henrique Cardoso, onde prioriza na Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002:

Art. 1º - Reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único: Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas no Brasil.

Art. 2º - Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviço público, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

O Decreto nº 5.626/2005 foi aprovado a fim de regulamentar a educação bilíngue, inserindo Libras como disciplina obrigatória na formação de professores do magistério, na busca de que a comunicação entre professor ouvinte e o aluno surdo seja possível: Art. 14. As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior (BRASIL, 2005).

A diferença sempre se constitui enquanto uma diferença. Para os surdos, a experiência visual é parte fundamental neste contexto. A língua de sinais faz parte desta experiência visual. Não significa apenas a construção e reconstrução de uma língua, mas a construção do seu próprio mundo.

Conforme Skliar (1998), a diferença não pode ser uma oposição à deficiência, mas uma visão crítica da diversidade. Não basta aceitar a língua de sinais ou oficializada, como foi feito, é preciso que a consequência do movimento dos surdos possa ser reconhecida politicamente. A simples aceitação de que a língua de sinais é importante para os surdos pelos órgãos oficiais ou pelas instituições dificilmente gera consequências políticas.

Reconhecer politicamente a comunidade surda, como eles se definem, pode ser o passo para a aceitação da diferença.

A Língua de Sinais, além de servir como meio de comunicação entre os surdos, também propicia o desenvolvimento da função cognitiva, já que esta língua oferece uma linguagem com significados. Por ser uma língua verdadeira, a Língua de Sinais lhes proporciona o desenvolvimento da linguagem em relação aos dois aspectos: o social e o intelectual.

De acordo com Skliar (1998), garantir o acesso à língua de sinais para todos deve ser a base de uma política linguística na qual o surdo é visto como diferente, não deficiente. É crucial reconhecer e respeitar essa diferença, tratando as pessoas como indivíduos surdos, indígenas, nômades, negros, brancos, entre outros. É importante permitir que os surdos desenvolvam sua própria identidade e definam suas fronteiras de uma maneira mais cooperativa do que crítica. Todos os surdos têm uma identidade surda, que varia dependendo de como são representados.

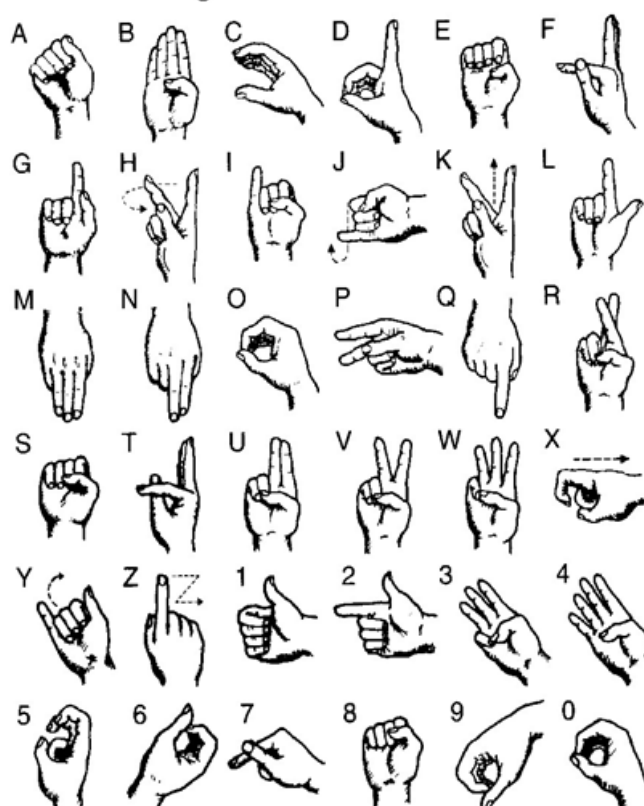
Este novo olhar é amplamente apoiado pela comunidade de Surdos e pressupõe o reconhecimento ao direito de expressão em Língua de Sinais, ponto central para o desenvolvimento dos processos de identificação pessoal, social e cultural da pessoa surda, no qual essa nova proposta de ver o surdo privilegia o respeito e o reconhecimento da singularidade e especificidade.

Para identificar o sujeito surdo como um diferente e não deficiente, temos que levar em consideração sua identidade surda. Para Silva (1998), a identidade cultural ou social é o conjunto de características pelas quais os grupos sociais se definem como grupo: aquilo que eles são, entretanto é inseparável daquilo que eles não são, das características que os fazem diferentes de outros grupos.

É uma identidade subordinada com o semelhante surdo, como muitos surdos. Estar em grupo é fundamental para a construção da identidade surda. Os surdos são surdos em relação à experiência visual e longe da auditiva, na qual classificava anteriormente como "surdo-mudo". Vejamos, é mudo aquela pessoa que não se comunica. Os surdos têm uma comunicação, uma língua própria.

Conceituar a identidade é dizer que a mesma não é inata, está em constante modificação, partindo da descoberta, da afirmação cultural em que certo sujeito se espelha no seu semelhante, criando uma situação de confronto, e segundo Perlin (1998), a identidade surda sempre está em proximidade, em situação de necessidade diante da identidade surda. O que difere o surdo dos demais sujeitos é sem dúvida a língua de sinais, que para ele é a língua materna, ou seja, sua primeira língua, que tem uma gramática e uma estrutura própria (Figura 1).

**Figura 1 – Língua Brasileira de Sinais**  
**Língua Brasileira de Sinais**



Fonte: Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos.

Pouco sabe a respeito da identidade e da cultura surda, pois somente agora autores estão abordando esse tema. Sacks (1998, p. 72) descreve a esse respeito e afirma que:

Somos notavelmente ignorantes a respeito da surdez, muito mais ignorantes do que um homem instruído teria sido em 1886 ou em 1786. Ignorantes e indiferentes [...] eu nada sabia a respeito da situação dos surdos, nem imaginava que ela pudesse lançar luz sobre tantos domínios, sobretudo o domínio da língua. Fiquei pasmo com o que eu aprendi sobre a história das pessoas surdas e os extraordinários desafios (linguísticos) que elas enfrentam, e pasmo também ao tomar conhecimento de uma língua completamente visual,

a língua de sinais, diferente em modo de minha própria língua, a falada.

O meio de comunicação utilizado pelos surdos não se apresenta como um recurso que vem facilitar seu intercâmbio com o mundo, mas um obstáculo que precisa transpor com dificuldades para chegar ao mundo social de forma efetiva (Cardoso, 2006, p. 5).

Em se tratando de surdos e ouvintes, podemos perceber as particularidades de cada um. E quando nos referimos aos surdos, há também diferenças. Não é possível generalizar os surdos, como se todos fossem iguais, pois há diferenças em termos sensoriais e comunicativos (Hindley, 1997).

A língua de sinais representa um papel expressivo na vida do sujeito surdo, conduzindo-o, por intermédio de uma língua estruturada, ao desenvolvimento pleno. Harrison (2000) refere que essa língua fornece para a criança surda a oportunidade de ter acesso à aquisição de linguagem e de conhecimento de mundo e de si mesma.

A comunidade surda possui sua própria língua, a LIBRAS. Uma língua de modalidade visual espacial, com base nas experiências visuais da comunidade surda. Mas o que significa essa expressão "comunidade surda"? Segundo Reis (2006, p. 19):

[...] uma estratégia de poder, de identidade. O que constitui este povo? As associações, organizações locais, nacionais e mundiais de surdos, as lutas, a cultura, as políticas. E uma representação simbólica não como uma simples comunidade a quem podem impor regras, mas como uma estrutura forte que se defende, impõe suas próprias regras, seus próprios princípios.

Atualmente, os Surdos se reconhecem pela sua própria identidade e cultura. É uma comunidade organizada âmbito político e social, não vive isolada, pois tem contato com outras culturas, por tanto evolui e se desenvolvem como qualquer outra comunidade. A comunidade surda está inserida em diversas áreas da sociedade, desempenhando suas habilidades e exercendo seu papel como cidadão.

Portanto, o foco do nosso olhar é o sujeito surdo, com suas peculiaridades, com suas diferenças. Precisamos entender melhor para que possamos compreender a sua identidade e a sua língua tão diferente da língua

falada para que possamos compreender como estes apreendem o espaço (lugar vivido).

### **1.3 Sua visão de espaço**

Quando tratamos de surdos, que têm uma língua diferente, ou seja, a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), o que permite aos surdos o uso da comunicação visual, sua percepção espacial está diretamente ligada ao olhar. Esse olhar permite ao surdo um resgate cultural, onde eles têm uma língua, cultura e uma comunidade própria.

Para Skliar (1998), a surdez é uma experiência visual e isso significa que todos os mecanismos de processamento de informação e todas as formas de compreender o universo em seu entorno se constroem como experiências visuais.

Pode-se dizer que o surdo, apesar de não ouvir, percebe tudo ao seu redor através do olhar e da percepção visual, que por sinal é bastante aguçada. Ou seja, sua representação espacial é concreta e viva. Sua vivência e experiência na e com a cidade são fatos que não podem ser desconsiderados. É possível perceber, através do mapa feito por um aluno surdo (Figura 2), os elementos imaginários que ele criou, como área urbana e área rural, no mesmo mapa mental. E outros elementos foram notados, como a igreja, mercadinhos, moradias e ruas (Figura 3).

Para Oliveira (2000), o espaço é produzido pelo homem não como um objeto qualquer, tampouco como um meio, mas como requisito da própria condição humana, num processo de produzir, produzindo-se, reproduzindo-se. O sujeito surdo produz o espaço através de sua vivência.

Através da pesquisa realizada, o estudante surdo percebe o espaço vivido através do que vê. Para eles, a percepção e, logo, a consciência espacial não vêm mediadas pela informação oral e sim de uma visão peculiar, única. Essa concepção do espaço está visceralmente ligada à experiência vivida selecionada e ordenada. Assim, alguns aspectos espaciais que para nós ouvintes são considerados importantes para o surdo não significam nada, e alguns detalhes importantes para eles, para nós ouvintes, não têm significado algum.

**Figura 2 – Mapa mental produzido por um aluno surdo do Ensino Fundamental**



Fonte: Autora (2022).

**Figura 3 – Mapa mental produzido por um aluno surdo do Ensino Fundamental**



Fonte: Autora (2022).

Segundo Paganelli (1987), qualquer intenção de análise das interações do homem e o seu espaço implica necessariamente analisar três áreas complementares: conhecer algo, sentir algo e fazer algo:

- Área cognitiva: que inclui perceber, conhecer, pensar;
- Área afetiva: sensações, sentimentos, emoções (incorporados em imagens);



- Área conotativa: que inclui ação sobre o espaço como respostas às áreas anteriores.

Em se tratando de alunos surdos, as relações espaciais que permitem a localização física no espaço e iniciar a análise dos elementos do espaço, procurando destacar a organização espacial interna e externa dos mesmos, a partir das relações sociais, visto que não ouvem, sua forma de percepção torna-se diferente dos demais, pois normalmente associamos elementos do espaço através da audição.

O sujeito se constrói quando estabelece contatos com o meio e vive situações diferenciadas de representações (Paganelli, 1987). O surdo participa do meio, não só observa, não olha o meio como se fosse uma imagem iconográfica. O meio físico não é algo que está “aí fora” para ser conhecido, e sim algo que faz parte de sua vida do seu cotidiano, e o meio está num constante, ativo, sistemático e dinâmico intercâmbio. Como relatado abaixo:

Espaço para mim é o lugar onde eu nasci, onde está minha casa, minha família, minha escola é onde eu me relaciono com outros surdos (A, 14 anos).

Segundo Ferrara (1986), sensações e associações despertam memória das novas experiências sensíveis e culturais, individuais e coletivas, de modo que toda a nossa vivência passada e conservada na memória seja acionada. Essa relação entre o que foi vivido e o que está sendo vivido refletem na atuação sobre as experiências ambientais feitas pelo homem.

A representação espacial dos surdos se constrói através da vivência, da relação entre eles e o meio em que estão inseridos, resgatando da memória o contexto resultante de experiências, internalizadas por eles através da percepção visual.

Segundo Tuan (1983), o paladar, o olfato, a sensibilidade da pele e a audição não podem, individualmente, nos tornar cientes de um mundo exterior habitado por objetos. No entanto, combinados com o sentido da visão e do tato, estes bastante aguçados nos sujeitos surdos, podem enriquecer bastante a apreensão do espaço vivido.

Para Lefebvre (1991), o espaço também pode ser visto como força produtiva e, por meio do espaço, a sociedade se reproduz. O espaço não pode e nem deve ser concebido como vazio; pelo contrário, ele é socialmente produzido, aberto e em constante reconstrução.

Na representação da aluna (Figura 4), percebe-se que ela compreendeu o espaço em que vive. As ruas são retilíneas e pavimentadas, pensadas para a circulação dos carros, apresentando na imagem casa, escola, mercados e igreja. Independentemente de ser deficiente ou não, o espaço é percebido, sendo que também os sujeitos se constroem e dão sentido aos lugares em que vivem.

**Figura 4 – Mapa mental produzido por uma aluna surda do Ensino Fundamental Representando o espaço produzido**



Fonte: Autora (2022).

Dessa forma, segundo Carlos (2007), "é a porção do espaço apropriável para a vida [...] que pode ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do

corpo", e, nesse sentido, o sujeito surdo sente e pensa, assim como o ouvinte, a cidade em que vive.

Para Tuan (1983), a dependência visual do homem para organizar não tem igual, na qual discriminam padrões na natureza e criam espaços abstratos na mente, como também procuram materializar seus sentidos, imagens e pensamentos, resultando assim, o espaço.

A representação feita por um aluno surdo, elementos que representam o lazer como fator importante do seu cotidiano (Figura 5), percebe-se elementos que representam o lazer como fator importante do seu cotidiano.

**Figura 5 – Mapa mental produzido por um aluno surda do Ensino Fundamental Representando o espaço produzido**



Fonte: Autora (2022).

Sem a escuta das próprias pessoas que têm uma história concreta, real e única, pessoas que experimentam, no contexto que vivem, as limitações impostas pelas deficiências, corremos o risco de nos enredarmos em pensamentos existencialistas que examinam a deficiência em si mesma, numa espécie de abstração teórica, distante do sujeito [...] suas falas é que devem nos orientar para que sejamos bem-sucedidos nos esforços em prol da melhoria da qualidade de suas vidas.

Rosita Edler Carvalho

## 2.1 Da antiguidade aos dias atuais

No Egito Antigo, as deficiências físicas ou mentais eram provocadas por maus espíritos ou vinham de pecados de gerações anteriores e que só podiam ser tratados pela intervenção dos deuses. Contudo, segundo Pereira (2017, p. 170) “a arte egípcia revela por meios dos afrescos, papiros, túmulos e múmias que, para alguns deficientes, foi possível viver uma vida normal e constituir família”, sendo que:

Entre os hebreus e os gregos, esta realidade não era diferente, deficiências tais como a cegueira, a surdez e a paralisia eram consideradas consequências diretas de pecados ou de crimes cometidos. Entre estas eram consideradas também as deficiências provenientes de acidentes, de agressões, de participação em lutas armadas, de punições previstas em lei e marcas da própria escravidão: orelha ou nariz cortado, dedos ou as mãos decepadas e olhos vazados. Para os gregos, o corpo belo e forte era prova de saúde e força, requisitos necessários para o combate e a luta, para a conquista de novas terras, sendo que aqueles que não correspondessem a esse ideal, como as crianças e os doentes, eram marginalizados e até mesmo eliminados ou abandonados à própria sorte para morrer.

Em guerras e construções civis, ocorriam acidentes que resultavam em ferimentos e amputações de membros. Logo, a Grécia se viu obrigada a prestar assistência a essas pessoas, pois ficavam incapazes de garantir seu sustento. Tornou-se pioneira na assistência médica aos portadores de deficiência, porém, excluía crianças nascidas com deficiência, deixando seus destinos nas mãos dos pais, sendo a maioria abandonada nas margens dos rios e cavernas (Pereira; Saraiva, 2017).

Com o advento do Cristianismo, essas crianças passaram a ser vistas como criaturas de Deus e merecedoras de cuidado. Entretanto, esse cuidado logo se transformou em confinamento e rejeição, marginalizando as pessoas com necessidades especiais da sociedade.

Os séculos XV e XVII foram marcados pelos grandes avanços da medicina e pela filosofia humanista e direitos dos homens na sociedade. Apesar desses avanços, não houve o rompimento dos estigmas sociais em relação às pessoas com deficiência. Foi somente a partir do século XIX que a sociedade começou a assumir sua responsabilidade. Em 1967, foi construído o Lar Nacional para soldados voluntários deficientes nos Estados Unidos. Segundo Pereira (2017, p. 175), "Na Europa, surgem os locais específicos para proteção e assistência a velhos, cegos, surdos e mutilados de guerra". E, em 1872, fundou-se a Sociedade e Lar para Deficientes, incentivando essas pessoas ao artesanato com o objetivo de garantir seu próprio sustento.

Contudo, durante a Segunda Guerra Mundial, o regime totalitário da Alemanha nazista desenvolveu o programa de Eugénismo denominado "vida que não merecia ser vivido", cujo alvo prioritário foram as pessoas com deficiências físicas, mentais, doentes incuráveis ou com idade avançada, resultando no assassinato de 275.000 pessoas (Pereira, 2017, p. 175).

Somente após a Segunda Guerra Mundial, a Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou leis para proteger essas pessoas. A Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência garantiu os direitos inerentes à igualdade humana. O Ano Internacional das Pessoas com Deficiência foi proclamado pelas Nações Unidas em 1981.

Em 03/12/1982, a ONU aprovou o programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência (Resolução no 37/52), que tem como postulado básico a igualdade de oportunidades, garantindo a todos os deficientes o acesso ao sistema geral da sociedade – meio físico e cultural, habitação, transporte, serviços sociais e de saúde, as oportunidades de educação e de trabalho, a vida cultural e social, e, inclusive, instalações esportivas e de lazer. A Assembleia Geral das Nações Unidas, através da Resolução no 37/52, proclamou a United Nations Decade of Disable Persons,<sup>4</sup> compreendendo os anos 1983 a 1992. Além disso, a American With Disabilities Act<sup>5</sup> foi aprovada em 1990 e entrou em vigor em 1992. Na Inglaterra, a lei que aborda o tema é a de 1995 (Pereira, 2017, p. 177).

Em 1992, a Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu o dia 3 de dezembro como o Dia do Deficiente. Na Conferência Mundial de Educação Especial de 1994, foi elaborada a Declaração de Salamanca, que garantiu o direito à educação para todos. A declaração afirma que cada criança possui características, necessidades e interesses individuais e únicos, e que os

sistemas educacionais devem ser designados e os programas educacionais implementados para levar em conta a vasta diversidade dessas características e necessidades.

A história da deficiência no Brasil foi retratada no livro "Caminhando no silêncio: uma introdução à trajetória da pessoa com deficiência na história do Brasil", de Emílio Figueira, lançado em 2008. Figueira descreve a visão que os povos indígenas tinham das pessoas com deficiência, incluindo o infanticídio e o abandono de crianças nascidas com deficiência.

Durante a época da escravidão Figueira (2008) relata a crueldade dos senhores de engenho vivida pelos escravos nas fazendas de café, onde os castigos incluíam açoites e mutilações, além de acidentes nas engrenagens das casas de moinho, resultando em uma grande parte da população negra com deficiência física.

As péssimas condições de saneamento básico, erros médicos e falta de estrutura para procedimentos cirúrgicos também contribuíram para o aumento da deficiência congênita e adquirida no Brasil, juntamente com o calor intenso e a proliferação de vetores de doenças. Segundo Figueira (2008, p. 55), eram comuns os "cegos, surdos, mudos e coxos".

No século XIX, o número de conflitos externos e internos aumentou, como a Guerra dos Farrapos (1835-1845), Canudos (1896-1897) e Guerra do Paraguai (1864-1870), resultando também no aumento das deficiências por mutilações físicas. Em resposta, foram criadas instituições para assistir às pessoas com deficiências das classes menos favorecidas, que antes eram mantidas trancadas em casa. Essas instituições assumiram a responsabilidade tanto pela saúde quanto pela educação.

Foram criados o Imperial Instituto dos Meninos Cegos em 1854 (atual Instituto Benjamin Constant) e o Instituto dos Surdos-Mudos em 1857 (atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos - INES). Em 1868, Duque de Caxias inaugurou o Asilo dos Inválidos da Pátria. Até 1950, o Brasil contava com 40 instituições para deficientes mentais e pelo menos 14 para cegos e surdos. E com a inauguração do Hospital das Clínicas de São Paulo em 1944,

abriram-se portas para o avanço dos estudos e métodos de reabilitação de pessoas nascidas com deficiência ou adquiridas.

Segundo Sasaki (1997, p. 12), a deficiência era vista como algo que poderia ser solucionado com um serviço médico, destacando o modelo médico:

Modelo médico da deficiência tem sido responsável, em parte, pela resistência da sociedade em aceitar a necessidade de mudar suas estruturas e atitudes para incluir em seu seio as pessoas portadoras de deficiência e/ou de outras condições atípicas para que estas possam, aí sim, buscar o seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional. É sabido que a sociedade sempre foi, de um modo geral, levada a acreditar que, sendo a deficiência um problema existente exclusivamente na pessoa deficiente, bastaria prover-lhe algum tipo de serviço para solucioná-lo.

Já os direitos dos deficientes retratados nas Constituições, a de 1967 contempla pela primeira vez no art. 175 “A família é constituída pelo casamento e terá direito à proteção dos Poderes Públicos” e no art. 4º “Lei especial disporá sobre a assistência à maternidade, à infância e à adolescência e sobre a educação de excepcionais”.

No art. 12, na Emenda à Carta Magna da Constituição de 1967 “I- educação especial gratuita; II- assistência, reabilitação e reinserção na vida econômica social do país; III- proibição de discriminação inclusive quanto à admissão ao trabalho ou ao serviço público e a salários; IV- possibilidade de acesso a edifícios e logradouros público”.

Juntamente com a Constituição de 1988, fortalecendo a democracia, foram fundamentais para o abandono do modelo assistencialista. Com isso, no governo Sarney em 1989, foi sancionada a lei 7.853 que dispõe apoio às pessoas portadoras de deficiência e de sua integração social e a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde), assim:

As normas desta Lei visam garantir às pessoas portadoras de deficiência as ações governamentais necessárias ao seu cumprimento e das demais disposições constitucionais e legais que lhes concernem, afastadas as discriminações e os preconceitos de qualquer espécie, e entendida a matéria como obrigação nacional a cargo do Poder Público e da sociedade.

Além disso, conforme o Decreto nº 3.298/99 de 1999, que dispõe sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência,

assegura o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência, categorizando as deficiências físicas, auditivas, visuais, mentais e múltiplas.

Em 2000, é decretada a Lei 10.098, estabelecendo normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Isso ocorre mediante a supressão de barreiras e obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e comunicação.

A análise do processo histórico-social que evidencia a exclusão e inclusão das pessoas com deficiência é de grande importância. Embora o Brasil possua legislações específicas, ainda falta uma maior acessibilidade e efetivação das leis. A luta pelo direito à cidade é constante.

O conceito de direito à cidade foi originalmente discutido pelo filósofo marxista francês Henri Lefebvre em 1968, ano marcado pelos diversos movimentos sociais na luta pelos direitos civis, inspirando debates teóricos no campo dos estudos sobre o urbano. O direito à cidade não tem apenas um significado, pois contempla desde o direito de ir e vir até a propriedade sobre o processo de urbanização das cidades, além do direito à obra e à apropriação. Está presente tanto nas pautas reformistas quanto revolucionárias.

A luta de classes pelos direitos afeta a produção do espaço: “a luta de classes, hoje mais que nunca se lê no espaço” (Lefebvre, 2006, p.52). Já o espaço abstrato descrito também por Lefebvre corresponde à expressão espacial do trabalho tornado abstrato pela produção capitalista sob o controle do Estado moderno. Neste sentido, segundo Costa (2017, p. 254):

O espaço abstrato, formal e quantificado, é simultaneamente homogêneo (o que vai na direção da negação das diferenças, sem, contudo, jamais eliminá-las por completo), fragmentado (pulverizado pela propriedade privada, funcionalmente segregado) e hierarquizado (organizado em termos de relações centro-periferia de dominação). Ocupado, controlado e orientado para a reprodução das relações sociais de produção, ele consolida uma lógica burocrática de controle e repetição. Espraia-se, portanto, por todo o planeta, negando as diferenças espaciais: as que provêm da natureza e da história, assim como aquelas originárias do corpo, das idades, dos sexos, das etnias.

E a luta de classes atua como um obstáculo ao desenvolvimento do espaço abstrato e à eliminação das disparidades entre as diferentes camadas



da população. Nesse embate pelo espaço, também se inserem as políticas voltadas para as minorias, uma vez que:

O projeto de “mudar a vida” permanecerá um slogan político, ora abandonado, ora retomado, enquanto persistir a cotidianidade do espaço abstrato com seus constrangimentos muito concretos, enquanto houver tão somente melhorias técnicas de varejo (horários dos transportes, rapidez, conforto relativo), enquanto os espaços (de trabalho, de lazer, de habitação) permanecerem separados e reunidos apenas pela instância política e seu controle (Lefebvre, 2006, p. 55-56).

Sasaki (1997, p. 5) afirma que a luta pela inclusão social e o direito a cidade das pessoas com deficiência começou na metade dos anos 80, tomando impulso na década de 90 e no século 21 se tornou mundial. O objetivo é a construção de uma sociedade realmente para todos, celebrando as diferenças, garantindo o direito à cidade, valorização da diversidade e cidadania com qualidade de vida. No Brasil, a lei de 13.146 de 2015, torna esse objetivo responsabilidade do Estado, da sociedade e da família.

**Art. 8º** [...] assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Segundo Dias e Dantas (2020, p. 7), "Pensar a inclusão nas cidades não é fortalecer discursos utópicos, mas encorajar uma prática de pesquisa e de planejamento urbano que seja transformadora e efetiva". A diversidade faz parte da sociedade, e é um grande desafio estabelecer compromissos para buscar diminuir as desigualdades sociais. Os estudos sobre essas minorias têm crescido, mas ainda há muito que precisa ser estudado, e aqui destaca-se o espaço dos surdos na cidade.

Não é possível dissociar o surdo da cidade, cabendo a ela organizar-se e torná-lo parte de suas necessidades. Porém, ele ainda está dentro desse panorama especial, deficiente e incapaz de atender todas as deficiências. Ele

não quer ser visto como deficiente, e sim como uma pessoa que pode e tem o direito de viver na cidade.

No Brasil, o marco para o reconhecimento dos surdos foi a oficialização da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). A Lei de Cotas foi sancionada em 2012, porém não incluía pessoas com deficiência e somente em 2016 elas foram incluídas.

Apesar dos avanços na inclusão e da acessibilidade para essas pessoas nas universidades, os cegos e surdos ainda são segregados em âmbitos acadêmicos. Por exemplo, é muito mais cômodo para a sociedade construir rampas e elevadores para integrar os sujeitos com mobilidade física prejudicada, incluir autistas e pessoas com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) nas universidades, mas os cegos precisam de livros adaptados e os surdos precisam de intérpretes.

É fato que a Libras é uma língua oficializada no Brasil, mas pouco falada por pessoas que não possuem um grau de surdez. Ela não está incluída no currículo do ensino fundamental ou médio, e na maioria dos cursos das universidades ela é uma disciplina optativa. Dias e Dantas (2020, p. 11) afirmam que:

Isso afeta a organização socioespacial desses sujeitos que precisam se adaptar aos espaços e continuamente fazer escolhas, reorganizar suas rotas em uma cidade que é, em grande parte, organizada para os ouvintes. Nesse sentido, é preciso ampliar na perspectiva da cidade inclusiva os espaços de diálogo, inclusive fora do âmbito acadêmico, com os Surdos para que eles possam desempenhar um papel ativo nas discussões de suas próprias dificuldades e não ficarem apenas como meros receptores passivos de decisões e dos serviços.

É necessário pensar na cidade de modo a incluir todas as necessidades de cada grupo específico. É trazer a Geografia dos Surdos como necessidade no planejamento urbano e nos debates de inclusão. É importante também mudar o pensar e encarar a deficiência, trazendo o sujeito e olhando para o espaço que é quem possui.

## **2.1 A questão da acessibilidade mundial e brasileira**

### **2.2.1 Urbanização, exclusão e integração**

A realização da sociedade urbana exige um plano orientado para as necessidades sociais, para o qual é necessária uma ciência da cidade das relações e correlações na vida urbana, bem como uma força social e política capaz de operar esses meios. A urbanização e o direito à cidade estão intimamente ligados, já que é o crescimento das cidades, tanto em população quanto em extensão territorial.

A urbanização aconteceu primeiramente na Europa com a Revolução Industrial, que teve início na segunda metade do século XVII, caracterizando-se pelo grande desenvolvimento tecnológico. Esse processo influenciou diretamente no desenvolvimento da arquitetura das cidades. Não está ligada somente ao processo de mudança de aspectos rurais de uma região para as características urbanas, mas também a mudanças comportamentais que ocorrem na sociedade. Com isso, surge o desejo pela apropriação do espaço e pela busca por direitos das pessoas com deficiência.

O Ano Internacional da Pessoa Deficiente, a criação de instituições especializadas e leis sancionadas na década de 80 foram o impulso necessário para o início da integração social. Contudo, ainda era prevalente a segregação, ou seja, o sujeito com deficiência era tratado em uma instituição especializada antes de ser integrado ao espaço social com os demais. Segundo Santos (2014, p. 18):

Isto porque o paradigma da integração social tinha como premissa um período de atendimento segregado para que, posteriormente, a pessoa pudesse interagir da forma mais "normal possível" com a sociedade. Neste sentido, era relativamente comum um deficiente visual ser ensinado a andar sem bengala em determinados ambientes, como pressuposto de integração e de aproximação com o restante da sociedade. Ou, como outro exemplo, proibiu-se por muitos anos o ensino das línguas de sinais aos surdos em detrimento da utilização de métodos de oralização que consistiam em verdadeiras torturas, já que pretendiam ensinar-lhes a falar e entender o que os falantes pronunciavam.

A inclusão social por sua vez, permite a sociedade deve ser construída para todos, garantindo a convivência e inserção na comunidade. É respeitar a particularidade de cada um e garantir que a sociedade forneça meios que

proporcionem condições adequadas a todos, dentro de cada limitação de um grupo. Com isto, Sasaki (1997, p. 36) aborda sobre os conceitos inclusivistas: Autonomia, independência e empoderamento, pois:

Autonomia é a condição de domínio no ambiente físico e social, preservando ao máximo a privacidade e a dignidade da pessoa que a exerce. Ter maior ou menor autonomia significa que a pessoa com deficiência tem maior ou menor controle nos vários ambientes físicos e sociais que ela queira e/ou necessite frequentar para atingir seus objetivos. [...] Independência é a faculdade de decidir sem depender de outras pessoas, tais como: membros da família ou profissionais especializados. [...] Empoderamento significa o processo pelo qual uma pessoa, ou um grupo de pessoas, usa o seu poder pessoal inerente à sua condição, por exemplo: deficiência, gênero, idade, cor, para fazer escolhas e tomar decisões, assumindo assim o controle de sua vida.

Contudo, a autonomia depende do tipo de deficiência e do grau que o indivíduo pode ter. Por exemplo, uma pessoa com deficiência tem autonomia suficiente para subir rampas e atravessar ruas, porém outra pode necessitar de ajuda para completar o mesmo trajeto. Isso também se aplica à independência, pois ela depende da quantidade e qualidade de informações e serviços disponíveis para aquela pessoa, além da autodeterminação e prontidão para tomar decisões.

Uma pessoa deficiente pode não ser totalmente autônoma e ser independente em suas decisões, por exemplo, ao pedir ajuda e saber como o outro pode auxiliá-la. Já o empoderamento consiste no processo de tomar consciência e poder, fortalecendo a identidade e compreendendo-se como parte de um grupo. É ser protagonista também no sentido social e político, trazendo melhorias e discussões acerca de seu grupo.

O sujeito surdo possui identidade e uma linguagem própria, e mesmo com a exclusão e segregação enfrentadas, ele torna o espaço seu com autonomia, independência e empoderamento. A Libras é uma linguagem visual, permitindo que o surdo "ouça" com os olhos e se comunique com as mãos. Segundo Martins (2019, p. 9):

A informação proporciona a autonomia e o empoderamento social, pois através do conhecimento dos seus direitos e de onde buscá-los, tanto sujeito quanto seu núcleo familiar tem acesso aos direitos fundamentais já garantidos, porém a falta de conhecimento dos mesmos dificulta o acesso a eles.

Nesse sentido, podemos afirmar que os surdos, apesar dos avanços em sua luta pelos direitos ainda possuem dificuldades no acesso à informação, impedindo que ele possua total autonomia, devido à barreira comunicacional. É necessário um esforço tanto das pessoas com deficiência, como também da sociedade e do Estado.

### **2.2.2 Acessibilidade, inclusão e tecnologias para Surdos**

Acessibilidade pode ser conceituada como a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização com igualdade de oportunidades, com segurança e autonomia, a utilização de meios de transporte, físico, informação e comunicação.

Segundo Lombardi e Sahr (2015, p. 560) “Acessibilidade significa, no discurso do Estado, permitir que as pessoas com deficiência física ou com mobilidade reduzida participe de atividades que incluem serviços, lazer, educação, saúde, participação no mercado de trabalho, entre outros.” E para isso é necessária uma infraestrutura adequada, tanto nos espaços urbanos, como em moradias e veículos próprios e coletivos. Oliveira (2021, p. 7) sustenta que:

Nesse sentido, torna-se importante pensar o aspecto arquitetônico, projetando ou adaptando as vias públicas para facilitar a vidas das pessoas que têm dificuldade de locomoção ou usam cadeiras de rodas, com rampas e, com as chamadas “calçadas inteligentes”, que apresentam nivelamento uniforme e largura adequada ao livre deslocamento, guias e pisos antiderrapantes e ecologicamente corretos.

A inclusão espacial tem em vista o movimento dos sujeitos no espaço da cidade e a ocupação desses com acessibilidade, logo elas são complementares. A acessibilidade e a surdez ainda é algo que precisa ser melhor explorado. Por exemplo, para se garantir a acessibilidade de uma pessoa com mobilidade física prejudicada é necessária à construção rampas, elevadores e calçadas adaptadas. Como também, em uma consulta médica a comunicação não seria difícil. Já para o sujeito surdo requer muito mais que um ambiente físico e tecnológico preparado. Segundo Bissigo, Bruscatto e Vasconcelos (apud Bahia, 2015, p. 118):

[...] o entendimento de acessibilidade deve ser ampliado, e não se restringir apenas as barreiras arquitetônicas. A acessibilidade total deve contemplar todos os direitos humanos e não apenas o direito de ir e vir, devendo proporcionar a todos os cidadãos, com ou sem deficiência, acesso livre de qualquer obstáculo a bens, serviços, ambientes e relacionamentos humanos.

De modo geral, o espaço inclusivo para melhor atender essa comunidade iria requerer uma maior disponibilidade de informações visuais, tecnológicas e de intérpretes disponíveis em serviços de saúde, comércio, lazer, transportes, comércio e segurança. Dias e Dantas (2020, p. 11) afirma:

Isso afeta a organização socioespacial desses sujeitos que precisam se adaptar aos espaços e continuamente fazer escolhas, reorganizar suas rotas em uma cidade que é, em grande parte, organizada para os ouvintes. Nesse sentido, é preciso ampliar, na perspectiva da cidade inclusiva, os espaços de diálogo, inclusive fora do âmbito acadêmico, com os Surdos para que eles possam desempenhar um papel ativo nas discussões de suas próprias dificuldades e não ficarem apenas como meros receptores passivos de decisões e dos serviços.

Com o avanço tecnológico, os surdos também foram se apropriando de novas tecnologias para ter mais autonomia e independência em suas decisões. Como, por exemplo, o TDD (*Telephone Device for Deaf* - Telefone para Surdos), criado pelo cientista britânico Alexander Graham Bell em 1875. No entanto, sua pouca oferta e dificuldade no acesso acabaram tornando-o obsoleto com o passar dos anos.

Esse avanço também permitiu a criação de smartphones e, conseqüentemente, de aplicativos que facilitam a vida da população mundial, e as pessoas portadoras de deficiências se apropriam disso também. Como, por exemplo, o aplicativo *Moviereading*, que legenda e tem audiodescrição de filmes, o *VLibras*, que funciona como um tradutor simultâneo de Libras, a *Transcrição Instantânea*, que descreve na tela do celular o que está sendo dito, o *HandTalk*, que traduz textos e áudios para Libras e ASL (Língua Americana de Sinais), e o *RogerVoice*, que permite que as ligações possuam legendas.

Esses aplicativos não ajudam somente os surdos no seu cotidiano, mas também em ambientes escolares e acadêmicos. Onde o professor pode fazer uso deles para uma educação de qualidade e inclusiva. Já no âmbito da saúde, a oferta da Libras como disciplina obrigatória seria o ideal. Contudo, a utilização desses aplicativos também serviria como instrumento para

comunicação na utilização desses serviços, garantindo o direito a um atendimento de qualidade para todos.

Com toda essa tecnologia, não há justificativa para o não desenvolvimento da acessibilidade nos países. A Comissão Europeia analisa dados, projetos e elege as cidades mais acessíveis da Europa. O "Prêmio Cidade Acessível" foi lançado em 2010, com o objetivo de promover iniciativas para melhorar a acessibilidade nas cidades europeias, incentivando e encorajando as cidades a se inspirarem umas nas outras, a inovarem e a compartilharem boas práticas. Esse prêmio faz parte da Estratégia para os Direitos das Pessoas com Deficiência 2021-2030.

Luxemburgo ganhou o "Prêmio Cidade Acessível 2022" seguindo o plano *Design for All* (Design para Todos), facilitando o acesso e a locomoção para todos, utilizando carros de baixo piso equipados com rampas, além de anúncios visuais e sonoros nos ônibus e nas paradas. Desenvolveu-se acessibilidade em locais públicos, nos transportes, no lazer e na comunicação.

Neste sentido, com o avanço da tecnologia, diversos aplicativos e plataformas estão disponíveis mundialmente, facilitando a comunicação e garantindo a autonomia das pessoas com deficiência. Observamos também que países da Europa recebem incentivos para se tornarem mais acessíveis, enquanto no Brasil ainda há uma constante luta por acessibilidade e pelos direitos, que muitas vezes em seus planos diretores abrangem somente uma deficiência.

### **2.2.3 Acessibilidade no Brasil**

A principal lei de acessibilidade no Brasil é a Lei N°10.098, que estabelece "Normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação". Contudo, a acessibilidade no Brasil ainda é um grande desafio.

O Decreto 6949/2009 reconhece os meios de comunicação e acessibilidade, estabelecendo que:

a) Fornecer, prontamente e sem custo adicional, às pessoas com deficiência, todas as informações destinadas ao público em geral, em formatos acessíveis e tecnologias apropriadas aos diferentes tipos de deficiência; b) Aceitar e facilitar, em trâmites oficiais, o uso de línguas de sinais, braille, comunicação aumentativa e alternativa, e de todos os demais meios, modos e formatos acessíveis de comunicação, à escolha das pessoas com deficiência; c) Urgir as entidades privadas que oferecem serviços ao público em geral, inclusive por meio da Internet, a fornecer informações e serviços em formatos acessíveis, que possam ser usados por pessoas com deficiência; d) Incentivar a mídia, inclusive os provedores de informação pela Internet, a tornar seus serviços acessíveis a pessoas com deficiência; e) Reconhecer e promover o uso de línguas de sinais (Brasil, 2009).

São Paulo é o estado mais populoso do Brasil, com cerca de 44 milhões de habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A capital é considerada a cidade com mais acessibilidade no Brasil, seguida por Rio de Janeiro, Florianópolis, Foz do Iguaçu, Salvador e Uberlândia. A cidade conta com diversos museus aptos para receber pessoas com deficiência, assim como mapas táteis nos metrô, Braille, Libras e audiodescrição.

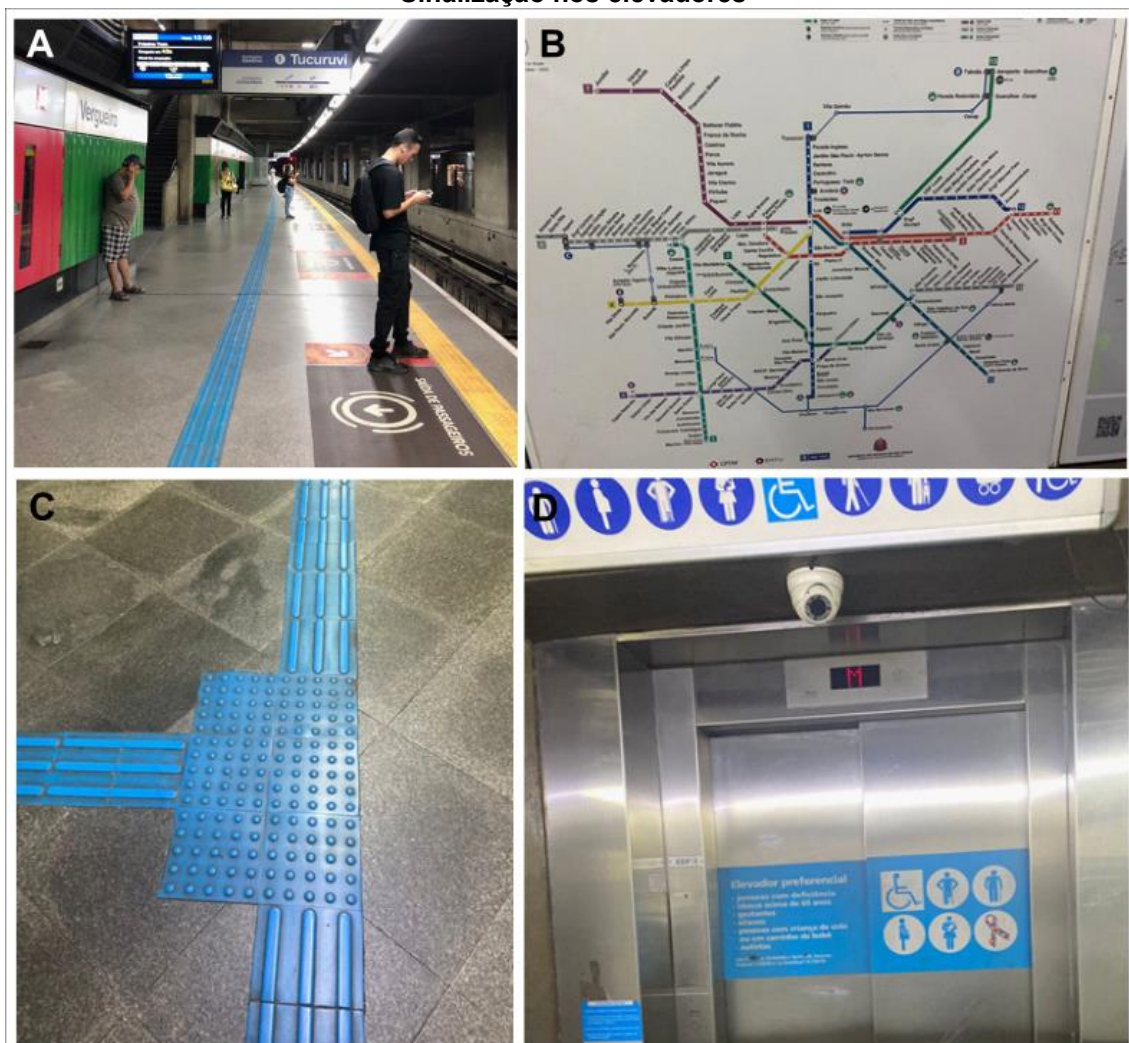
O Museu Pinacoteca, dedicado às artes visuais e inaugurado em 1905, atualmente conta com intérpretes de Libras, materiais em Braille, banheiros adaptados e profissionais especializados. As estações de metrô, os pisos são táteis, há elevadores, placas informativas das linhas e monitores com informações sobre o metrô (Figura 6).

A cidade possui o Plano Municipal de Ações para Pessoas com Deficiência - Inclui Sampa com metas para 2021 a 2024. O plano tem o objetivo de transformar São Paulo em uma cidade mais inclusiva para todos. As iniciativas abrangem áreas como saúde, assistência social, esportes e lazer, acessibilidade e transporte, educação com a introdução de Libras no ensino fundamental e médio nas instituições com surdos, participação social, cultura e turismo.

O plano diretor da cidade de São Paulo, aprovado pela Lei nº 16.050 de 31 de julho de 2014 e revisado em 2023, contempla algumas considerações em relação à acessibilidade. Dentre elas, o Art. 79 determina que sejam utilizados indicadores de acessibilidade e mobilidade urbana, além de determinar as formas de avaliação da efetividade da adoção das políticas de transporte e uso do solo ao longo do tempo.



**Figura 6 – Sinalizações na estação de metrô de São Paulo. A) Pisos táteis e aviso sonoro e visual. B) Mapa das linhas de metrô em São Paulo. C) Detalhe do piso tátil. D) Sinalização nos elevadores**



Fonte: Autora (2023).

O Art. 81 determina que o Poder Executivo elabore o Plano Municipal de Rotas Acessíveis, priorizando ações e áreas de intervenções em equipamentos, transportes, passeios e vagas públicas. Na área cultural e turística, prevê-se a implementação de sinalizações, planos e mapas acessíveis considerando todos os tipos de deficiência.

O Programa Lazer para Todos, mencionado no Art. 118, garante a infraestrutura e equipamentos em parques com recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência. Contudo, o plano diretor generaliza as deficiências, não abrangendo e/ou relatando as necessidades e mudanças específicas de cada deficiência.

Construir uma rampa ou colocar pisos táteis engloba apenas algumas deficiências, menosprezando outras, como afirmam Holdorf e Robinson (2020, p. 15):

O desejo das pessoas com deficiência de participarem de eventos culturais e a frustração por serem privadas de tais atividades por falta de recursos de acessibilidade, já que gestores de organizações culturais, líderes políticos, entre outros, desconhecem a importância destes recursos.

O sujeito surdo, como todas as outras deficiências, precisa de políticas públicas voltadas para o seu grupo em específico, com intérpretes em museus, nos serviços de saúde e segurança, legendas nas paradas de ônibus e estações de metrô, e etc. Segundo Holdorf e Robinson (2020, p. 15):

A presença do intérprete também reforçou o senso de pertencimento a uma comunidade e a afirmação da identidade e da Cultura Surda, pois tendo amplo conhecimento sobre a Comunidade Surda, o profissional sempre buscava vincular as obras de arte a períodos e fatos representativos para aquele grupo.

A presença de intérpretes é fundamental para garantir o direito ao acesso à serviços como toda a população. Nesse sentido, os estados das regiões Sul e Sudeste possuem mais acessibilidade que nas demais regiões, devido a diversos fatores históricos e socioeconômicos. Contudo, ainda falta políticas públicas voltadas para essas pessoas.

#### **2.2.4 Plano diretor e acessibilidade em Manaus**

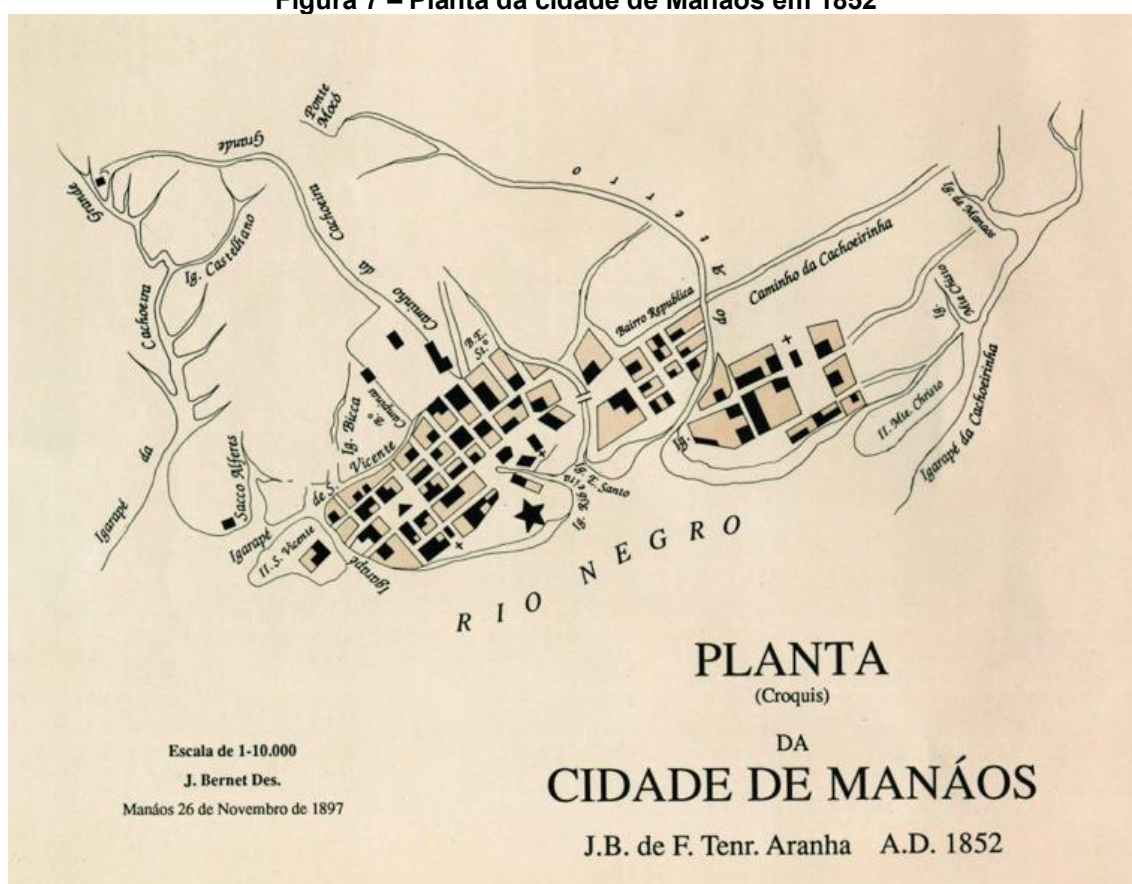
Manaus, capital do Amazonas, onde seu o núcleo urbano só teve início com a construção do Forte de São José da Barra do Rio Negro em 1669. Dia 5 de setembro de 1850, o Amazonas separou-se do Pará, sendo elevado à categoria de Província, e em 1856 a cidade da Barra do Rio Negro passou a ser Manaus. Segundo Freire (2022, p. 15), Manaus contava com 243 casas, sendo 122 de palha, uma praça e 16 ruas (Figura 7).

Foi durante a época da borracha, em que os Estados Unidos e a Europa precisavam de borracha, que era produzida principalmente pelo Amazonas. Muitos nordestinos para fugir da seca migraram para a região à procura de uma condição de vida melhor, assim:

A inserção da Amazônia na nova divisão internacional do trabalho exigiu mudanças significativas em Manaus, para que a cidade

pudesse servir com eficiência os seus novos donos, que se encarregam diretamente de promover essas transformações de acordo com os seus interesses, que nem sempre coincidiam com os interesses do conjunto da população. Neste período, com o concurso do capital, da tecnologia e das empresas inglesas são instalados os serviços públicos. Manaus é dotada de um sistema portuário moderno, de serviços de água encanada, esgoto e luz elétrica, de um sistema de coleta e disposição de lixo, de serviço telefônico e de uma linha telegráfica subfluvial.

**Figura 7 – Planta da cidade de Manaus em 1852**



Fonte: Instituto Durango Duarte.

Foi durante o governo de Eduardo Ribeiro que o Teatro Amazonas foi inaugurado em 1856, além do avanço na urbanização da cidade. Outros monumentos históricos também foram construídos, como o Reservatório do Mocó (1899) para o fornecimento de água para toda a cidade na época, Ponte Benjamin Constant (1895) entre os bairros Cachoeirinha e Centro e o Palácio da Justiça (1900). Manaus passou a ter ruas niveladas, novas avenidas e praças, instalando fontes, chafarizes e estátuas provenientes da Europa. Assim, Manaus ficou conhecida como “Paris dos Trópicos”.

Contudo, esse progresso só foi benéfico para quem tinha mais aquisição, a maioria das casas ocupadas pelos migrantes e índios era de taipa,

possuindo às vezes somente um cômodo. Com a crise da borracha, casarões foram desocupados e edifícios entraram em ruínas.

Somente com a criação da Zona Franca de Manaus em 1967, a urbanização foi impulsionada novamente, ocorrendo o desmatamento e invasão da floresta. Com a migração das pessoas vindas do interior, a cidade cresceu rapidamente e de forma totalmente desordenada, criando problemas em serviços básicos, como saneamento, luz, transporte e água.

Quando Manaus ainda era Manáos, foi publicado no jornal local o levantamento de pessoas com deficiências em 1901 (Figura 8), ano em que ainda utilizavam termos pejorativos para descrever essas pessoas. Os “idiotas” são os deficientes intelectuais, os “aleijados” são os deficientes físicos e os surdos eram separados em duas categorias: os surdos e os “surdos mudos” que provavelmente eram os surdos que falavam e os que não eram oralizados.

Figura 8 – Recorte de Jornal de Manáos em 1901

População de Manáos																																							
<p>O recenseamento procedido o anno passado, demonstra que dos 52.040 habitantes recenseados no município da capital, pouco menos do metade sabe ler e escrever, o que dá uma medida para se poder aquilatar o quanto a instrução elementar está difundida entre nós e quanto os nossos conterrâneos são propensos a se instruírem.</p> <p>Maior seria a proporção com certeza, deduzida a população adventícia, em sua maioria analfabeta.</p> <p>Ainda assim não se levando em conta o numero de crianças de 1 a 6 annos, que se eleva a 6.724, maior é o numero dos que sabem ler, do d'aquelle que não sabe.</p> <p>Com raras excepções, mesmo nos paizes mais cultos da Europa, poucos são os que demonstram um proporção igual, na instrução do povo.</p> <p>Não só sob este ponto de vista, merece attenção a estatística que publicamos, como tambem, quanto a longevidade dos habitantes.</p>	<table border="1"> <tr> <td>Sabem ler e escrever...</td> <td>25964</td> </tr> <tr> <td>Não sabem ler e escrever...</td> <td>26076</td> </tr> <tr> <td>Homens.....</td> <td>30393</td> </tr> <tr> <td>Mulheres.....</td> <td>21647</td> </tr> <tr> <td>Surdos.....</td> <td>29</td> </tr> <tr> <td>Surdos mudos.....</td> <td>3</td> </tr> <tr> <td>Cegos.....</td> <td>43</td> </tr> <tr> <td>Idiotas.....</td> <td>6</td> </tr> <tr> <td>Aleijados.....</td> <td>69</td> </tr> <tr> <td>De 1 a 6 annos.....</td> <td>6724</td> </tr> <tr> <td>» 7 » 15 » .....</td> <td>7719</td> </tr> <tr> <td>» 16 » 20 » .....</td> <td>6029</td> </tr> <tr> <td>» 21 » 40 » .....</td> <td>27354</td> </tr> <tr> <td>» 41 » 60 » .....</td> <td>3555</td> </tr> <tr> <td>» 61 » 80 » .....</td> <td>602</td> </tr> <tr> <td>» 81 » 100 » .....</td> <td>51</td> </tr> <tr> <td>» 81 » 100 » .....</td> <td>51</td> </tr> <tr> <td>» 101 » 110 » .....</td> <td>3</td> </tr> <tr> <td>Mais de 111 » .....</td> <td>3</td> </tr> </table> <p>Observações</p> <p>Na edade de mais de 111 dos 3, um tem 117 annos, um 123 e um 134 annos.</p>	Sabem ler e escrever...	25964	Não sabem ler e escrever...	26076	Homens.....	30393	Mulheres.....	21647	Surdos.....	29	Surdos mudos.....	3	Cegos.....	43	Idiotas.....	6	Aleijados.....	69	De 1 a 6 annos.....	6724	» 7 » 15 » .....	7719	» 16 » 20 » .....	6029	» 21 » 40 » .....	27354	» 41 » 60 » .....	3555	» 61 » 80 » .....	602	» 81 » 100 » .....	51	» 81 » 100 » .....	51	» 101 » 110 » .....	3	Mais de 111 » .....	3
Sabem ler e escrever...	25964																																						
Não sabem ler e escrever...	26076																																						
Homens.....	30393																																						
Mulheres.....	21647																																						
Surdos.....	29																																						
Surdos mudos.....	3																																						
Cegos.....	43																																						
Idiotas.....	6																																						
Aleijados.....	69																																						
De 1 a 6 annos.....	6724																																						
» 7 » 15 » .....	7719																																						
» 16 » 20 » .....	6029																																						
» 21 » 40 » .....	27354																																						
» 41 » 60 » .....	3555																																						
» 61 » 80 » .....	602																																						
» 81 » 100 » .....	51																																						
» 81 » 100 » .....	51																																						
» 101 » 110 » .....	3																																						
Mais de 111 » .....	3																																						

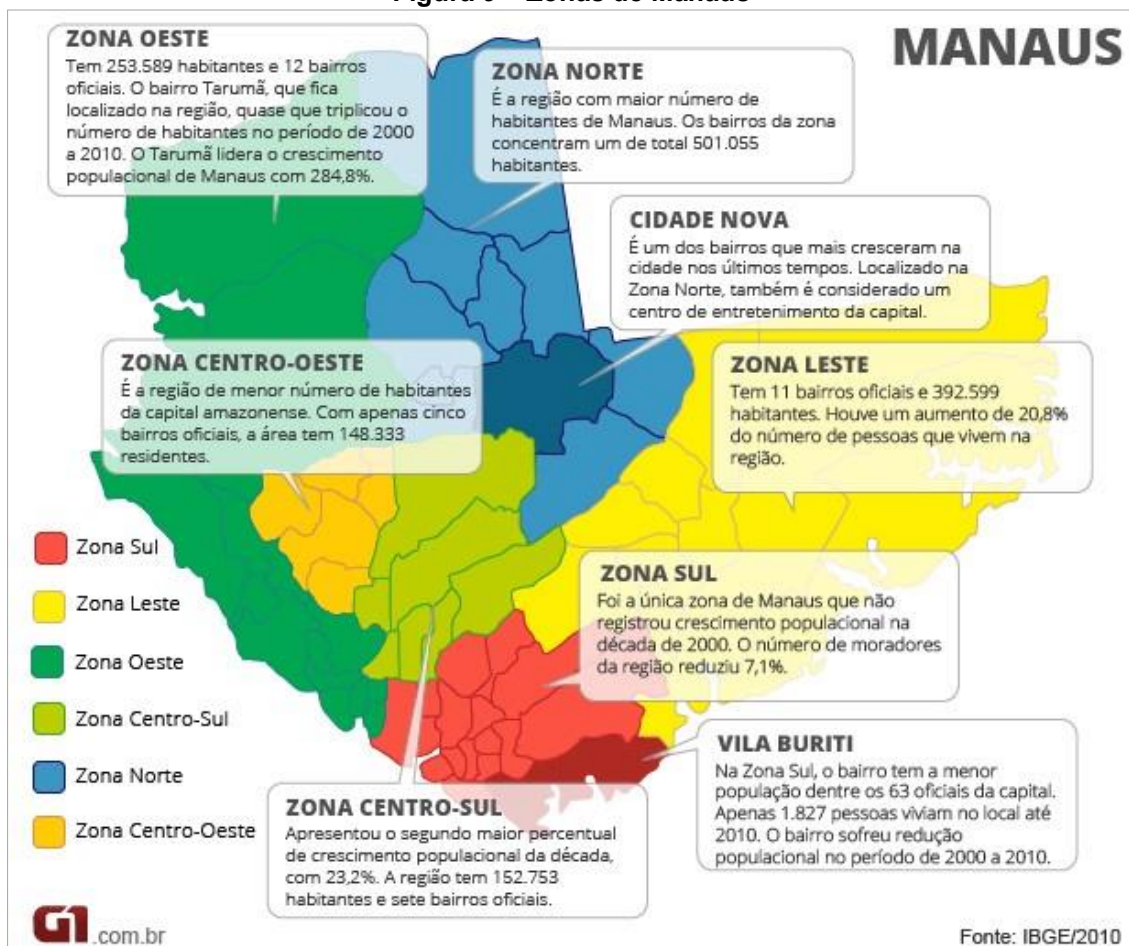
Fonte: Instituto Durango Duarte.

Atualmente, Manaus possui mais de 2 milhões de habitantes segundo censo de 2022, que anteriormente era restrita ao centro, hoje possui 63 bairros (Figura 9). Urbanizada às pressas, ainda deixa a desejar em relação à cidade



inclusiva. O centro, onde ocupa diversos patrimônios históricos possui ruas com buracos e calçadas estreitas e quebradas. Somente alguns ônibus possuem rampas para deficientes, que nem sempre funcionam.

Figura 9 – Zonas de Manaus



Fonte: G1 (2010).

O plano diretor é a principal lei do município que trata da organização e ocupação do território. Aprovado em 16 de janeiro de 2014, passou por duas alterações em 2016 e 2019 por meio da Lei Complementar N°007 de 25 de julho. No que tange à deficiência e à acessibilidade, o plano conta com dois princípios voltados, sendo eles:

II - promoção da qualidade de vida e do ambiente;

IV - inclusão social, por meio da regularização da propriedade territorial e da ampliação do acesso à moradia.

Em relação às estratégias, o plano garante as condições básicas de vida, mobilidade urbana em todo o território municipal, com ênfase na acessibilidade da pessoa com deficiência e com mobilidade reduzida, acesso

democrático à terra e moradia e implementação do desporto e lazer. A acessibilidade é citada novamente no capítulo 6 em relação à mobilidade.

Art.21 Ila. priorização dos pedestres, das pessoas com deficiência e das pessoas com baixa mobilidade nas vias, ordenando e padronizando os elementos do mobiliário urbano e a comunicação visual, implantando e ampliando a arborização, implantando, nivelando e recuperando as calçadas ocupadas com usos impróprios; d. garantia da acessibilidade universal, autônoma e segura aos usuários do espaço urbano, priorizando as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e os pedestres.

Da qualificação dos espaços públicos conforme o Art. 34 “II. construção de calçadas, ciclovias e passarelas, de acordo com as normas específicas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), em todas as vias a serem recuperadas, quando possível”. Assim como a criação de espaços de lazer para crianças e jovens com acessibilidade e garantia de acesso para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida em todos os espaços públicos.

A Lei complementar Nº003 de janeiro de 2014 que dispõe sobre o Código de Obras e Edificações do Município de Manaus e dá outras providências garante condições de acessibilidade, circulação e utilização das edificações, especialmente as de uso público, com autonomia e segurança para uso de cidadãos com deficiência e mobilidade reduzida. No qual, planeja a reforma e mudanças de calçadas, passeios e serviços que sejam mais acessíveis a essas pessoas, como a exigência para mercados populares em estar adaptado para a acessibilidade.

Apesar das leis complementares, não abrangerem especificamente os indivíduos surdos, falam sobre acessibilidade de modo geral, como se todas as deficiências possuíssem necessidades iguais. Portanto, o próprio Plano Diretor da cidade de Manaus é excludente, pois não menciona os surdos como agentes sociais.

Caminhando pela Metrópole Manaus (Figura 10), foi possível perceber claramente isso, pois alguns monumentos e prédios contam com intérpretes de Libras, como o Teatro Amazonas, mas os surdos poucos sabem ou não têm acesso a esses lugares. Restando para essas agentes sociais poucas ou nenhuma informação sobre sua cidade, revelando uma face de descaso das

políticas públicas e falta de inserção deste segmento populacional no contexto da sociedade urbana.

**Figura 10 – Trabalho de campo no centro de Manaus com os estudantes surdos**



Fonte: Autora (2023).

### CAPÍTULO 3 – O CAMINHAR PELA METRÓPOLE MANAUS

Velho caminhante da cidade que tem olhos de janela, sempre atentos à paisagem urbana. É da paisagem urbana e de seus diversos personagens e memórias. Dos loucos de rua que tinham nome, do rio, dos cheiros e das gentes nas ruas. É um conjunto atento às “transformações e permanências” do lugar e seus múltiplos elos com o mundo. E do lugar e do mundo, uma reflexão de nós mesmos.

José Aldemir de Oliveira

Neste capítulo, foram abordados os três roteiros localizados e percorridos no centro histórico de Manaus. Estes roteiros foram percorridos com uma professora de Geografia e com alunos surdos da Escola Estadual Augusto Carneiro dos Santos que fazem parte da pesquisa. Trata-se de um caminhar envolvendo a observação dos objetos arquitetônicos e geográficos do lugar. O roteiro constituiu de prédios, praças e monumentos organizados pela proximidade visando facilitar a sequência das aulas. Os três roteiros ficaram assim distribuídos:

No ano de 2022, quando comecei a pesquisa com os estudantes surdos da Escola Estadual Augusto Carneiro dos Santos, resgatei várias lembranças dos tempos em que eu atuava como professora de Geografia, e através da pesquisa pude novamente ter esse contato, não somente com os estudantes, mas com a professora atual de geografia.

Minha trajetória com a educação de surdos não começou agora. No primeiro ano do ensino médio, a SEDUC, no ano de 1990, ofereceu dentro do espaço do IEA vários cursos para os alunos e eu decidi fazer o curso de Educação Especial na área de deficiência auditiva, assim como era nomeado na época. Fiquei tão empolgada com o curso que a coordenadora me convidou para fazer um estágio na escola de surdos. Ali começava minha trajetória na educação de surdos. Três anos depois, em 1993, recém-formada, fui aprovada no meu primeiro concurso para professora, sendo uma das primeiras colocadas. Tive a felicidade de ser escolhida pela então pedagoga da escola que estava lotando os novos professores.

Fui lotada na escola no turno vespertino e no primeiro dia de aula a diretora da escola me convidou para trabalhar também à noite com os alunos surdos adultos. Nesse período já tinha certo domínio da língua de sinais, pois



mergulhei de cabeça no “mundo” dos surdos. Além do ambiente da escola, eu frequentava todos os lugares onde os mesmos se reuniam: nas praças e na associação.

O trabalho na escola em que atuava, por ser com alunos da educação especial, exigiu certo preparo. Portanto, participei de alguns cursos além do já citado anteriormente e que passo a descrever aqueles que consideram mais relevantes: Curso de Atualização para Docentes de Classe Especial na Área de Deficiência Auditiva (DA), em 1994, Curso de Atualização para Docentes na Área de DA, em 1995, Curso de Aperfeiçoamento para Docentes e Especialistas na Área de Deficiência Auditiva, em 1996, Congresso para Educadores de Surdos no Rio de Janeiro-RJ, em 1998, Curso de Formação para Professores em Serviço de Informática na Educação Especial, em 2005 e, finalmente, o curso de Extensão Interpretação de Língua de Sinais/Português pela Universidade de Brasília, na qual me dava o direito de ser intérprete de Libras.

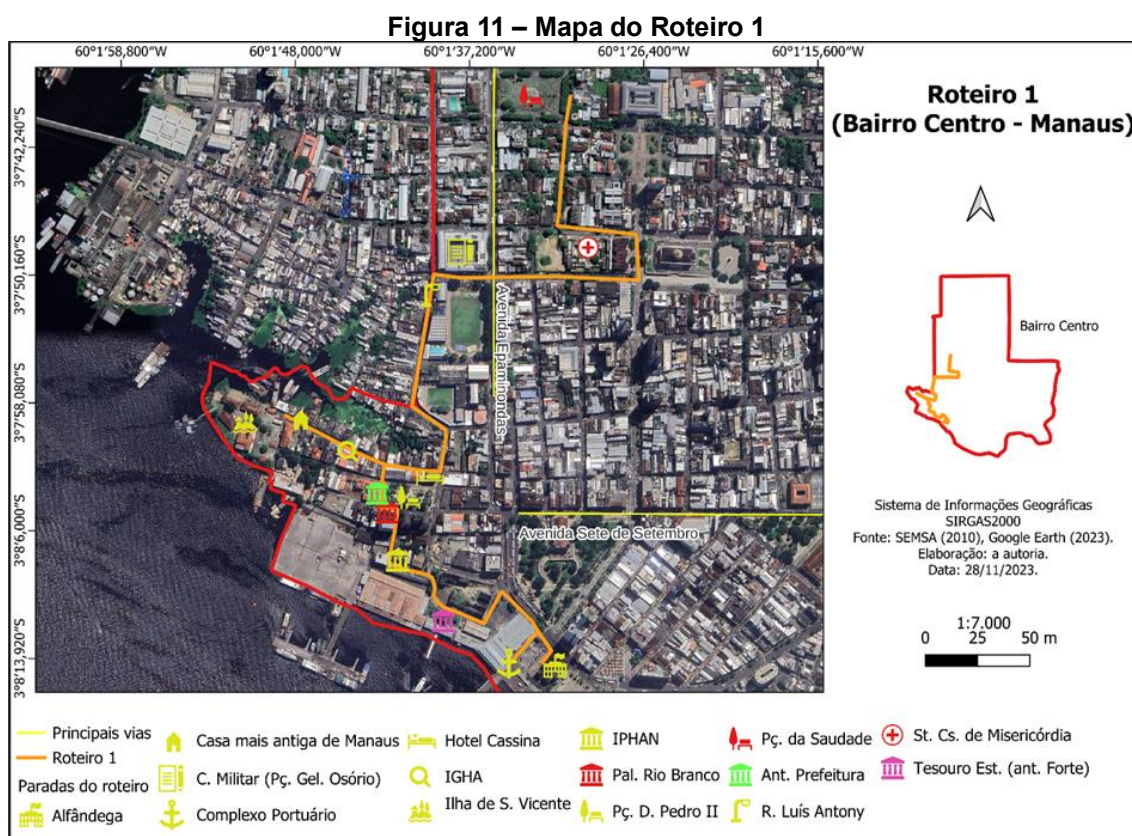
A partir da pesquisa, pude novamente ter contato com os estudantes, via entrevistas, respostas de questionários com a professora e com os estudantes que serviram de fonte de dados. Além disso, foram realizados trabalhos de campo sobre os roteiros sugeridos. E nesses momentos de trabalho de campo, pude perceber a grande importância dessa pesquisa. O olhar atento dos estudantes surdos sobre os monumentos, prédios e praças, como se estivessem apropriando-se de sua cidade naquele exato momento, marcou-me profundamente.

Ao longo da caminhada pela cidade, percebi que essa pesquisa não termina aqui. Pelo contrário, falta desvendar mais sobre nossa metrópole. Dessa forma, a partir dos três roteiros selecionados, após a discussão quanto à importância de sua organização e sistematização para uso dos alunos surdos, a discussão se pautou na pertinência de se elaborar uma cartilha a ser disponibilizada para professores e profissionais que trabalham com alunos surdos.

Esta cartilha constitui um produto oriundo desta dissertação, constituindo ao mesmo tempo o terceiro capítulo.

### 3.1 Roteiro 1

O trajeto mostrado na Figura 11 contempla 15 (quinze) pontos: Praça da Saudade (Figura 12), Santa Casa de Misericórdia (Figura 13), Rua Luís Antony (Figura 14), Colégio Militar (Antiga Praça General Osório) (Figura 15), Hotel Cassina (Figura 16), Praça D. Pedro II (Figura 17), Prédio da Prefeitura (Figura 18), Instituto de Geografia e História do Amazonas (IGHA) (Figura 19), Casa mais antiga de Manaus (Figura 20), Ilha de São Vicente (Figura 21), Palácio Rio Branco (Figura 22), Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de Antropologia (IPHAN) (Figura 23), Tesouro Estadual (provável lugar do antigo Forte) (Figura 24), Complexo Portuário (Figura 25) e Alfândega (Figura 26).



Fonte: Google Earth (2023); SEMSA (2010). Elaboração: Fredson Bernardino (2023).

A Praça 5 de Setembro, (Figura 12), localizada entre a Avenida Epaminondas e ruas Ramos Ferreira, Ferreira Pena e Simão Bolívar, no Centro. Comumente conhecida com Praça da Saudade devido ao antigo Cemitério São José que ficava em frente à praça, e que atualmente comporta a sede do Rio Negro Clube. Funcionou como local de encontro da comunidade surda.

**Figura 12 – Praça 5 de Setembro (Praça da Saudade)**



Fonte: Autora (2023).



A Santa Casa de Misericórdia, (Figura 13), foi uma entidade filantrópica brasileira inaugurada em 1880. Porém, desativada em 2004 pela falta de verba e dívidas trabalhistas. Em 2019, foi leiloado e arrematado pelo Instituto Metropolitano de Ensino (Ceuni-Fametro). Fica situada na Rua 10 de julho.

**Figura 13 – Santa Casa da Misericórdia**



Fonte: Autora (2023).

Luiz Antony lutou na Guerra do Paraguai (1864-1870) recebendo a patente de capitão por atos de bravura. A rua (Figura 14) possui diversas referências: atrás do Colégio Militar de Manaus (CMM) e Colégio Dom Bosco, terminando na bifurcação entre a Rua Saldanha Marinho e Governador Vitório.

**Figura 14 – Rua Luiz Antony**



Fonte: Agerman (2021).



Antiga Praça General Osório (Figura 15), conhecida como Praça Uruguaiana. Tornou-se um Estádio em 1938, porém em 1971 foi cedida ao Exército, onde atualmente situam-se o Colégio Militar de Manaus (CMM) e Colégio Dom Bosco.

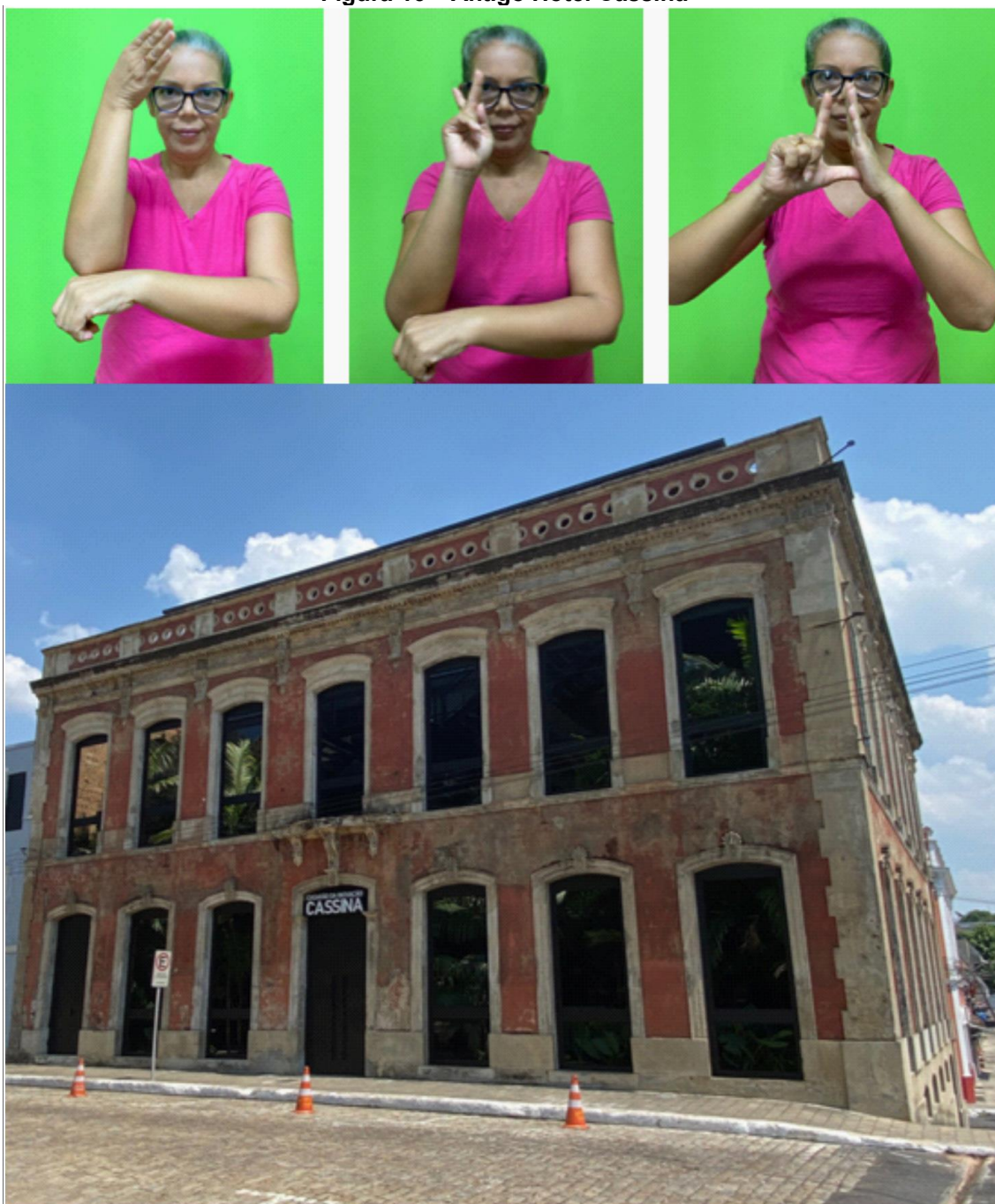
**Figura 15 – Colégio Militar de Manaus, antiga Praça General Osório**



Fonte: Autora (2023).

O Antigo Hotel Cassina (Figura 16), localizado na Rua Bernardo Ramos, em frente à Praça Dom Pedro II, o casarão foi construído em 1899, tendo como empresário Andrea Cassina. Funcionou como hotel famoso e caro, com uma localização privilegiada. Porém, em 1960, foi fechado e abandonado. Em 2019, começou a revitalização e hoje possui o nome "Casarão da Inovação Cassina", funcionando como espaço para empreendedorismo e inovação.

**Figura 16 – Antigo Hotel Cassina**



Fonte: Autora (2023).



A Praça Dom Pedro II (Figura 17) ao longo de sua história teve vários nomes, dentre eles “Largo do Pelourinho”, onde pessoas escravizadas eram castigadas. A praça fica cercada de outros importantes construções antigas e importantes para a cidade como o Hotel Cassina, antiga sede da prefeitura e Palácio Rio Branco.

**Figura 17 – Praça Dom Pedro II**



Fonte: Autora (2023).



Antiga Sede da Prefeitura (Figura 18) funcionou também como sede do Governo da Província e do Governo do Estado, bem como residência para os governadores. Em 1917, tornou-se sede da Prefeitura, e atualmente funciona como Museu da Cidade de Manaus, conhecido como Paço da Liberdade.

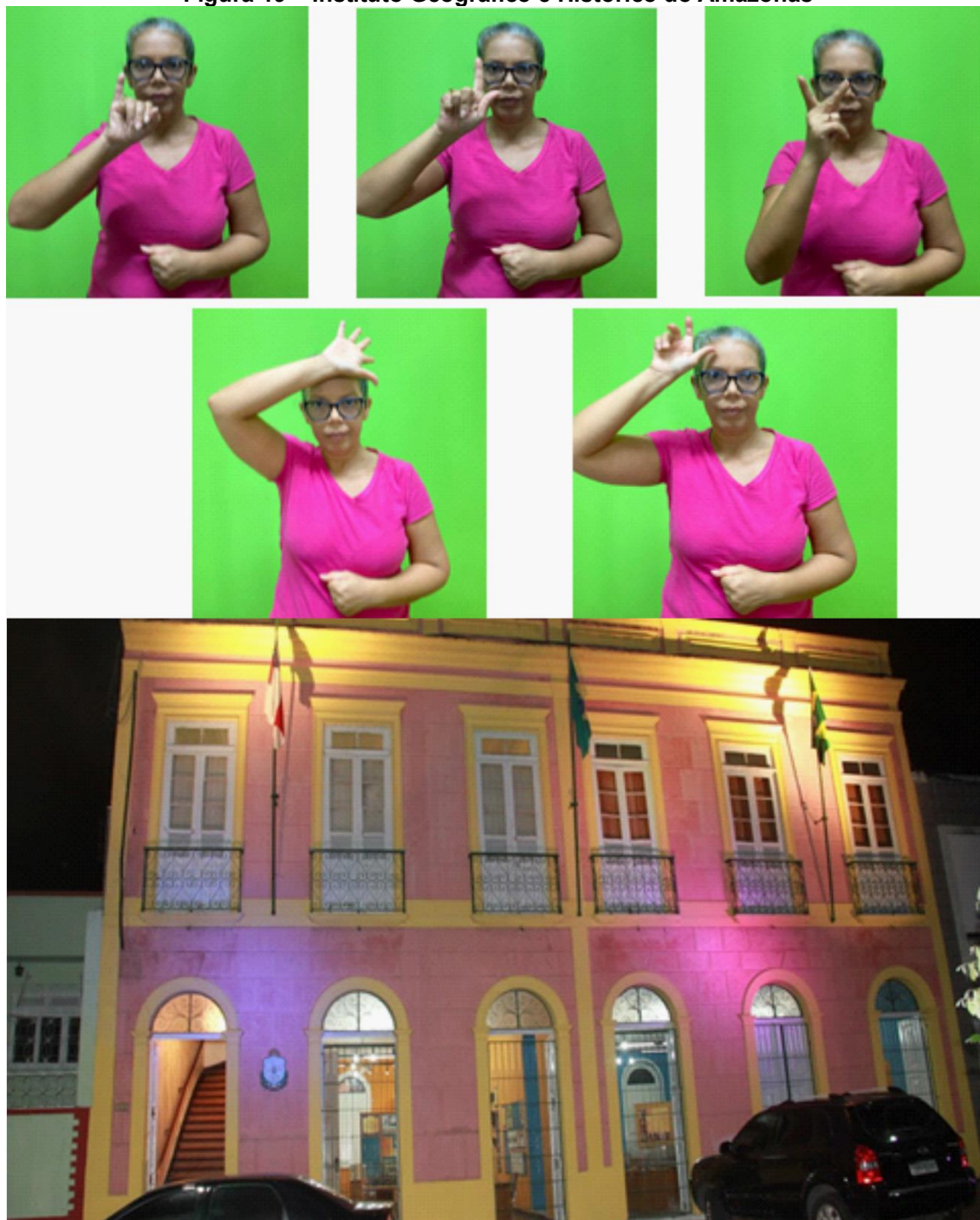
**Figura 18 – Antiga Sede da Prefeitura de Manaus**



Fonte: Autora (2023).

O Instituto de Geografia e História do Amazonas (IGHA) (Figura 19), localizado na Rua Bernardo Ramos (mesma Rua do Hotel Cassina), foi fundado em 1917, é funciona como instituto cultural, histórico e científico, com fins arquivísticos e de pesquisa.

**Figura 19 – Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas**



Fonte: Autora (2023).



As casas mais antigas da cidade (Figura 20) situam-se na Rua Bernardo Ramos (próximo a Praça Dom Pedro II). Construídas em 1819, as casas 69 e 77 recebem o título de residências mais antigas de Manaus, e que atualmente o acervo de obras do Oscar Ramos.

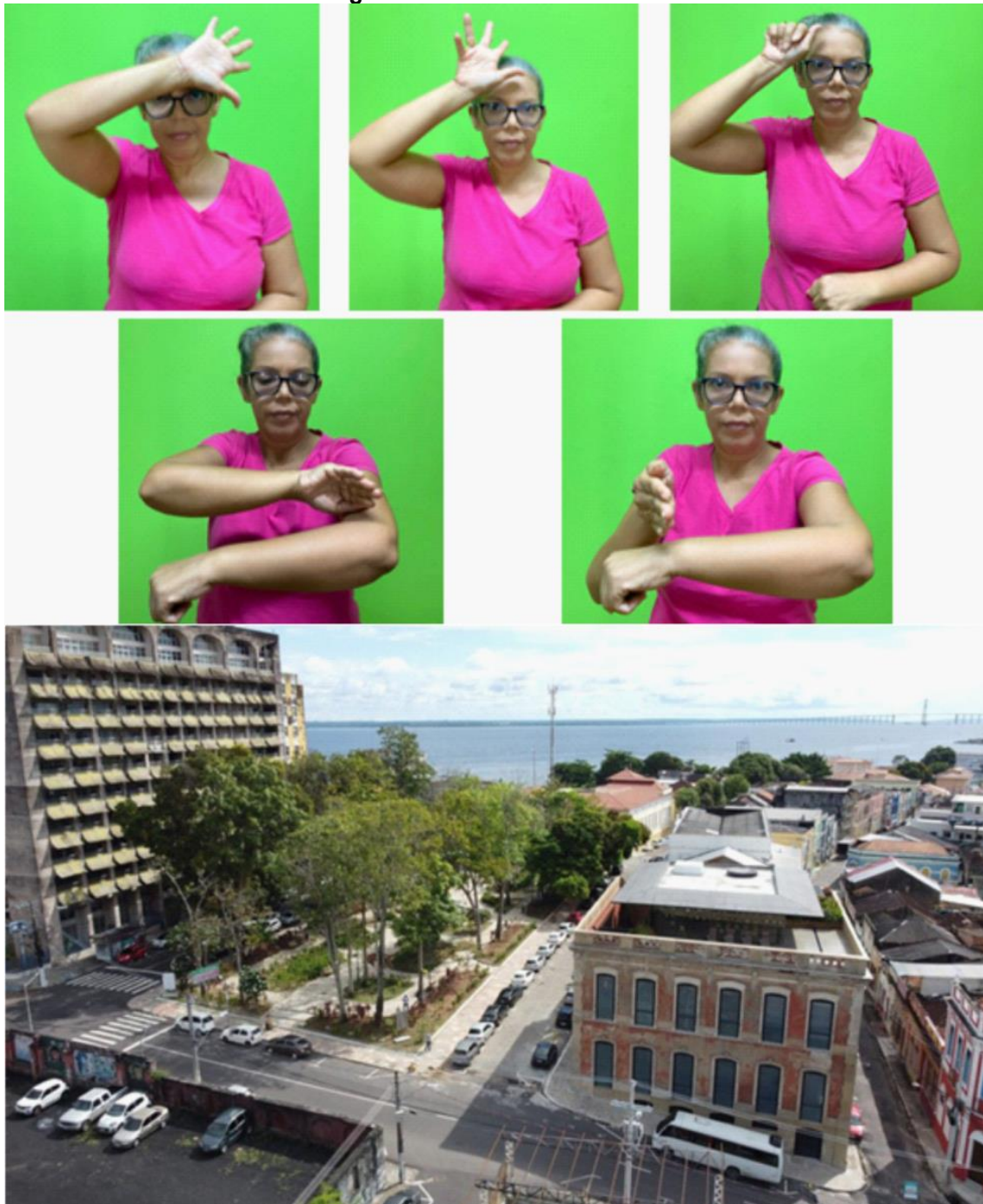
**Figura 20 – Casas mais antigas de Manaus, Centro Cultural Oscar Ramos**



Fonte: Turismo Amazonas (2020).

Registros históricos indicam que a cidade de Manaus começou na Ilha de São Vicente (Figura 21), com a construção do Forte de São José da Barra do Rio Negro. Diversos patrimônios estão localizados na Ilha, como: Hotel Cassina, Casa mais antiga, Praça Dom Pedro II, Sede da Prefeitura e entre outros.

**Figura 21 – Ilha de São Vicente**



Fonte: Portal do Marcos Santos (2021).



O Palácio Rio Branco (Figura 22), foi construído entre os anos 1905 e 1938, projetado com a finalidade de abrigar a Chefatura da Polícia, porém nunca serviu para este fim, sendo sede da Assembléia Legislativa e em 2000 cede do Governo do Estado. Atualmente é o Centro Cultural Palácio Rio Branco, localizado junto à Praça Dom Pedro II.

**Figura 22 – Palácio Rio Branco**



Fonte: Autora (2023).

O Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de Antropologia (IPHAN) (Figura 23), localizado na Travessa Vivaldo Lima, onde tem o papel de revitalização e fiscalização voltado para preservação dos monumentos tombados em Manaus.

**Figura 23 – Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**

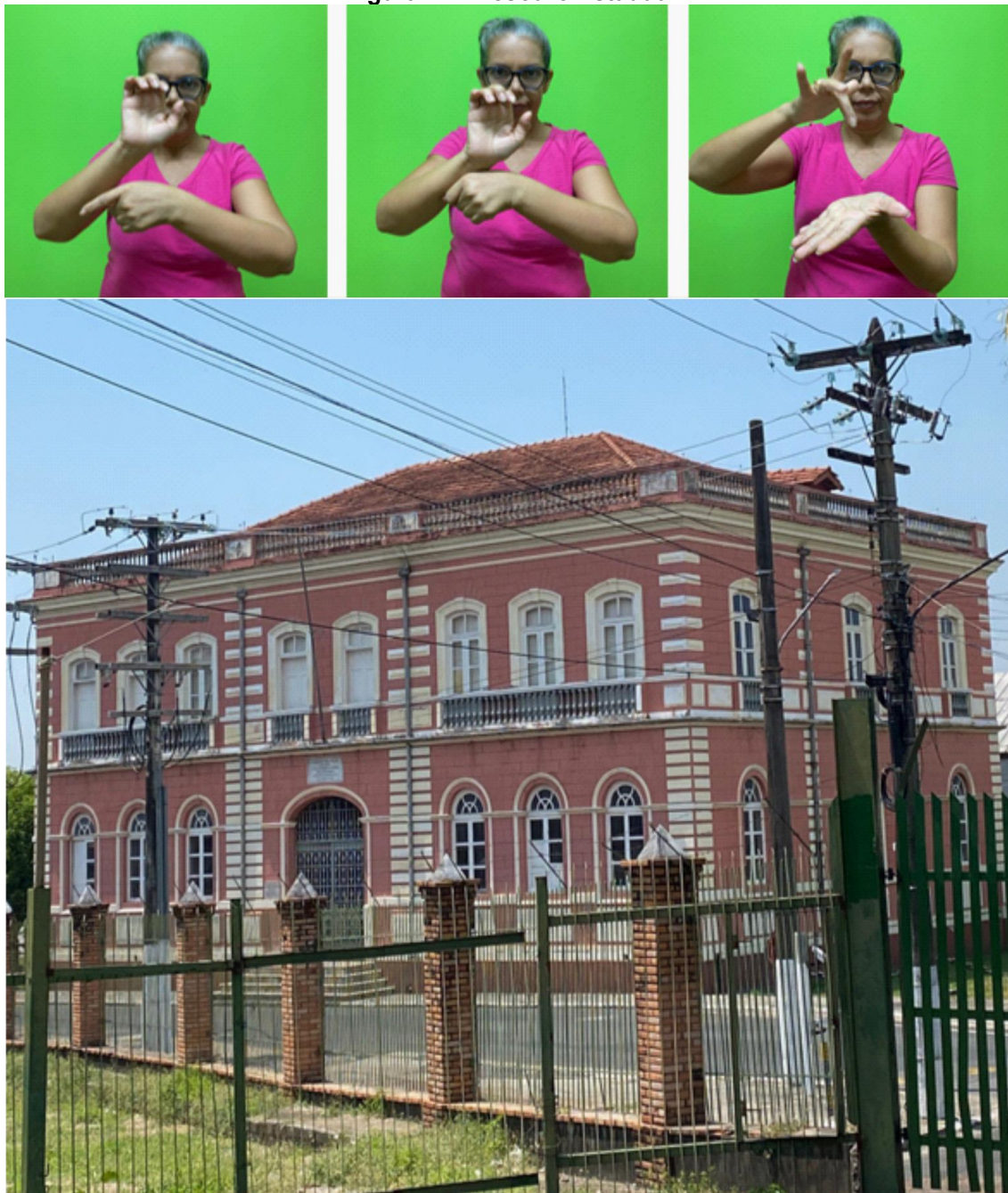


Fonte: Autora (2023).



O Tesouro Estadual (Figura 24), localizado na zona portuária e inaugurado em 1890, onde era a sede da Recebedoria Fiscal do Estado. Tombado pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e restaurado recentemente.

**Figura 24 – Tesouro Estadual**

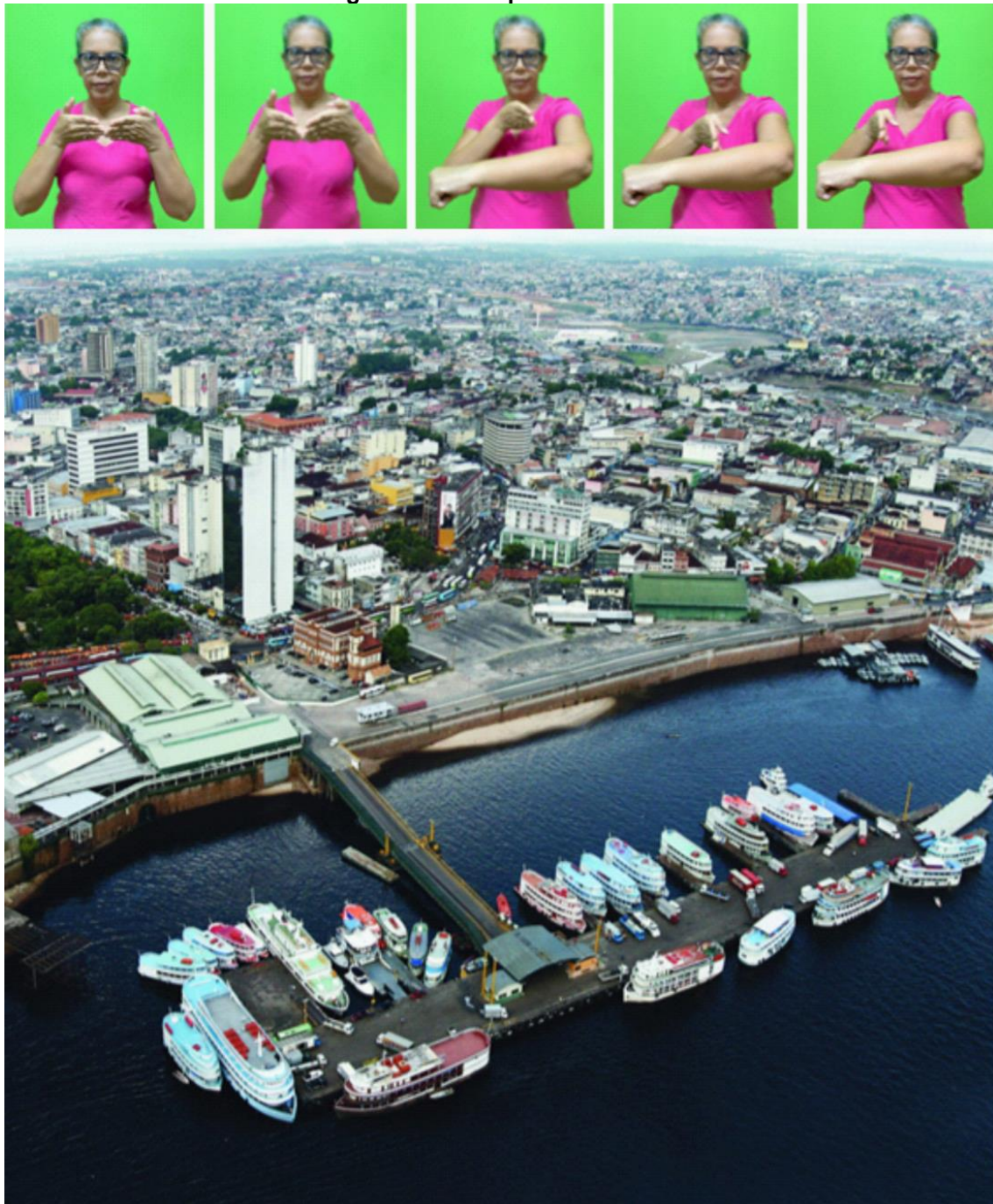


Fonte: Autora (2023).



O Complexo Portuário (Figura 25), localizado na Rua Taqueirinha. Inaugurado em 1907, considerado o maior porto flutuante do mundo, além de servir para embarque e desembarque de passageiros e mercadorias.

**Figura 25 – Complexo Portuário**



Fonte: Instituto Durango Duarte.



A Alfândega (Figura 26), localizado na Rua Marquês de Santa Cruz. Construído pela empresa inglesa *Manaos Harbour Limited* na primeira década do século 20, foi projetado para funcionar como escritório geral da empresa inglesa no pavimento inferior e moradia dos diretores no pavimento superior. Tombado como patrimônio histórico nacional em 1987 junto com o complexo portuário.

**Figura 26 – Alfândega**

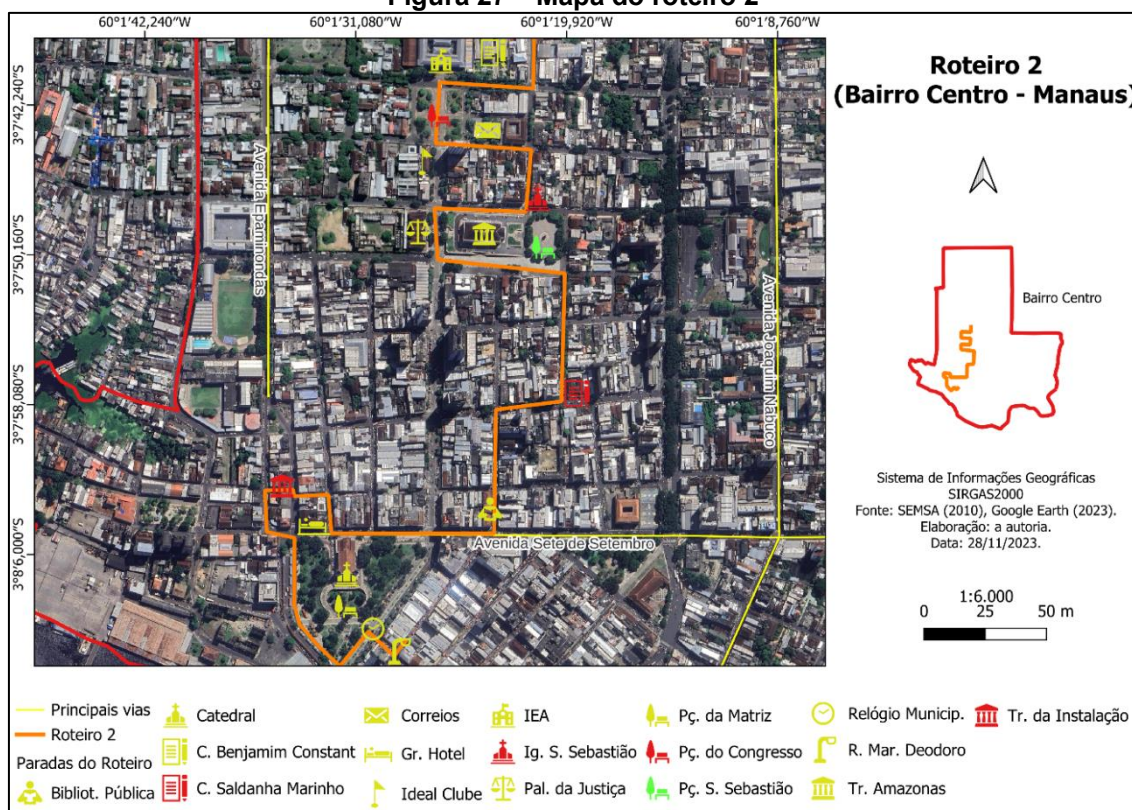


Fonte: Autora (2023).

### 3.2 Roteiro 2

O roteiro 2, composto por 17 (dezessete) pontos (Figura 27), são eles: o Teatro da Instalação (Figura 28), Catedral Metropolitana (Figura 29), Praça da Matriz (Figura 30), Relógio Municipal (Figura 31), Correios (Figura 32), Rua Marechal Deodoro (Figura 33), Grande Hotel (Figura 34), Biblioteca Pública (Figura 35), Colégio Saldanha Marinho (Figura 36), Praça São Sebastião (Figura 37), Igreja São Sebastião (Figura 38), Teatro Amazonas (Figura 39), Palácio da Justiça (Figura 40), Ideal Clube (Figura 41), Praça do Congresso (Figura 42), Instituto de Educação do Amazonas (IEA) (Figura 43), Colégio Benjamim Constant (Figura 44).

Figura 27 – Mapa do roteiro 2

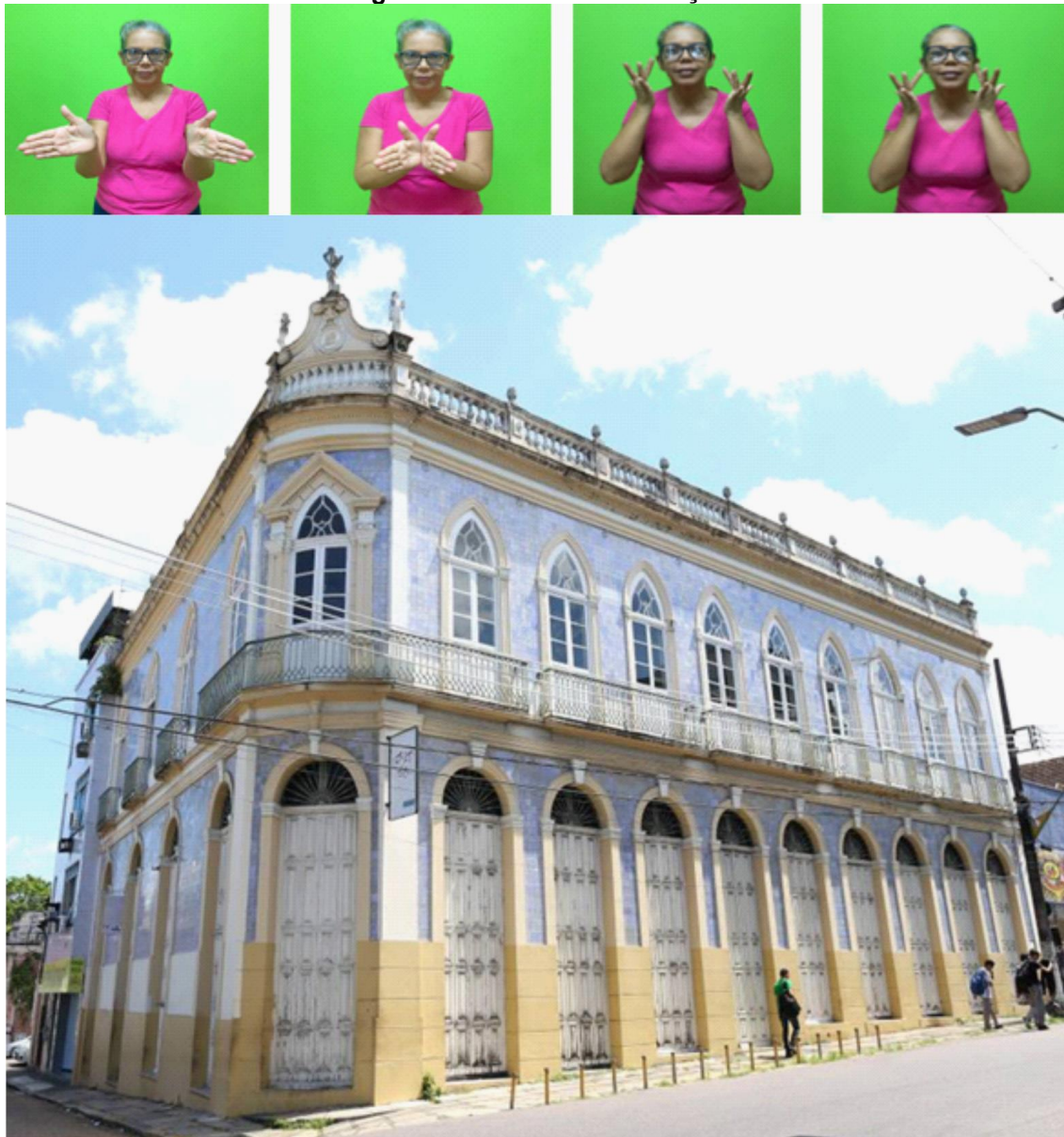


Fonte: SEMSA (2010), Google Earth (2023). Elaboração: Fredson Bernardino (2023).



Teatro da Instalação (Figura 28), localizado na Rua Frei José dos Inocentes. Funcionou a antiga loja Casa Havaneza e recebe espetáculos de teatro e de dança, concertos, shows, ensaios cênicos de dança e cinema.

**Figura 28 – Teatro da Instalação**



Fonte: Portal da Cultura.

A Catedral de Manaus (Figura 29), localizada na Avenida Marquês de Santa Cruz. Conhecida como Igreja da Matriz, foi inaugurada em 1877 e foi a primeira grande obra arquitetônica realizada na cidade.

**Figura 29 - Catedral Metropolitana de Manaus**

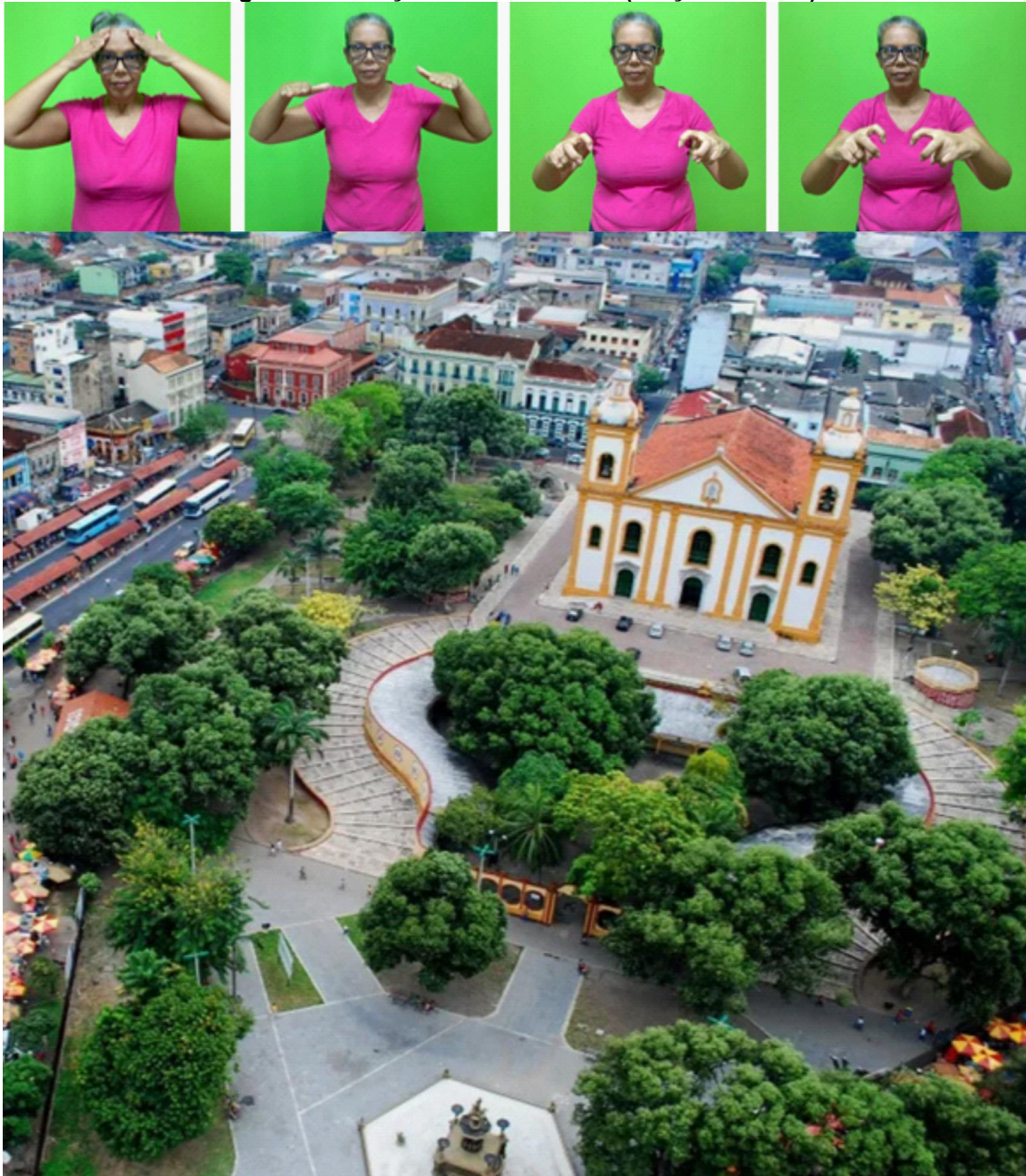


Fonte: Wikipedia.



A Praça XV de Novembro ou Praça da Matriz (Figura 30), localizada também na Avenida Marquês de Santa Cruz. Conhecida como Praça da Matriz, abriga a Igreja da Matriz, o Chafariz e o Relógio Municipal.

**Figura 30 – Praça XV de Novembro (Praça da Matriz)**



Fonte: G1 Globo.



O Relógio Municipal (Figura 31), localizado na Avenida Eduardo Ribeiro e foi inaugurado no ano de 1929. Nele há dois mostradores. Em um deles há a inscrição latina *Vulnerant omnes, ultima necat*, que significa Todas ferem, a última mata.

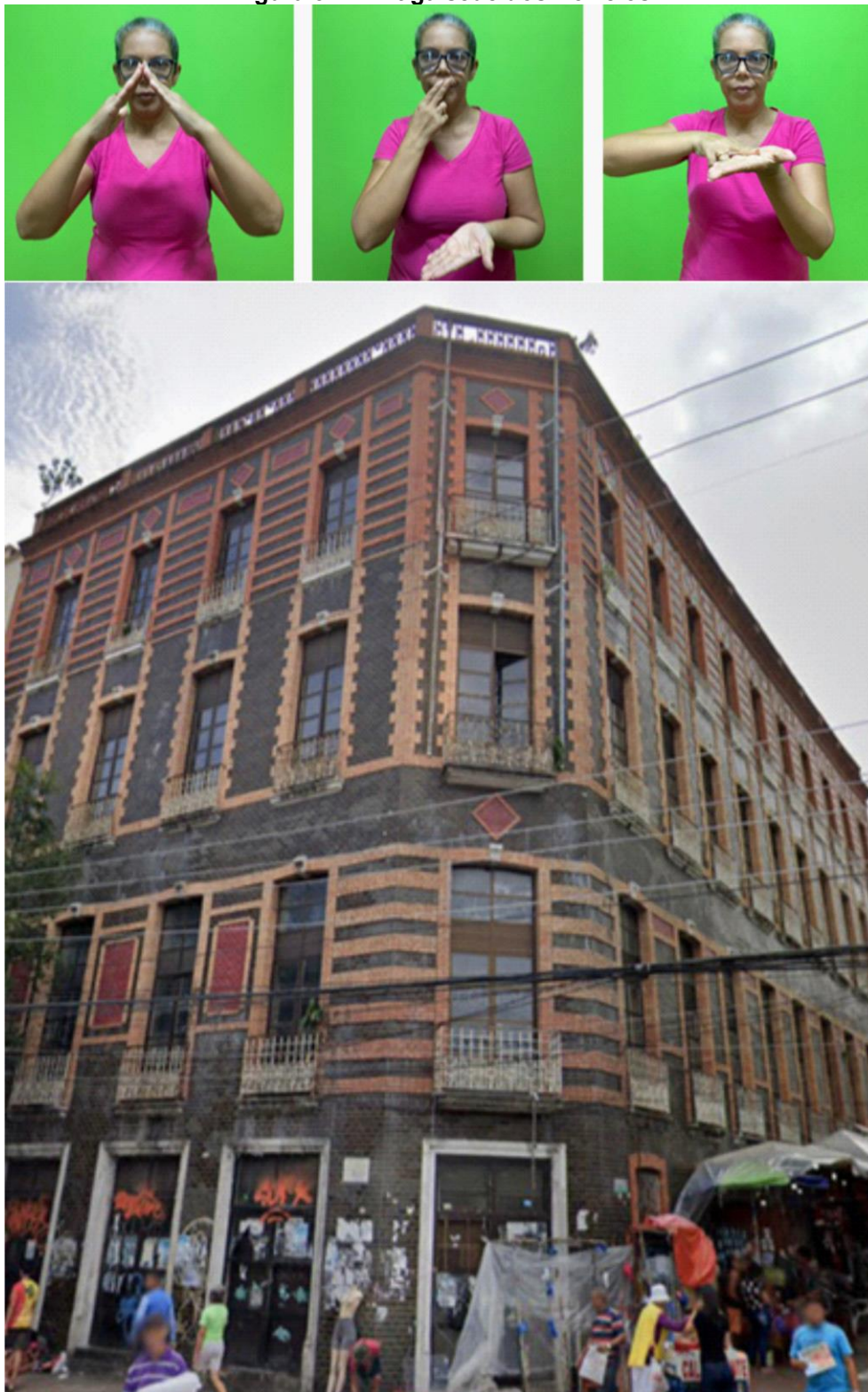
Figura 31 – Relógio Municipal



Fonte: Autora (2023).

Antigo prédio dos Correios (Figura 32), localizado na Avenida Eduardo Ribeiro, esquina com a Rua Teodoro Souto. Foi sede da agência central dos Correios, encontra-se abandonado há anos e o edifício tem estilo eclético, tendo sido construído no início do século 20 para abrigar a firma *Marius & Levy*.

**Figura 32 – Antiga sede dos Correios**



Fonte: Autora (2023).



Conhecida como “bate palma” (Figura 33). Nas primeiras décadas do século XX, diversas indústrias concentram-se na Rua Marechal Deodoro e em suas travessas. A rua também era o centro social e político do município, nela se situando a Prefeitura e a Câmara Municipal. A rua era o local de encontro dos antigos moradores da cidade e palco para os desfiles cívicos em datas comemorativas.

**Figura 33 – Rua Marechal Deodoro**



Fonte: Prefeitura de Manaus.



O Grande Hotel (Figura 34), localizado na Avenida Sete de Setembro com a Rua Marechal Deodoro. O edifício configurou-se como um dos principais hotéis de Manaus, continuou funcionando até os primeiros anos da década de 1970, quando foi vendido. Atualmente, o prédio está ocupado por lojas de departamentos.

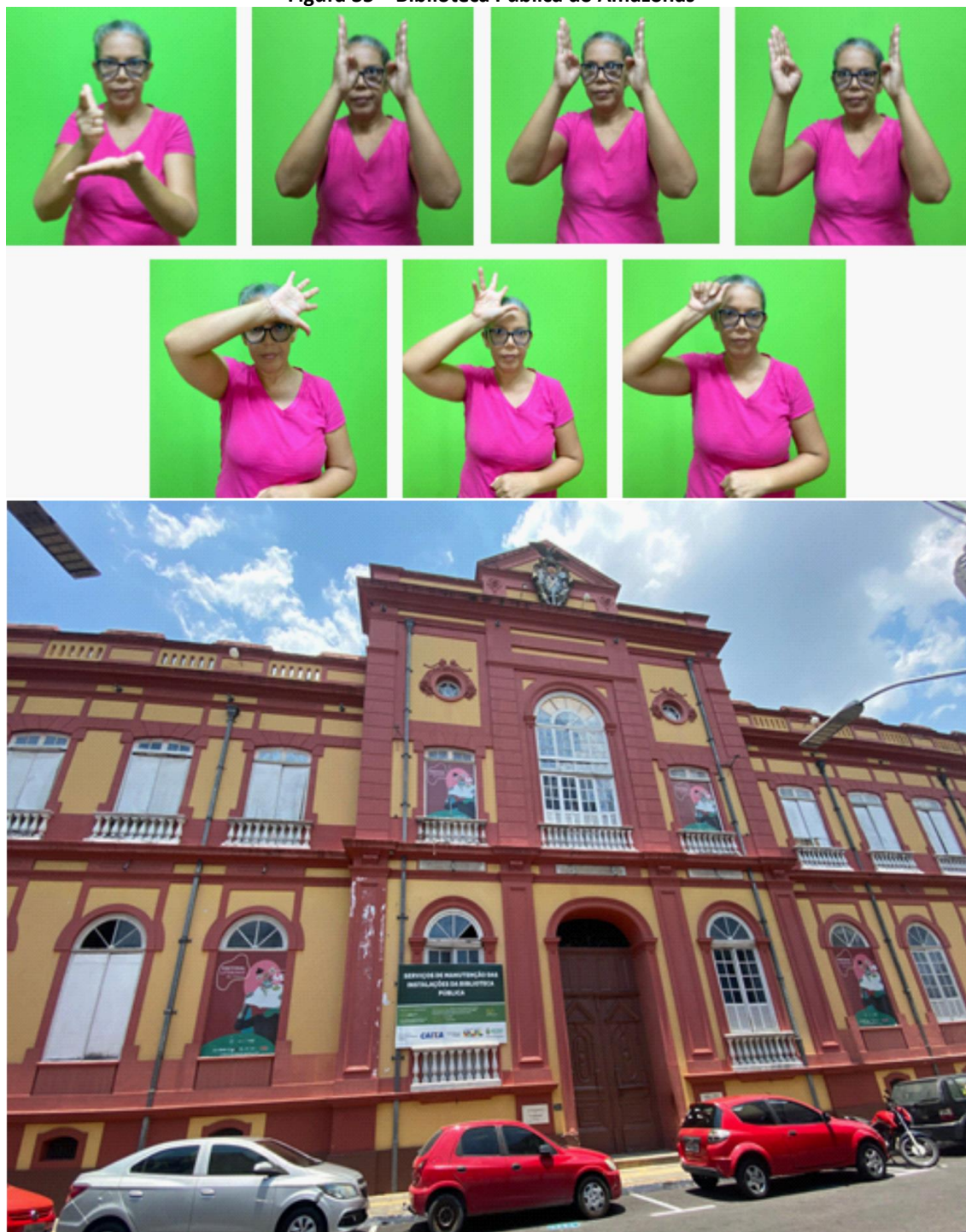
**Figura 34 – Grande Hotel**



Fonte: Informe Manaus.

O edifício-sede da biblioteca (Figura 35), localizada Rua Barroso foi construído no período de 1904 e 1912, e, desde lá, coleciona muitos fatos marcantes, como o incêndio que quase o destruiu, em 1945. Reconstruído dois anos depois, o lugar recebeu uma restauração parcial em 1985 e uma mais completa em 2013, quando abriu novamente ao público.

Figura 35 – Biblioteca Pública do Amazonas



Fonte: Autora (2023).



O Colégio Saldanha Marinho (Figura 36), localizado na Rua Saldanha Marinho. Ficou conhecido como Escola Modelo da Rua Saldanha Marinho e funcionou até 1904, quando foi extinto, dividiu assim as suas instalações com a Escola Normal, atual IEA, que ali ficaria até 1907. No ano de 1908, com a denominação Grupo Escolar Saldanha Marinho. Foi tombado como Monumento Histórico do Estado em 1988.

**Figura 36 – Colégio Saldanha Marinho**



Fonte: Autora (2023).

O Lrago de São Sebastião (Figura 37) fica localizado na Rua 10 de julho. Antes de se tornar uma Praça, a área era uma rocinha de propriedade do então tenente-coronel Antônio Lopes Braga, que a doou para o Município. O marco inicial da existência dessa Praça é o ano de 1867, o calçadão foi inspirado na técnica de pavimentação chamada assim de mosaico português ou calçada portuguesa.

**Figura 37 – Praça São Sebastião**



Fonte: Autora (2023).



A Igreja de São Sebastião (Figura 38). Localiza-se na Rua 10 de Julho, com sua frente voltada para o Largo de São Sebastião. Inaugurada em 1888 e elevada à categoria de paróquia em 1912, é uma das igrejas mais antigas da cidade. Foi tombada como Patrimônio Histórico.

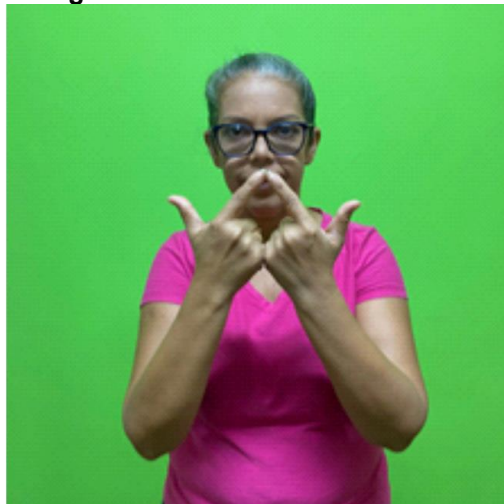
**Figura 38 – Igreja de São Sebastião**



Fonte: Autora (2023).

O Teatro Amazonas (Figura 39). Localizado no Largo de São Sebastião, o local foi inaugurado em 1896 para atender ao desejo da elite econômica amazonense da época, que idealizava a cidade à altura dos grandes centros culturais. É amplamente considerado como um dos mais belos teatros do mundo.

**Figura 39 – Teatro Amazonas**



Fonte: Autora (2023).



O Palácio da Justiça (Figura 40), localizado na Avenida Eduardo Ribeiro. Inaugurado em 1900 para atender às instalações do Poder Judiciário do Estado do Amazonas na época. Atualmente funciona como Centro Cultural Palácio da Justiça. O espaço é aberto à visitação pública e, também, à promoção das artes, por meio de exposições, espetáculos musicais, teatro, cinema e apresentação de palestras.

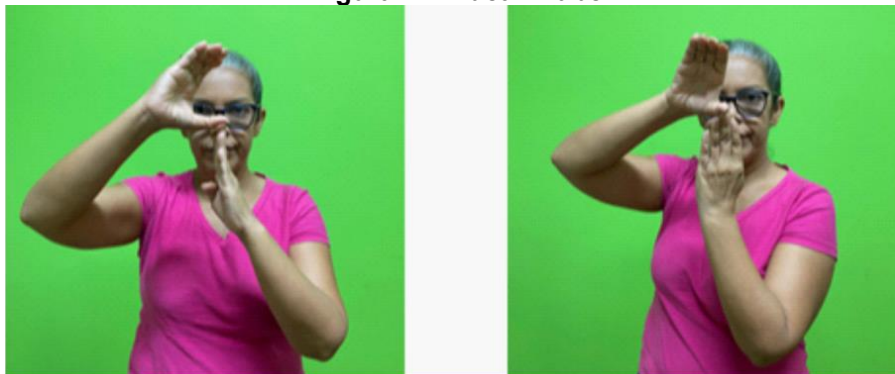
**Figura 40 – Palácio da Justiça**



Fonte: Autora (2023).

O Ideal Clube e também onde funciona o Teatro Gebes Medeiros (Figura 41), localizado na Rua Dr. Moreira e foi inaugurado em 1903. Local funcionava como uma organização social, cultural e esportiva, para cavalheiros e damas da alta sociedade.

**Figura 41 – Ideal Clube**



Fonte: Autora (2023).



A Praça Antônio Bittencourt (Figura 42). Localizada na Avenida Ramos Ferreira e conhecida como Praça do Congresso. De frente para o prédio do Instituto de Educação do Amazonas, está o Monumento de Nossa Senhora da Conceição, referência ao 1º Congresso Eucarístico Diocesano de Manaus e a comemoração dos cinquenta anos de criação do Bispado do Amazonas. Funcionou como local de encontro da comunidade surda.

**Figura 42 – Praça Antônio Bittencourt**



Fonte: Autora (2023).

O Instituto de Educação do Amazonas (IEA) (Figura 43). Localizado na Avenida Ramos Ferreira e fundado em 1880 sob o nome de Escola Superior Normal. É uma das mais tradicionais e mais antigas instituições de ensino médio e fundamental do Estado, nasceu da necessidade de se ter na cidade uma escola tradicional que formasse professores para a prática do ensino.

**Figura 43 – Instituto de Educação do Amazonas**



Fonte: Autora (2023).



O Instituto Benjamin Constant (Figura 44). Localizado na Avenida Ramos Ferreira, conhecido como IBC. Por muitos anos o local funcionou como asilo de meninas que permaneciam no educandário até os 18 anos. Foi tombado como Patrimônio Histórico e atualmente oferece cursos técnicos e de qualificação pelo Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM).

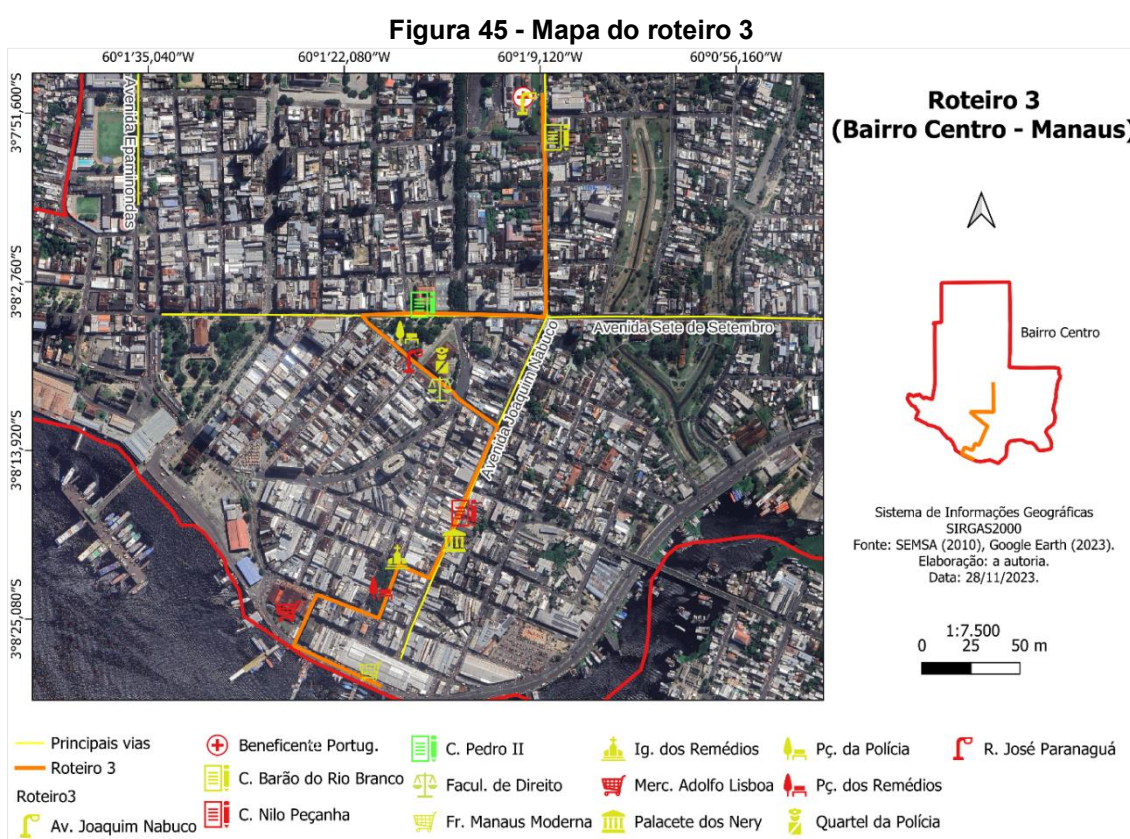
**Figura 44 – Instituto Benjamin Constant**



Fonte: Autora (2023).

### 3.3 Roteiro 3

O percurso (Figura 45) inseriu os seguintes locais: Beneficente Portuguesa (Figura 46), Colégio Barão do Rio Branco (Figura 47), Praça da Polícia (Figura 48), Quartel da Polícia (Figura 49), Colégio Pedro II (Figura 50), Rua José Paranaguá (Figura 51), Avenida Joaquim Nabuco (Figura 52), Colégio Nilo Peçanha (Figura 53), Palacete dos Nery (Figura 54), Igreja Nossa Senhora dos Remédios (Figura 55), Praça dos Remédios (Figura 56), Faculdade de Direito (Figura 57), Feira da Manaus Moderna (Figura 58), Mercado Adolfo Lisboa (Figura 59).



Fonte: SEMSA (2010), Google Earth (2023). Elaboração: Fredson Bernardino (2023).



O Hospital Beneficente Português do Amazonas (Figura 46). Localizado na Av. Joaquim Nabuco, conhecido como Beneficência Portuguesa. É um hospital fundado em 1873 por imigrantes portugueses na cidade de Manaus. Atualmente, é um hospital de referência no Amazonas.

**Figura 46 – Hospital Beneficente Português do Amazonas**

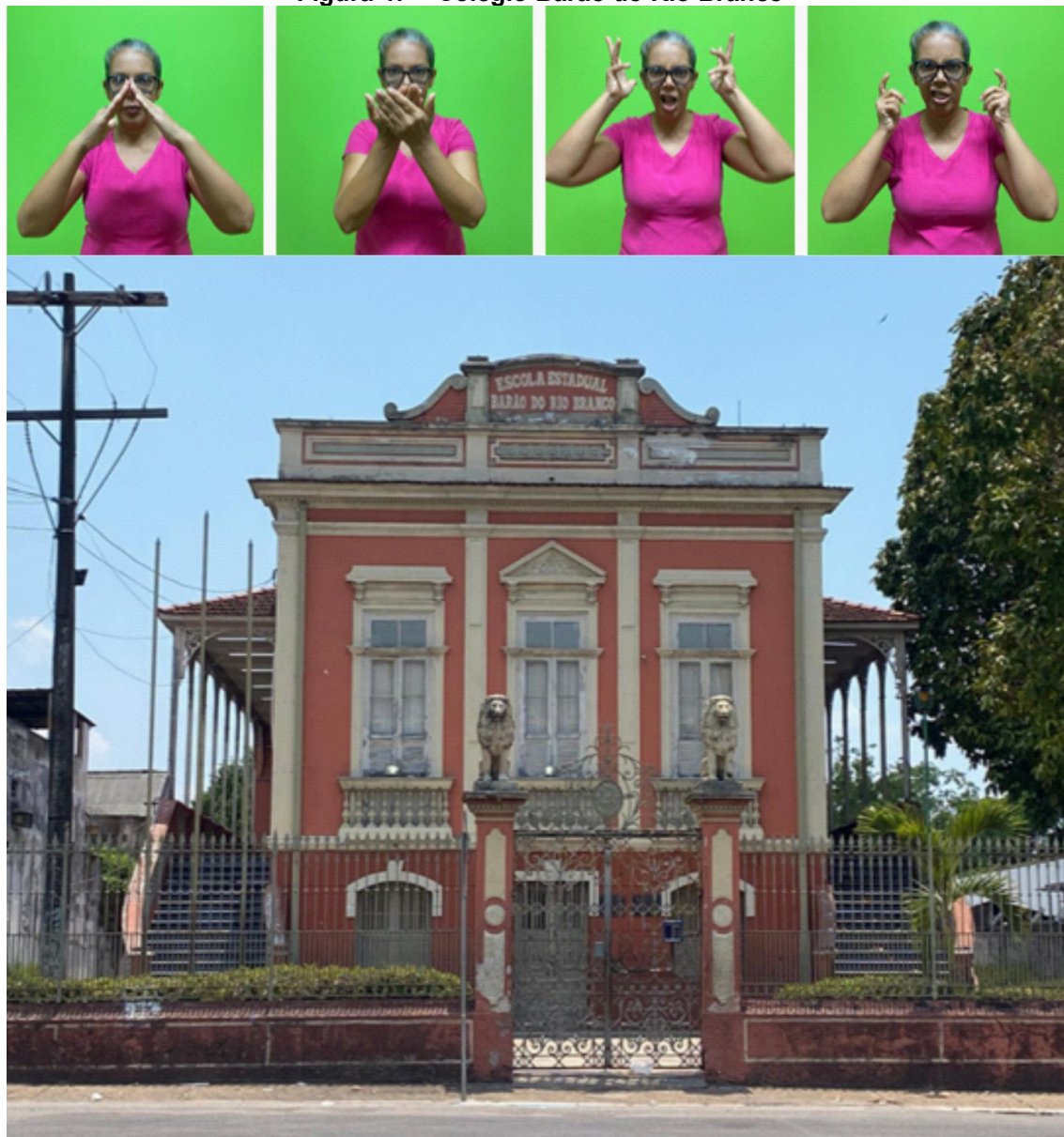


Fonte: Autora (2023).



O Colégio Barão do Rio Branco (Figura 47). Localizado na Av. Joaquim Nabuco. Originou-se das Escolas Complementares Masculina e Feminina instaladas em 1905 e unificadas dois anos depois, passando a ser Escola Complementar Mista. O tombamento do prédio, como Monumento Histórico do Estado ocorreu em 1988, e atualmente oferece o Ensino Fundamental.

**Figura 47 – Colégio Barão do Rio Branco**



Fonte: Autora (2023).



A Praça Heliodoro Balbi comumente conhecida como Praça da Polícia (Figura 48), localizada na Av. Sete de Setembro é considerada uma praça histórica. Foi inaugurada no ano de 1907, sendo um dos locais mais belos de Manaus, com árvores centenárias, além de dois coretos e, ainda, um lago artificial. Funcionou como local de encontro da comunidade surda.

**Figura 48 – Praça Heliodoro Balbi (Praça da Polícia)**



Fonte: Autora (2023).

Quartel da Polícia ou Palacete Provincial (Figura 49), localizado na Praça da Polícia. Inaugurado oficialmente em 1875, o prédio serviu de sede do governo e residência dos presidentes da Província do Amazonas até 1888. Funcionou como Quartel da Polícia Militar do Amazonas por mais de 100 anos e, atualmente, a Secretaria de Estado de Cultura do Amazonas (SEC) é a responsável pela utilização do espaço.

**Figura 49 – Quartel da Polícia ou Palacete Provincial**



Fonte: Autora (2023).



O Colégio Pedro II (Figura 50), escola localizada na Av. Sete de Setembro e inaugurado em 1864. Conhecido como Estadual. Um fato importante foi o movimento estudantil de 1930, que foi denominada de “Revolução Ginásiana de 30”. Os estudantes do colégio se movimentaram contra a Polícia Civil, pois os mesmos prendiam e batiam nos jovens quando eram encontrados em bares e organizações de comícios em praças ou nas ruas da cidade. Em 1988, foi tombado como Monumento Histórico do Estado, que ainda atua na rede educacional amazonense.

**Figura 50 – Colégio Pedro II**

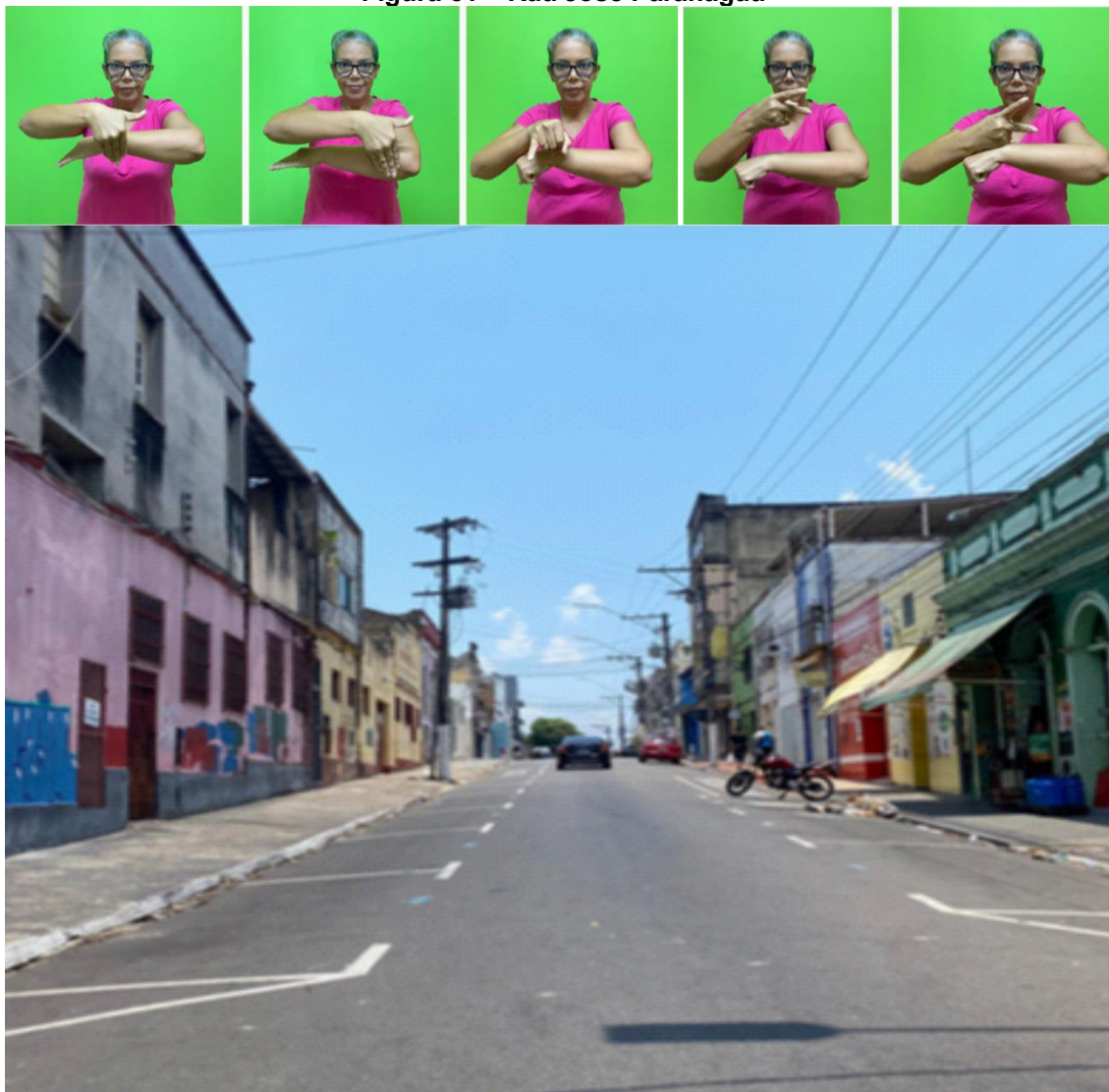


Fonte: Autora (2023).



A Rua José Paranaguá (Figura 51) predomina uma oferta razoável de meios de hospedagem. Também é possível encontrar prédios históricos ainda com as fachadas originais, como o antigo Grupo Escolar, que não possuía uma denominação oficial. Por esse motivo, era chamada de Escola da rua José Paranaguá devido à sua localização, sendo incorporada definitivamente após alguns anos.

**Figura 51 – Rua José Paranaguá**



Fonte: Autora (2023).

Avenida Joaquim Nabuco (Figura 52) é onde inicia na “Manaus Moderna” e termina na Av. Airão. Na época da borracha foi marcada pelas vilas. Conta com alguns patrimônios, como: Palacete dos Nery, Hospital Beneficente Português e o Colégio Ninho Peçanha.

**Figura 52 – Avenida Joaquim Nabuco**



Fonte: Autora (2023).



O Colégio Nilo Peçanha (Figura 53), localizado na Av. Joaquim Nabuco e fundada no ano de 1985. O Grupo Escolar recebeu a denominação Nilo Peçanha em 1931, homenagem ao ex-presidente da República, Nilo Procópio Peçanha, presidente do Brasil de 1909 a 1910. Foi tombada em 1988 e atualmente o prédio encontra-se abandonado.

**Figura 53 – Colégio Nilo Peçanha**



Fonte: Autora (2023).

O Palacete dos Nery (Figura 54), prédio localizado na Av. Joaquim Nabuco e Rua das Andradas e erguido no final do século 19. Abrigou a família do Governador Silvério José Nery entre 1900 e 1904 e foi reformado em 2013 pela atual proprietária.

**Figura 54 – Palacete dos Nery**



Fonte: Autora (2023).



A Igreja Nossa Senhora dos Remédios (Figura 55) fica localizada na Rua Miranda Leão. A torre da igreja foi abençoada em 14 de março de 1933. No terreno contíguo a essa torre, existia um cemitério que era destinado às “pessoas gradas” dessa Paróquia.

**Figura 55 – Igreja Nossa Senhora dos Remédios**



Fonte: Autora (2023).

A Praça Torquato Tapajós mais conhecida como Praça dos Remédios (Figura 56), localizada a frente da Igreja dos Remédios e conhecida como Praça dos Remédios. Com vista para o rio, no final do qual estavam às conhecidas escadarias dos Remédios, de acesso à praia e rampa do mercado público que se destinavam também à atracação de embarcações que viajavam ao interior do Estado.

**Figura 56 – Praça Torquato Tapajós (Praça dos Remédios)**



Fonte: Brasil Norte Comunicação (2023).



A Faculdade de Direito (Figura 57), localizada na Rua Coronel Sergio Pessoa. Nesse prédio funcionaram o Grupo Escolar Silvério Nery e o Grupo Escolar Nilo Peçanha. A partir de 1934, instalou-se a Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Manaus, nome alterado para Faculdade de Direito do Amazonas em 1936, que foi transferido para o Campus Universitário, em 2004. Atualmente, o prédio está inativo.

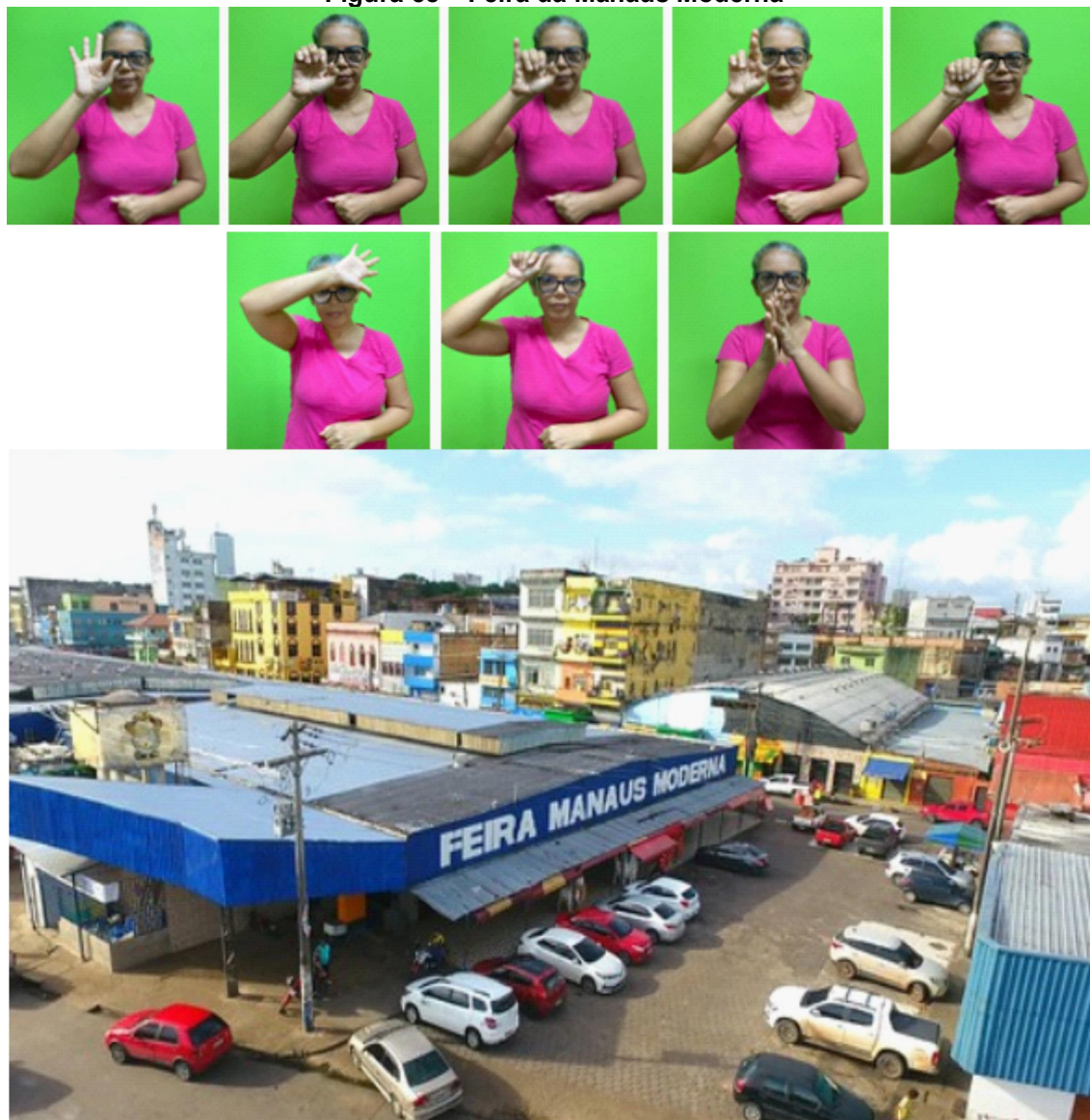
**Figura 57 – Faculdade de Direito do Amazonas**



Fonte: Autora (2023).

A Feira da Manaus Moderna (Figura 58), localizada na Rua Barão de São Domingos e inaugurada em 1994. Existem na feira várias atividades entre as quais a comercialização de pescado, carnes, hortifrúti, laticínios, entre outros.

**Figura 58 – Feira da Manaus Moderna**



Fonte: Informe Manaus (2021).



O Mercado Adolfo Lisboa (Figura 59). Localizado na Rua dos Barés é conhecido como Mercadão. Inaugurado em 1883, sendo um dos mais importantes espaços de comercialização de produtos e alimentos típicos da Amazônia, em função da variedade de espécies de peixes de água doce, artesanatos, frutas, legumes e especiarias.

**Figura 59 - Mercado Adolfo Lisboa**



Fonte: Brasil Norte Comunicação (2023).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa dissertação, foi abordada a importância da Língua de Sinais, ressaltando a luta da comunidade surda para garantir seus direitos na sociedade. Apesar do preconceito enfrentado desde os primórdios da humanidade, os surdos conseguiram provar o valor de sua língua, que se tornou oficial em vários países, favorecendo o seu direito de integração na sociedade. Mesmo com essas batalhas vencidas, atualmente a comunidade surda ainda luta para que seus direitos sejam garantidos, pois, apesar da existência de leis que regulamentem alguns serviços prestados pelo poder público, este ainda não é o cenário ideal.

Como pudemos acompanhar em nossos estudos, a trajetória dos surdos está marcada por preconceitos, discriminação, imposição e exclusão. Eles são agentes dos espaços, mas pouco ou nada sabem sobre esses espaços ao seu redor. Como muitos surdos afirmam que são estrangeiros em seu próprio país, daí a importância de ter mais pesquisas na área, sobretudo quando se trata da relação desta parcela da população urbana que vive numa metrópole excludente no que concerne aos seus direitos de inclusão. É necessário que, no escopo das Ciências Humanas e Sociais, dentre elas a Geografia Urbana, ampliem as pesquisas voltadas para os deficientes, em especial os surdos. É preciso que os surdos se apropriem da sua cidade e da sua geografia.

Nesse sentido, os surdos, caminantes comuns de uma cidade complexa, desigual e excludente, construída e planejada para pessoas predominantemente ouvintes, começam a aparecer enquanto sujeitos constituintes desta cidade, para reorganizar e produzir os espaços e alterar os usos dos equipamentos urbanos por meio das suas demandas. Os estudos urbanos devem ser questionados se também estão indo ao encontro das necessidades e inquietações dessas populações nessa cidade dita contemporânea, mas que guarda a exclusão inerente à própria produção e reprodução do espaço urbano.

Também foi abordada a história da deficiência desde a antiguidade até os dias atuais, quando era vista como consequência de pecados ou crimes cometidos. Vimos também que as guerras ao longo dos anos deixaram

sequelas físicas e psicológicas, levando à construção de diversos lares e sociedades para essas pessoas. No entanto, somente na Segunda Guerra Mundial, a ONU sancionou leis que abrangiam essas pessoas. Já no Brasil, a história não foi diferente; contudo, as Constituições de 1967 e 1988 já contemplavam a deficiência.

O direito à cidade e o seu conceito por Henri Lefebvre, onde todo o cidadão possui não só o poder de ir e vir, como também de participar do processo de urbanização e decisões em reformas.

A pauta para inclusão social começou na metade dos anos 80 e, no início do século 21, tornou-se mundial. A luta visa à construção de uma sociedade justa, inclusiva e definitivamente para todos, onde a diferença não seja desprezada, e sim celebrada. Garantindo assim o direito à cidade de fato e que todos tenham equidade no acesso a serviços e lugares.

Com o avanço da tecnologia, tornou-se mais fácil tornar um local mais acessível, não somente para deficientes físicos. Atualmente, há diversas plataformas e aplicativos mundiais que contam com a tradução e transcrição para diversas línguas, como a Libras. Celulares já estão equipados com ferramentas que auxiliam pessoas deficientes visuais a usarem e se comunicarem com outras pessoas.

Contudo, no Brasil, ainda faltam políticas voltadas para outras deficiências além da física. Nos planos diretores mostrados nesse capítulo, constatou-se que a deficiência é abordada de forma geral, inclusive na cidade mais inclusiva do Brasil, São Paulo. Em Manaus, o cotidiano é vivenciado pela falta de transportes adequados, de reformas de calçadas e vias, com pisos táteis, avisos sonoros e escritos. Isso atesta que a luta pela inclusão pelo direito à cidade na sociedade deve ser constante, e que não somente as minorias precisam se impor por essas questões, como também o restante da sociedade e o Estado, para que o direito a uma cidade inclusiva seja garantido.

Não se pode focalizar o sentido que os surdos não possuem que é o da audição e sim os outros sentidos como o da visão que materializa o espaço habitado, ou seja, o espaço vivido.

Dessa forma, é necessário que se tenham políticas que sejam abrangentes no que concerne à produção de uma metrópole inclusiva, que respeite em sua produção urbana as características e diversidade de sua população, onde o caminhar, enquanto uma característica humana, seja um ato possível para todos em seu direito à infraestrutura adequada e à informação que permita uma vivência urbana plena.

Portanto, esperamos que esta dissertação tenha ajudado na busca pelo conhecimento, e que seja compreendida a importância da Geografia e história dos monumentos históricos, prédios e praças na metrópole em que se vive, para que o surdo possa caminhar pelo chão da cidade entendendo-se como parte deste lugar.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SÁBER, A. N. A cidade de Manaus. **Boletim Paulista de Geografia**, [S. l.], n. 15, p. 18–45, 2017. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1340>. Acesso em: 18 abr. 2024.

AGEMAN. **Ageman identifica falhas no atendimento aos usuários do Zona Azul e cobra esclarecimentos da concessionária**. Disponível em: <https://ageman.manaus.am.gov.br/ageman-identifica-falhas-no-atendimento-aos-usuarios-do-zona-azul-e-cobra-esclarecimentos-da-concessionaria/>. Acesso em: 22 abr. 2024.

AMAZONAS E MAIS. **Centro cultural homenageia Oscar Ramos e ocupa as casas mais antigas de Manaus**. Disponível em: <https://www.amazonasemais.com.br/manaus/centro-cultural-homenageia-oscar-ramos-e-ocupa-as-casas-mais-antigas-de-manaus/>. Acesso em: 22 abr. 2024.

AMAZÔNIA ON. **Prefeitura faz ação de fiscalização para ordenamento urbano na Marechal Deodoro**. Disponível em: <https://www.amazoniaon.com.br/noticia/9892/prefeitura-faz-acao-de-fiscalizacao-para-ordenamento-urbano-na-marechal-deodoro/>. Acesso em: 22 abr. 2024.

BEHARES, Luis E. Nuevas Corrientes en la Educación del Sordo: de los enfoques clínicos a los culturales. **Cadernos de Educação Especial**, Santa Maria, n. 4, p. 20-52, 1993.

BÍBLIA. N.T. Lucas. In: **Bíblia Sagrada**. Tradução de Fernando. 3. ed. São Paulo: Editora NVI, 2023.

BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. **Fenomenologia: confrontos e avanços**. São Paulo: Cortez, 2016. 167p.

BÍSSIGO, M. C. K.; VASCONCELLOS, F. C. F.; BRUSCATO, U. M. Acessibilidade arquitetônica e o desenho universal. In: Lizandra Brasil Estabel, Eliane Lourdes da Silva Moro, Ariel Behr, Maria Cristina Caminha de Castilhos França, Paulo Roberto Sangoi. (Org.). **Capacitação em Informação, Acessibilidade e Direitos Humanos para Servidores Públicos Federais**. 1ed. Porto Alegre: Evangraf, 2015, v. 1, p. 111-119.

BNC AMAZONAS. **Cidade vai ganhar novas Praça dos Remédios e Feira Manaus Moderna.** Disponível em:

<https://bncamazonas.com.br/municipios/cidade-vai-ganhar-novas-praca-dos-remedios-e-feira-manaus-moderna/>. Acesso em: 22 abr. 2024.

BNC AMAZONAS. **Manaus comemora os 140 anos do Mercado Municipal Adolpho Lisboa.** Disponível em:

<https://bncamazonas.com.br/municipios/manaus-comemora-os-140-anos-do-mercado-municipal-adolpho-lisboa/>. Acesso em: 22 abr. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto por Juarez de Oliveira. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

BRASIL. Casa Civil. **LEI Nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000:** normas e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L10098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm). Acesso em: 29 set. 2022.

BRITO, Lucinda Ferreira. **Integração social e educação de surdo.** Rio de Janeiro. Ed. Babel, 1993. 116p.

CARDOSO, A. H. A.; RODRIGUES, K. G.; BACHION, M. M. Perception of persons with severe or profound deafness about the communication process during health care. **Rev. Latino-am. Enfermagem**, v. 14, n. 4, p. 553-560, jul.-ago. 2006. Disponível em: [www.eerp.usp.br/rlae](http://www.eerp.usp.br/rlae). Acesso em: 22 abr. 2021.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Geografia na sala de aula.** 4ª edição. São Paulo: Contexto, 2007. 146p.

CARLOS, A. F. A. Henri Lefebvre: o espaço, a cidade e o "direto à cidade" como horizonte utópico. **Rev. Direito Práx.**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 01, p. 349-369, 2020. DOI: 10.1590/2179-8966/2020/48199. ISSN: 2179-8966. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso em: 22 abr. 2024.

CARLOS, Ana Fani, DAMIANI, Amélia Luísa, SEABRA, Odette Carvalho de Lima (Org.). **O espaço no fim do século:** a nova raridade. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001. 220p.

- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 700p.
- CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano: notas teórico-metodológicas. In: CORRÊA, R. L. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1999. 145-152p.
- DAOU, A. M. **A Belle Époque Amazônica**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. 80p.
- DARDEL, E. **O homem e a terra: natureza da realidade geográfica**. São Paulo: Perspectiva, 2015. 176p.
- DIAS, P. S.; DANTAS, E. M. A CIDADE CONTEMPORÂNEA E OS SUJEITOS SURDOS: O DESAFIO DE PENSAR A ACESSIBILIDADE E A INCLUSÃO. **CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES**, [S. l.], v. 13, n. 12, 1-15, 2023. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/121>. Acesso em: 22 apr. 2024.
- FERRARA, Lucrecia D'Aléssio. **Leitura sem Palavras**. São Paulo: Ática, 1986. 72p.
- FIGUEIRA, Emílio. **Caminhando em Silêncio**: uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na história do Brasil. 2.ed. São Paulo: Giz Editora, 2008, 182p.
- FREIRE, José Ribamar Bessa. Barés, manáos e tarumãs. **Rev. Arquitetura e Urbanismo**, fevereiro/março 1987. Publicação autorizada para História em Novos Cadernos, publicação da UFAM. Disponível em: <https://edoc.ufam.edu.br/bitstream/123456789/2170/1/Anexo%20A%20-%201987%20Barés%20Manaós%20Tarumãs%20%28JRBessaFreire%29.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2024.
- FREITAS, E. Espaço Pessoal: uma revisão bibliográfica. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, RJ, nº 31 (3), p. 161-198, jul./set., 1979. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/abp/article/view/18228>. Acesso em: 22 abr. 2024.
- GOFFMAN, Elizabeth Oliveira. **Leitura e surdez**: Um estudo com adultos não oralizados. Rio de Janeiro. Ed. Revinter, 1988. 110p.
- GUERMOND, L. M. Espaço e ação. In: VESENTINI, J. W. (Org). **Ensino textos críticos**. São Paulo: Ed. DIFEL, 1989.

HARRISON, K. M. P. O momento do diagnóstico de surdez e as possibilidades de encaminhamento. In: LACERDA, C.B.F.; NAKAMURA, H.; LIMA, M.C. (Org.). **Fonoaudiologia: surdez e abordagem bilíngüe**. São Paulo: Plexus, 2000. p. 114-122.

HINDLEY, P. Psychiatric aspects of hearing impairments. **J Child Psychol Psychiatry**, v. 38, n. 1, p. 101-117, 1997. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/9232460/>. Acesso em: 22 abr. 2024.

HOLDORF, M.; ROBINSON, W. Barreiras de acessibilidade enfrentadas por pessoas surdas no setor de serviços: uma revisão integrativa da literatura. **Saber Humano**, v. 10, n. 17, p. 165-191, jul./dez. 2020. ISSN 2446-6298. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso em: 22 abr. 2024.

INFORME MANAUS. **Feira da Manaus Moderna e entorno passam por serviços de melhoria. 2021.** Disponível em: <https://informemanaus.com/2021/feira-da-manaus-moderna-e-entorno-passam-por-servicos-de-melhoria/>. Acesso em: 22 abr. 2024.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001. 143p.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994. 80p.

OLIVEIRA, José Aldemir de. **Cidade na Selva**. Manaus: Valer, 2000. 224p.

OLIVEIRA, S. M. Cidade e acessibilidade: inclusão social das pessoas com deficiências. In: VIII Simpósio IberoAmericano em Comércio Internacional, Desenvolvimento e Integração Regional, 2017, Cerro Largo, RS. **Anais [...]**. Cerro Largo, RS: UFFS, 2017. p. 1-10.

PAGANELLI, T. I. Para a construção do espaço geográfico na criança. **Terra Livre**, [S. I.], n. 2, p. 1-20, 2015. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/47>. Acesso em: 22 abr. 2024.

PEREIRA, J. A. SARAIVA, J. M. Trajetória histórico social da população deficiente: da exclusão a inclusão social. **SER Social**, [S. I.], v. 19, n. 40, p. 168–185, 2017. DOI: 10.26512/ser\_social.v19i40.14677. Disponível em:



[https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/14677](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14677). Acesso em: 22 abr. 2024.

PERLIN, G. T. T. Identidades Surdas. in SKLIAR, C. (Org.) **A Surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 2013. p. 51-73.

PORTAL MARCOS SANTOS. **Ilha de São Vicente receberá primeira etapa do programa Nosso Centro da prefeitura de Manaus**. 15 jun. 2021. Disponível em: <https://www.portalmarcossantos.com.br/2021/06/15/ilha-de-sao-vice-recebera-primeira-etapa-do-programa-nosso-centro-da-prefeitura-de-manaus/>. Acesso em: 22 abr. 2024.

REIS, D. G.; BAPTISTA, L.; CARDOZO, P. F. Educação e interpretação patrimonial: elaboração de um plano interpretativo para a Casa da Cultura de Irati-PR. **Turydes Revista Turismo y Desarrollo Local**, Irati, PR, v. 9, n. 20, p. 1-20, maio/jun. 2016. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/turydes/20/irati.html>. Acesso em: 24 abr. 2024.

REIS, F. **Professor surdo**: a política e a poética da transgressão pedagógica. 2006. 121f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

REVISTA DA FENEIS. **Ano IV, número 15, julho/setembro 2002**. Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, Minas Gerais: FA Editoração Eletrônica Ltda, 2022. Disponível em: <https://feneis.org.br/revista/>. Acesso em: 22 abr. 2024.

SÁ, N. R. L. **Educação de Surdos**: caminhos para o bilingüismo. Rio de Janeiro: UERJ, 2000. 277p.

SACKS, Oliver. **Vendo Vozes**: Uma jornada pelo mundo dos Surdos. Rio de Janeiro. Imago, 1998. 201p.

SANTOS, Juliano Machado dos. **Trabalho e cidadania das pessoas com deficiência**: abordagens históricas, movimentos sociais, legislação e análise sobre inclusão laboral. 2014. 72f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. 2. Ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1991. 136p.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997. 176p.

SILVA, Otto Marques da. **A epopeia ignorada**: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje. São Paulo: CEDAS, 1987. 318p.

SILVA, Tomás Tadeu. **Territórios contestados**: o currículo e os novos mapas políticos e culturais. Petrópolis: Vozes, 1995. 202p.

SKLIAR, Carlos. **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Editora: Meditação, 1998. 192p.

SOJA, E. **Geografias Pós-Modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social Crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. 324p.

STROBEL, Karin L. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 4. ed. Florianópolis: Editora UFSC, 2009. 101p.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**. São Paulo: Perspectiva, 1983. 248p.

VIRTUOSO, Eduardo. **A cidade deficiente**: o direito à cidade e a acessibilidade no cotidiano dos cadeirantes. 2016. 71f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Maria Lucilene de Oliveira Aquino, estudante do Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFAM o (a) convido a participar da pesquisa “Caminhando no chão da cidade: A Geografia do surdo” orientado pelo Prof. Dr. Marcos Castro de Lima.

Sua participação nessa pesquisa auxiliará na obtenção de dados que poderão ser utilizados para fins científicos, proporcionando maiores informações e discussões que poderão trazer benefícios para a área da Geografia, para a construção de novos conhecimentos e para a identificação de novas alternativas e possibilidades para o trabalho da equipe na escola. A pesquisadora realizará o acompanhamento de todos os procedimentos e atividades desenvolvidas durante o trabalho de campo.

Sua participação é voluntária e não haverá compensação em dinheiro pela sua participação. A qualquer momento o (a) senhor (a) pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa ou desistência não lhe trará nenhum prejuízo profissional, seja em sua relação ao pesquisador, à Instituição em que trabalha ou à Universidade Federal do Amazonas. Todas as informações obtidas através da pesquisa serão confidenciais, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação em todas as etapas do estudo. Caso haja menção a nomes, serão identificados com sua idade e série de estudo.

Solicito sua autorização para gravação em vídeo das entrevistas e dos encontros do grupo. As gravações realizadas durante a entrevista semiestruturada serão transcritas pela pesquisadora e por mais um profissional experiente nessa ação, garantindo que se mantenha o mais fidedigno possível. Depois de transcrita será apresentada aos participantes para validação das informações. A transcrição das gravações feitas nos encontros dos grupos será realizada na íntegra pela pesquisadora. Essas transcrições serão comparadas para verificar a concordância entre elas, garantindo a fidelidade à gravação.

Você receberá uma via deste termo, rubricada em todas as páginas por você e pelo pesquisador, onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal. Você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação agora ou a qualquer momento.

#### **Dados para contato**

Pesquisador Responsável: MARIA LUCILENE DE OLIVEIRA AQUINO  
Endereço: RUA FRANCISCO GUEDES N. 524 CONJUNTO 31 DE MARÇO,  
JAPIIM.

Contato telefônico: 991553871

E-mail: lucicassaju@hotmail.com

**Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.**

**APÊNDICE B – Questionário aplicado na pesquisa**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**PESQUISADORA:**

**Maria Lucilene de Oliveira de Aquino**

Caro aluno (a) As perguntas listadas abaixo servirão somente para fins de pesquisa, nem você e nem os seus professores estão sendo avaliados. Em nenhum momento suas respostas serão julgadas como certas ou erradas. Para responder o questionário, reflita sobre as suas aulas de Geografia, não deixe resposta em branco, se tiver alguma dúvida em responder pergunte-me.

Agradecemos a sua colaboração!

Questionário 1

Escola: \_\_\_\_\_

Série: \_\_\_\_\_ Turno: \_\_\_\_\_ idade: \_\_\_\_\_ Sexo: \_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Para você o que é espaço?

.....

.....

.....

.....

Quais os monumentos históricos do centro de Manaus que você conhece?

.....

.....

.....

.....

Você já fez trabalho de campo no centro de Manaus?

( ) SIM

( ) NÃO